

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

THAIS MARQUES DE SANTO

**AS PUBLICAÇÕES DO SETOR DE GÊNERO DO
MST E AS VIVÊNCIAS DE MULHERES SEM
TERRA: REFLEXÕES SOBRE DESRESPEITO,
RECONHECIMENTO E AUTONOMIA**

Prof. Dr. André Ricardo Salata
Orientador

Porto Alegre

2016

THAIS MARQUES DE SANTO

**AS PUBLICAÇÕES DO SETOR DE GÊNERO DO MST E AS VIVÊNCIAS DE
MULHERES SEM TERRA: REFLEXÕES SOBRE DESRESPEITO,
RECONHECIMENTO E AUTONOMIA**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestra em Ciências Sociais, na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Escola de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. André Ricardo Salata

Porto Alegre

2016

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

S237p Santo, Thais Marques de
As publicações do setor de gênero do MST e as vivências de
mulheres Sem Terra : reflexões sobre desrespeito,
reconhecimento e autonomia / Thais Marques de Santo. — 2016.
94 f.
Diss. (Mestrado) – Escola de Humanidades, Programa de Pós-
Graduação em Ciências Sociais, PUCRS, Porto Alegre, 2016.

Orientador: Prof. Dr. André Ricardo Salata.

1. Ciências Sociais. 2. Mulheres Sem Terra. 3. Movimento dos
Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) – Relações de Gênero.
I. Salata, André Ricardo. II. Título.

CDD: 303.48

Alessandra Pinto Fagundes
Bibliotecária
CRB10/1244

THAIS MARQUES DE SANTO

**AS PUBLICAÇÕES DO SETOR DE GÊNERO DO MST E AS VIVÊNCIAS DE
MULHERES SEM TERRA: REFLEXÕES SOBRE DESRESPEITO,
RECONHECIMENTO E AUTONOMIA**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestra em Ciências Sociais, na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Escola de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais.

Aprovada em: _____

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. André Ricardo Salata (orientador)

Profa. Dra. Cinara Lerrer Rosenfield

Prof. Dr. Emil Albert Sobottka

Profa. Dra. Fernanda Bittencourt Ribeiro

Porto Alegre

2016

Às mulheres e homens que lutam e que inspiram
outros homens e mulheres a lutarem por uma sociedade
humanizada, justa e profundamente democrática.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos professores e professoras que passaram pela minha vida desde a pré-escola, deles extraí o desejo pela docência, o gosto pela leitura e a vontade de conhecer o outro. Em especial, ao Adão Clóvis, amigo de tantas horas, com quem entendi que assumir nossos limites e os limites das teorias que nos guiam é o primeiro e mais fundamental passo a ser dado por um cientista social; ao Emil Sobottka, pelo compromisso com a produção e difusão do conhecimento, pela postura ética e pelo incentivo afetivo; à Fernanda B. Ribeiro, por ser uma inspiração em sala de aula e por ter me apresentado a alteridade como valor humano fundamental. Também agradeço ao meu orientador, prof. André Salata pela disponibilidade, comprometimento e leitura atenta deste trabalho; e ao prof. Felipe Gonçalves Silva (PPGFIL/UFRGS) pela oportunidade de ter cursado a disciplina Feminismo e Teoria Crítica que mudou definitivamente meu rumo acadêmico.

Aos meus amigos e amigas do TMN que são o que de mais bonito, divertido e sociológico conquistei na vida. Sinto-me honrada e grata todos os dias por vocês serem parte da minha vida. Obrigada! Agradeço também ao Grupo de Trovas pelo espaço privilegiado de debates e trocas que construímos.

À Candice pela amizade e parceria que já dura mais de dez anos.

Aos meus familiares, por garantirem que eu tenha uma vida fora da sociologia. Onde o afeto não pode ser racionalizado, onde o gostar é só gostar. E por torcerem pela realização do meu projeto de vida.

Ao Douglas sem o qual eu não sobreviveria psiquicamente a essa aventura que é a academia e a produção de conhecimento. Obrigada por ter lido textos para eu ter com quem debater, por ter ouvido minhas ideias tantas e tantas vezes, pelas fundamentais sugestões e provocações. Obrigada por ter lido essa dissertação comigo, linha por linha. E, especialmente, obrigada por compartilhar as pequenas coisas da vida e o grande anseio por construir uma sociedade justa e profundamente democrática.

E, finalmente, agradeço à CAPES pela bolsa de estudos que possibilitou a realização dessa pesquisa, minha participação em congressos e seminários e minha existência material nos últimos dois anos. Desejo que muitos e muitos estudantes tenham essa oportunidade, é de fundamental importância para a produção do conhecimento e, por consequência, para um desenvolvimento humanizado do país.

*As mulheres estiveram na vanguarda de nossa Revolução [Francesa].
Não é de admirar: elas sofriam mais.
Jules Michelet*

*Em meio a uma estrutura patriarcal, o cuidado é uma ética feminina.
Em meio a uma estrutura democrática, o cuidado é uma ética
humana.
Carol Gilligan*

*Eu ensinaria aos meus alunos que a dialética do método está na busca
e na descoberta da poesia da vida; que sem riso e poesia a Sociologia
não é mais do que sofisticado e sisudo engano.
José de Souza Martins*

RESUMO

Já nos primeiros anos de fundação do MST, as mulheres se organizaram em um coletivo para reivindicar sua participação política na luta pela reforma agrária. O coletivo de mulheres foi se expandindo e ganhou o *status* de Setor Nacional de Gênero, responsável por formular e sistematizar as discussões referentes à situação das mulheres na sociedade e no MST, portanto, suas publicações expressam teoricamente as demandas e anseios das mulheres do Movimento. Por outro lado, em seu cotidiano, as mulheres Sem Terra também interpretam as relações de gênero vivenciadas dentro do MST, tornando-se fundamental ouvi-las. No primeiro capítulo apresentamos três abordagens para pensar a questão feminina: igualdade, diferença e autonomia; assumimos a teoria do reconhecimento de Axel Honneth como lente interpretativa da realidade investigada. O segundo capítulo é dedicado ao Setor de Gênero do MST, seu surgimento e a forma como problematiza as assimetrias entre os gêneros, evidenciada em sete publicações entre 1988 e 2015. Em nosso terceiro capítulo analisamos as entrevistas com as mulheres Sem Terra, articulando suas vivências com os princípios de autonomia e reconhecimento, e com sua negação, o desrespeito. Nas considerações finais refletimos sobre essas duas formas de expressão da luta das mulheres: uma teórica e uma prática.

Palavras-chave: Mulheres, MST, Reconhecimento, Autonomia, Desrespeito.

ABSTRACT

In the early years of the MST foundation, women organized themselves into a collective to claim their political participation in the struggle for agrarian reform. The collective of women was expanding and gained the status of National Gender Sector, responsible for formulating and systematizing discussions regarding the situation of women in society and in the MST, so their publications express theoretically the demands and aspirations of women of the Movement. On the other hand, in their daily lives, women Landless also interpret experienced gender relations within the MST, making it important to listen to them. In the first chapter we present three approaches to thinking about women's issue: equality, difference and autonomy; we assume the theory of recognition of Axel Honneth as interpretive lens investigated reality. The second chapter is dedicated to the MST Gender Sector, its appearance and the way it discusses the asymmetries between the genders, evidenced in seven publications between 1988 and 2015. In our third chapter we analyze the interviews with women Landless, articulating their experiences with the principles of autonomy and recognition, and its denial, disrespect. In the final considerations we reflect on these two forms of women's struggle expression: one theoretical and one practical.

Keywords: Women, MST, recognition, autonomy, disrespect.

LISTA DE SIGLAS

CCU – Contrato de Concessão e Uso da Terra

CEBs – Comunidades eclesiais de base

COPTEC – Cooperativa de Trabalho em Serviços Técnicos

CPT – Comissão Pastoral da Terra

EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

FETRAF – Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MMC – Movimento de Mulheres Camponesas

MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

PUCRS – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

RB – Relação de beneficiários

RS – Rio Grande do Sul

SUS – Sistema Único de Saúde

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
1.1 POLÍTICA DISTRIBUTIVA E ÉTICA DO CUIDADO	13
1.2 METODOLOGIA E OBJETIVOS	14
2 ÉTICA DO CUIDADO, POLÍTICA DISTRIBUTIVA E RECONHECIMENTO	17
2.1 A ÉTICA DO CUIDADO E A EMERGÊNCIA DO OUTRO CONCRETO	19
2.2 POLÍTICAS DISTRIBUTIVAS E A QUESTÃO BIDIMENSIONAL DE GÊNERO ...	23
2.3 RECONHECIMENTO E AUTONOMIA: A PERSPECTIVA DE HONNETH INSERIDA NO CAMPO FEMINISTA	28
3 O MOVIMENTO DENTRO DO MOVIMENTO: O SETOR DE GÊNERO DO MST 33	
3.1 GÊNERO NO MST: AS PUBLICAÇÕES	35
3.1.1 Caderno de formação: <i>A mulher nas diferentes sociedades</i> (1988)	36
3.1.2 Cartilha: <i>A questão da mulher no MST</i> (1996)	38
3.1.3 Coletânea de textos: <i>Compreender e construir novas relações de gênero</i> (1998)	39
3.1.4 Cartilha: <i>Mulher Sem Terra</i> (2000)	41
3.1.5 Livro: <i>Construindo o caminho</i> (2001)	44
3.1.6 Livro: <i>Construindo novas relações de gênero: desafiando relações de poder</i> (2003)	46
3.1.7 Folheto: <i>Mulheres conscientes na luta permanente!</i> (2015)	49
3.2 DESRESPEITO E RECONHECIMENTO: O DIAGNÓSTICO DO SETOR DE GÊNERO	50
3.2.1 Análise dos materiais	51
4 MULHERES SEM TERRA: DESRESPEITO E GANHOS DE AUTONOMIA	57
4.1 MERCEDES	57
4.2 O CURSO	61
4.3 AURORA	65
4.4 FLORA	69
4.5 VIOLETA	71
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	79
REFERÊNCIAS	82
APÊNDICES	86
ANEXOS	90

1 INTRODUÇÃO

No meio rural, o início dos anos de 1980 foi marcado pela modernização capitalista da produção agrícola das grandes propriedades e de conseqüente crise da pequena agricultura, de crise de legitimação do regime militar e de forte atuação nas regiões rurais das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e da Comissão Pastoral da Terra (CPT) (SILVA, 2004b, p. 51).

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) começa a surgir nesse contexto. E sua consolidação se dá em 1984, quando trabalhadores rurais de todo o país “convergem em um encontro nacional, em Cascavel, no Paraná. Ali, decidem fundar um movimento camponês nacional, o MST, com três objetivos principais: lutar pela terra, lutar pela reforma agrária e lutar por mudanças sociais no país” (MST, 2010, p. 9).

As CEBs e a CPT foram fundamentais para a construção de um ideário que congregasse trabalhadores rurais com expectativas e origens tão plurais, possibilitando a criação de um movimento social de caráter nacional. Conforme apresentado por Silva (2004b, p. 51), os agentes de pastoral – orientados pela Teologia da Libertação – atuavam no sentido de desconstruir a concepção de mundo desses sujeitos, “assentada na manutenção da ordem”, fazendo com que eles analisassem “a sua subordinação econômica e política a partir da lógica da injustiça social”. Daí os objetivos do novo movimento contemplarem ambições particularistas e mudanças sociais mais amplas para o país.

Em 1986 o Movimento publica o livro *Construindo o caminho*. Neste documento constam as primeiras resoluções do MST sobre a participação política das mulheres na luta pela reforma agrária (MELO, 2010, p. 115). As diretrizes expressas na publicação foram construídas a partir do tensionamento do coletivo de mulheres formado dentro do MST: “já em 1986, dois anos após sua fundação oficial, as mulheres trabalhadoras rurais assentadas pelo MST denunciam falhas na busca de superação de antigos preconceitos que impedem a conquista de relações igualitárias – mesmo nas áreas influenciadas pelo movimento” (MELO, 2010, p. 120-121). O coletivo de mulheres foi se expandindo e ganhou o *status* de Setor: o Setor Nacional de Gênero do MST.

Fica a cargo do Setor de Gênero a tarefa de formular e sistematizar as discussões referentes à situação das mulheres na sociedade e no MST. Cada assentamento conta com um núcleo de mulheres; os assentamentos estão organizados por regiões, cada região indica uma representante para participar das reuniões estaduais de gênero; e cada estado indica uma representante para compor o Setor Nacional de Gênero. Dessa forma vai se dando a troca entre

as deliberações locais e as deliberações nacionais, bem como o compartilhamento das experiências e discussões realizadas em todos os assentamentos do Brasil.

Nos assentamentos são promovidas formações profissionalizantes e políticas para as mulheres Sem Terra. As formações de mulheres carregam em seu conteúdo a concepção do Movimento sobre a relação entre o masculino e o feminino e a intencionalidade do MST frente às novas relações de gênero que se entende necessárias para a construção de uma nova sociabilidade.

Após a publicação de *Construindo o caminho* em 1986, vários materiais foram publicados pelo Movimento sobre a pauta das mulheres. Obtivemos acesso a sete deles: *A mulher nas diferentes sociedades* (caderno de formação publicado em 1988), *A questão da mulher no MST* (cartilha publicada em 1996), *Compreender e construir novas relações de gênero* (coletânea de textos publicada em 1998), *Mulher Sem Terra* (cartilha publicada em 2000), *Construindo o caminho* (livro de 2001), *Construindo novas relações de gênero: desafiando relações de poder* (coletânea de textos publicada em 2003) e *Mulheres conscientes na luta permanente!* (folheto produzido pelo Setor de Gênero e publicado em 2015).

Esses materiais foram produzidos com objetivos distintos: para orientar formações, para servir de material de estudo ou como sistematização dos encontros de mulheres do MST. O que se sobressai em todos eles é o atrelamento da luta das mulheres à luta de classes, a necessidade de organização delas a fim de galgarem direitos frente ao Estado – na condição de trabalhadoras rurais – e frente ao Movimento – podendo participar de modo igualitário na tomada de decisões políticas e econômicas nos acampamentos e assentamentos.

A inserção das mulheres nos processos produtivos dos assentamentos e na gestão de recursos é uma das principais bandeiras do Setor de Gênero, expressa em todos os materiais. Os incentivos para que as mulheres se insiram na produção e a dificuldade de disputarem esse espaço com os homens gerou, inclusive, uma demanda delas para o Estado, que teve como resposta a criação do programa Fomento Mulher, um recurso destinado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) exclusivamente para mulheres – o que significa que a avaliação da necessidade, a confecção dos projetos e orçamentos partem delas. Além disso, para acessar esse recurso de três mil reais é necessário que a mulher esteja indicada na relação de beneficiários (RB) do lote. Tal recurso tem sido destinado para qualificar atividades que já eram realizadas pelas mulheres: aquisição de sovadeira de pão, forno, estufa para horta, novilha para a extração de leite etc. A necessidade de protagonizar o acesso ao Fomento Mulher encorajou várias delas a formularem projetos visando acessar outros recursos, antes concorridos apenas pelos homens, como evidenciou uma das integrantes da Cooperativa de Trabalho em

Serviços Técnicos (COPTec), órgão responsável pela assistência técnica aos assentamentos da região de Eldorado do Sul (RS), em entrevista concedida a nós.

Além do acesso a recursos, a articulação das mulheres visa que o MST como um todo incorpore em suas lutas pautas que são de interesse delas, como expressa um dos objetivos específicos do Setor de Gênero: “incluir as reivindicações femininas na pauta do MST, como por exemplo: ciranda e educação infantil, reconhecimento da profissão de trabalhadora rural através do cadastro, políticas de saúde específicas para a mulher e a família rural” (MST, 2001, p. 148). Esse objetivo foi formulado no início dos anos 2000, e desde lá alguns direitos foram conquistados pelas mulheres assentadas da reforma agrária: a titularidade do lote hoje é compartilhada, independentemente do estado civil; o fato de serem titulares da terra viabiliza seu reconhecimento como produtora rural e o acesso a recursos públicos, por exemplo; foram implementadas diversas linhas de crédito buscando possibilitar a autonomia financeira das mulheres da reforma agrária e da agricultura familiar, como o *Fomento Mulher*, *PRONAF Mulher*, *Terra Sol*; e foram criados programas sociais que também dão suporte às mulheres, como o *Programa de Organização Produtiva das Mulheres Rurais*, *Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural*, *Programa de Aquisição de Alimentos* (MDA, 2010). Além das políticas específicas para as trabalhadoras rurais, outras políticas impactaram a vida dessas mulheres, como o *Programa Bolsa Família* e a *Lei Maria da Penha*.

Além da conquista de políticas públicas específicas, os espaços construídos pelas mulheres em movimentos sociais plurais são muito importantes para a reflexão e elaboração coletivas, para a politização dos lugares ditos “femininos” e para o estabelecimento de redes intersubjetivas entre elas. Conforme Schütz (2004, p. 148), as experiências

adquirem sentido emancipador, tornam-se força social, na medida em que são constante e criticamente refletidas. O tornar-se consciente da experiência vivida é que supera o voluntarismo disperso e vulnerável. Por isso, momentos de reflexão, formação, avaliação e planejamento da própria ação tomam sentido estratégico tanto para os indivíduos quanto para os movimentos.

Tendo em vista que dentro do MST há uma organização de mulheres e que nos espaços do Movimento são fomentadas discussões sobre sua realidade, torna-se fundamental ouvi-las, tanto do ponto de vista metodológico quanto ético (REGO; PINZANI, 2013, p. 31), pois cada uma delas elabora uma leitura de si, elegendo critérios e ressaltando suas experiências mais significativas.

A partir de uma revisão bibliográfica é possível encontrar vários trabalhos no campo das ciências sociais, história, desenvolvimento rural e educação que têm como foco as mulheres

Sem Terra e as relações de gênero no interior do MST (CAPPELLIN; CASTRO, 1997; LECHAT, 1996; ABRAMOVAY; RUA, 2000; SILVA, 2004a), a participação política delas no Movimento (POLETINE et.al., 2005; GONÇALVES, 2009), a pedagogia do MST (CALDART, 2012), os limites para a criação de “novos homens” e de “novas mulheres” (SILVA, 2003); no entanto, não localizamos pesquisas que problematizam a luta delas a partir do prisma do reconhecimento, focando nas vivências que motivaram o surgimento de sua organização, as injustiças vivenciadas e seus ganhos de autonomia.

1.1 POLÍTICA DISTRIBUTIVA E ÉTICA DO CUIDADO

Um movimento social se constitui, conforme Honneth, a partir de um sentimento de injustiça, uma experiência de sofrimento social que é compartilhada por sujeitos conectados intersubjetivamente. Este autor justifica que “la designación oficial como ‘movimiento social’ es, en sí misma, el resultado de una lucha subterránea por el reconocimiento llevada a cabo por grupos o individuos afligidos por sufrimientos sociales para hacer que el público perciba y tenga en cuenta sus problemas” (HONNETH, 2006, p. 97).

Assim, além do surgimento do próprio MST, esse enfoque possibilita que pensemos o Setor de Gênero como um movimento de luta por reconhecimento que emerge dentro de um movimento social. Ou seja, o Setor de Gênero nasce a partir da reflexão de todas e de cada uma de que as experiências de injustiça ou de não reconhecimento vividas pelas mulheres dentro do Movimento são comuns a todas, e não casos individuais ou isolados. E que essas experiências precisam ser (politicamente) expostas para que sua superação possa ser construída pela coletividade.

O panorama que Fraser (2006; 2007) apresenta sobre as lutas feministas na contemporaneidade também nos permite problematizar o surgimento do Setor de Gênero. Conforme esta autora, as demandas de gênero estão polarizadas entre a luta pela equidade de direitos e a luta pelo respeito às múltiplas identidades. Esse binarismo atinge tanto as abordagens acadêmicas quanto as militantes.

Como referência do indicativo de Fraser, destacamos as abordagens de Okin (1989) e de Gilligan (2003). Para a primeira, a questão das mulheres deve ser pensada a partir de políticas distributivas e de um Estado de bem-estar social robusto, já as assimetrias no interior da família devem ser consideradas como uma dimensão fundamental das teorias e práticas da justiça. Gilligan, por outro lado, pensa a questão feminina a partir da necessidade de mudança do paradigma do que é valorizado pelas sociedades. A autora assume a *ética do cuidado* como um

valor feminino que deve ser socialmente valorizado, logo, a busca por igualdade não deve ser um fim das políticas de gênero.

Em Honneth podemos encontrar a tentativa de borrar essa fronteira rígida entre igualdade e diferença a partir de seu entendimento de que a luta por reconhecimento abarca tanto a dimensão da redistribuição como a do reconhecimento cultural. E aqui resgatamos o surgimento do Setor de Gênero do MST enquanto expressão da luta delas por reconhecimento, ou seja, por acesso a bens materiais, por direitos de cidadania e pela igualdade participativa nas tomadas de decisão.

A luta por reconhecimento, conforme Honneth (2003; 2006) se dá, principalmente, em três esferas: amor (relações íntimas), direito (relações jurídicas) e realizações/solidariedade (comunidade de valores). O estabelecimento de relações de reconhecimento recíproco em cada uma das esferas garante ao indivíduo a possibilidade de produzir a sua identidade a mais intacta possível e de se constituir enquanto um indivíduo autônomo, ou seja, apto a planejar e realizar a sua vida sem impeditivos injustificáveis.

No entanto, ser autônomo não significa ser autossuficiente (ANDERSON; HONNETH, 2011, p. 100). Por ser dependente de relações de reconhecimento mútuo, a autonomia individual está vinculada à realização da autonomia dos parceiros de interação. Nesse sentido, mais autônomas serão as mulheres quanto mais delas puderem elaborar e realizar seus projetos de vida, e mais autonomia terão quanto mais esferas de suas vidas puderem ser objeto de planos e realizações (SOBOTTKA, 2015, p. 37).

Assim, enquanto as abordagens binárias nos permitem interpretar as formulações do Setor de Gênero, a concepção monista de Honneth, além de também nos instrumentalizar frente às publicações, nos ampara diante das falas das mulheres Sem Terra.

1.2 METODOLOGIA E OBJETIVOS

Rego e Pinzani (2013, p. 25-26) esclarecem que a Teoria Crítica “se caracteriza por renunciar a modelos ideais de sociedade” e por tentar “efetuar uma crítica interna à sociedade”. Sobre a crítica interna, os autores indicam que ela pode ser feita a partir de três diferentes perspectivas: funcional, ética e moral.

A primeira estabelece como alvo da crítica “um mau funcionamento do sistema”; a segunda “salienta como a vida em determinada sociedade não é uma vida boa conforme os seus próprios critérios de vida boa”; e a terceira, “aponta para o fato de a sociedade (ou o sistema)

contradizer uma norma ou um ideal moral aceitos por ela mesma (ou pelo próprio sistema)” (REGO; PINZANI, 2013, p. 25-26).

Inspirados na perspectiva moral da Teoria Crítica da sociedade, buscamos, com esse trabalho, compreender quais as motivações que levaram à articulação de um movimento de mulheres no interior do MST e quais as possibilidades e limitações que elas encontram hoje para realizarem sua autonomia. Para tanto, valemo-nos da teoria do reconhecimento de Honneth, notadamente dos conceitos de reconhecimento, desrespeito e autonomia.

Nossa abordagem é qualitativa, analisamos as publicações do Setor de Gênero do MST e realizamos entrevistas semiestruturadas (APÊNDICE A) com quatro mulheres Sem Terra. Uma de nossas entrevistadas – Aurora – é assentada no município de Nova Santa Rita (RS) e é a representante da região metropolitana no Setor de Gênero. As outras três entrevistadas – Mercedes, Flora e Violeta – são assentadas em Eldorado do Sul (RS), município que abriga sete assentamentos da reforma agrária: Integração Gaúcha, Fazenda São Pedro I, Fazenda São Pedro II, Colônia Nonoaiense, Padre Josimo, Apolônio de Carvalho e Belo Monte.

A escolha por entrevistadas assentadas em Eldorado do Sul se deu em função do fácil acesso ao assentamento (cerca de 15 km de Porto Alegre), da pluralidade de origens delas (oriundas de regiões distintas do estado) e, especialmente, por não termos enfrentado dificuldades de acessar o campo.

Através da presente pesquisa temos como objetivo investigar os motivos da formação do Setor de Gênero, identificar suas demandas e conhecer as vivências e projetos de vida de mulheres assentadas no município de Eldorado do Sul (RS).

Esse objetivo principal se desdobra em: analisar o discurso do Setor de Gênero do MST sobre as mulheres, considerando materiais produzidos no período de 1988 a 2015; identificar as vivências de desrespeito e a luta por reconhecimento das mulheres no interior do MST; verificar como as mulheres Sem Terra entrevistadas buscam realizar sua própria autonomia, considerando seus projetos de vida.

Os objetivos pretendem responder ao seguinte problema de pesquisa: Tendo em vista que existe uma organização de mulheres no interior do MST, o que motivou o surgimento dessa organização, quais suas demandas e quais as vivências e projetos de vida que animam a luta das mulheres Sem Terra atualmente?

No primeiro capítulo apresentamos três abordagens para pensar a questão feminina. A primeira situa a problemática de gênero no campo da igualdade e, para tanto, entende que as desigualdades entre os gêneros são resolvidas a partir de políticas distributivas. A segunda

abordagem concebe a questão a partir do foco na diferença e entende que subjacente à socialização das mulheres está um princípio ético do cuidado; as mulheres devem ter, portanto, suas diferenças preservadas e respeitadas. E, na condição de fio condutor da nossa análise, propomos a teoria do reconhecimento de Honneth que abarca tanto demandas de ordem material quanto simbólica, tendo como fim a realização da autonomia das mulheres.

O segundo capítulo é dedicado ao Setor de Gênero do MST, seu surgimento e a forma como problematiza as assimetrias entre os gêneros. No primeiro momento, descrevemos e analisamos os materiais produzidos pelo Setor a partir das noções de igualdade e diferença. E, no segundo, problematizamos, à luz da teoria do reconhecimento, as experiências de desrespeito relatadas nessas publicações.

Em nosso terceiro capítulo analisamos as entrevistas com as mulheres Sem Terra, a história da luta das mulheres dentro do MST, seus ganhos individuais e coletivos, seus objetivos, seus projetos de vida. Articulando suas vivências com os princípios de autonomia e reconhecimento, e com sua negação, o desrespeito.

Nas considerações finais refletimos sobre essas duas formas de expressão da luta das mulheres: uma teórica, que conta com formulações que carregam uma intencionalidade e princípios de sociedade e de indivíduo, assentadas no dualismo entre igualdade e diferença; e uma cotidiana, atrelada às vivências das mulheres e a uma prática de autonomia.

2 ÉTICA DO CUIDADO, POLÍTICA DISTRIBUTIVA E RECONHECIMENTO

A dicotomia igualdade e diferença tem marcado e produzido antagonismos no campo feminista, onde, de um lado estão as perspectivas que reivindicam para as mulheres direitos materiais (baseadas no pressuposto da igualdade), e de outro as que reivindicam direitos de *status* (baseadas no pressuposto da diferença). Fraser elucida essa questão:

Dentro de movimentos sociais como o feminismo, por exemplo, tendências ativistas que encaram a redistribuição como um remédio para a dominação masculina estão cada vez mais dissociadas das tendências que olham para o reconhecimento da diferença de gênero. E o mesmo parece ser verdade na esfera intelectual. Na academia, para continuar com o feminismo, acadêmica(o)s que entendem gênero como uma relação social mantêm uma difícil coexistência com aquela(e)s que o constroem como uma identidade ou um código cultural. Essa situação exemplifica um fenômeno mais amplo: a difundida separação entre a política cultural e a política social, a política da diferença e a política da igualdade (FRASER, 2007, p. 102).

O entendimento de que a superação das desigualdades entre homens e mulheres passa por políticas igualitaristas emergiu durante a chamada primeira onda do feminismo. Naquele momento, as reivindicações centravam-se no sufrágio universal e na equiparação salarial entre homens e mulheres que ocupassem as mesmas funções. Esse feminismo de cunho liberal tem como pauta a “conquista dos direitos civis como questão central da luta para eliminar todas as desigualdades: é um movimento que reivindica igualdade de direito e de fato para todas as mulheres em nome do direito inalienável de cada indivíduo à igualdade e à determinação” (TEGA, 2010, p. 87-88).

Ao se reportar à luta de classes para problematizar a subordinação feminina, o feminismo marxista também se situa no polo da igualdade. Para as autoras dessa corrente,

não se trata somente de postular os mesmos direitos para homens e mulheres, mas sim de dissolver as categorias “homens” e “mulheres”, como a revolução marxista teria dissolvido as categorias “capitalista” e “proletários”. Trata-se de pensar cada homem, cada ser humano, como um sujeito autônomo igual aos outros sujeitos, compartilhando a mesma razão (COLLIN, 2009, p. 62).

A partir da segunda onda do feminismo, a diferença volta a ser um critério distintivo entre homens e mulheres; não mais a diferença biológica, mas a diferença produzida socialmente. Esse momento é marcado pela emergência da “história das mulheres” como campo historiográfico de estudos e, especialmente, pela distinção sexo/gênero, cujas “implicações foram revolucionárias não só para os projetos, demandas e consignas do movimento das mulheres, mas também para as ciências sociais e o pensamento filosófico praticados fora dos círculos intelectuais feministas” (PIERUCCI, 2013, p. 124).

Simone de Beauvoir é a referência dessa mudança de perspectiva dentro do feminismo. Nos dois volumes de *O Segundo Sexo*, a autora busca responder “por que a mulher é o *Outro*?”. A partir de um resgate das explicações biológicas, materialistas e psicanalíticas para a subordinação da mulher, Beauvoir (1967, p. 9) conclui que

nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino. Somente a mediação de outrem pode constituir um indivíduo como um *Outro*.

Mais recentemente, a interseccionalidade torna-se uma variável fundamental nos debates sobre a condição feminina. A partir desse prisma, as diferenças passam a ser estabelecidas não apenas em relação aos homens, mas também entre as próprias mulheres. As variáveis de raça, classe social, religião e etnia passam a figurar como marcadores fundamentais do feminismo. Conforme Crenshaw (2002, p. 177),

a interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras.

Essa abordagem é criticada pelas teóricas da igualdade por “maquiar” o que acreditam ser o que realmente importa: “muitas injustiças são experimentadas por mulheres na condição de mulheres, quaisquer que sejam as diferenças entre elas e quaisquer outras injustiças que elas também sofram” (OKIN, 1989, p. 6-7).

Ainda no campo da diferença, Iris Young categoriza as demandas do movimento feminista (e de outros) como *política da diferença*, “entendida como aquela que exige a afirmação das diferenças de grupo, a fim de identificar e combater os bloqueios às capacidades de autodesenvolvimento e autodeterminação” (SILVA, 2013, p. 206). Nas palavras de Young, “a afirmação de um sentido positivo à diferença de grupo fornece um ponto de vista do qual se pode criticar as instituições e normas predominantes” (YOUNG, 1990, p. 176).

Essas diferentes perspectivas coexistem no campo dos estudos feministas, em alguma medida se complementam, em outra se antagonizam. Para adentrarmos a discussão de gênero no interior do MST é preciso olhar para diferentes abordagens que envolvem a problemática das mulheres nesse Movimento, tendo em vista que esse dualismo não está presente apenas nas formulações acadêmicas, mas nas militantes também. Destacamos, para tanto, a *ética do*

cuidado teorizada por Carol Gilligan (2003) e problematizada por Seyla Benhabib (1987); e a política distributiva defendida por Susan Okin (1989) e debatida por Nancy Fraser (1997).

Estas perspectivas reproduzem o antagonismo igualdade e diferença no interior dos estudos feministas, mas são bases para o desenvolvimento de abordagens que buscam encontrar um caminho intermediário, onde as mulheres não precisem abdicar da igualdade para terem suas diferenças reconhecidas e vice-versa, onde justiça e boa vida não sejam percebidas enquanto excludentes, mas complementares.

2.1 A ÉTICA DO CUIDADO E A EMERGÊNCIA DO OUTRO CONCRETO

Gilligan publica em 1982 o livro *In a different voice*, onde argumenta que a voz é diferente quanto ao tema e não quanto ao sexo. Conforme a autora, a associação da voz moral diferente com as mulheres é uma observação empírica, “mas essa associação não é absoluta, e os contrastes entre vozes masculinas e femininas são aqui apresentados para destacar uma distinção entre dois modos de pensar e de focar um problema de interpretação em vez de representar uma generalização sobre ambos os sexos”¹ (GILLIGAN, 2003, p. 2).

Ela esclarece que essas diferenças estão ligadas a um contexto social, onde *status* social e poder combinados com a biologia reprodutiva delineiam a experiência de homens e mulheres e a experiência entre os sexos (GILLIGAN, 2003, p. 2). Assim, Gilligan alinha-se às perspectivas que percebem a socialização como o processo de produção e diferenciação de homens e mulheres, ou seja, não são características inatas que produzem as diferenças entre os sexos, mas fatores sociais.

A autora resgata o estudo da psicanalista Nancy Chodorow para indicar que, universal e largamente, as mulheres são responsáveis pelo primeiro cuidado das crianças, resultando com isso que “em qualquer sociedade, a personalidade feminina define-se em relação e conexão com outras pessoas, mais do que a personalidade masculina faz” (CHODOROW, 1974 apud GILLIGAN, 2003, p. 7). Assim, a primeira definição do *self* das meninas é assentada em empatia.

Gilligan vale-se também de estudos no campo do desenvolvimento infantil, dentre eles a pesquisa realizada por Janet Lever, onde a pesquisadora observou os momentos de

¹ No original: “Its association with women is an empirical observation, and it is primarily through women's voices that I trace its development. But this association is not absolute, and the contrasts between male and female voices are presented here to highlight a distinction between two modes of thought and to focus a problem of interpretation rather than to represent a generalization about either sex” (GILLIGAN, 2003, p. 2).

brincadeiras de crianças de quinta série e concluiu que os meninos gostam de debater as regras e seus significados e de criá-las, enquanto que entre as meninas as divergências frente às regras tendem a acabar com o jogo ou brincadeira. Gilligan critica o fato de Lever indicar que as características associadas aos meninos são superiores e suas brincadeiras preferíveis em função das qualidades que estimulam e ajudam a desenvolver.

Para pensar o processo inicial de socialização de meninos e meninas, Gilligan também recorre às considerações de Piaget, para quem a postura frente às brincadeiras indicaram que “as meninas são mais tolerantes em suas atitudes com relação às regras, mais dispostas a fazer exceções, e mais facilmente reconciliadas com inovações”² (GILLIGAN, 2003, p. 10), o que demonstrou, na interpretação dele, que o senso de justiça, fundamental para o desenvolvimento moral, é bastante menos desenvolvido em meninas do que em meninos.

Gilligan (2003, p. 10) destaca que em ambos estudos subjaz a ideia de um modelo masculino superior em função de corresponder aos requisitos do sucesso corporativo moderno, enquanto a sensibilidade e o cuidado com os sentimentos dos outros têm pouco valor de mercado e podem até mesmo impedir o sucesso profissional. A autora constata que

uma vez que é difícil dizer "diferente" sem dizer "melhor" ou "pior", uma vez que existe uma tendência para a construção de uma única escala de medição, e desde que esta escala tem sido geralmente derivada de e padronizada com base em interpretações de homens sobre dados derivados predominantemente ou exclusivamente de estudos de homens, psicólogos têm tendido a considerar o comportamento masculino como a "norma" e o comportamento feminino como uma espécie de desvio dessa norma. Assim, quando as mulheres não estão em conformidade com os padrões de expectativa psicológica, a conclusão tem sido geralmente que algo está errado com as mulheres³ (GILLIGAN, 2003, p. 14).

O que distingue a abordagem de Gilligan de outras que partem dessa mesma constatação é que a autora não entende o processo diferenciado de socialização como um problema a ser enfrentado ou o causador da desigualdade material e simbólica entre os sexos. Na avaliação dela, esses processos distintos de socialização produzem concepções morais distintas e o problema está no fato de as sociedades modernas apenas atribuírem valor a uma forma de julgamento moral, a masculina.

² No original: “Girls are more tolerant in their attitudes toward rules, more willing to make exceptions, and more easily reconciled to innovations” (GILLIGAN, 2003, p. 10).

³ No original: “Since it is difficult to say ‘different’ without saying ‘better’ or ‘worse’, since there is a tendency to construct a single scale of measurement, and since that scale has generally been derived from and standardized on the basis of men's interpretations of research data drawn predominantly or exclusively from studies of males, psychologists have tended to regard male behavior as the 'norm' and female behavior as some kind of deviation from that norm. Thus, when women do not conform to the standards of psychological expectation, the conclusion has generally been that something is wrong with the women” (GILLIGAN, 2003, p. 14).

Devido a esta ênfase no cuidado, as mulheres eram tradicionalmente consideradas, em termos de desenvolvimento moral, atrasadas em relação aos homens. Em sentido contrário, Gilligan e outras mais recentes teóricas do empoderamento procuram reinterpretar a perspectiva do cuidado das mulheres como uma força distinta⁴ (ALLEN, 1999, p. 19).

Assim, a transformação que clama a autora é pela coexistência não hierarquizada de uma ética de princípios e direitos e de uma ética do cuidado. Benhabib destaca que, ao identificar o julgamento moral das mulheres como sendo “mais contextual, mais imerso nos pormenores dos relacionamentos e narrativas”, Gilligan chama a atenção para o fato de que “a contextualidade, narratividade e especificidade do julgamento moral das mulheres não é sinal de fraqueza ou deficiência, mas manifestação de uma visão de maturidade moral que encara o eu como imerso numa rede de relacionamentos com os outros” (BENHABIB, 1987, p. 88).

Diferente das alegações de alguns críticos, Gilligan não concebe uma essência feminina assentada no cuidado, ela apenas tem por objetivo investigar “como na sociedade patriarcal vozes diferentes são formadas, valoradas, hierarquizadas e naturalizadas” (KUHNNEN, 2014, p. 3). Suas considerações partem de observações empíricas que indicam a existência de perspectivas morais distintas que são produzidas socialmente a partir do sistema gênero-sexo:

uma delas é a perspectiva “masculina”, que também se pode denominar de voz padrão da moralidade, segundo a qual as decisões morais são baseadas em noções de justiça, no respeito a direitos individuais e a normas universais; a outra é a perspectiva “feminina”, geralmente associada às mulheres, que Gilligan também denomina de “voz diferente” da moralidade e que aponta para um modo diverso de falar sobre problemas morais, baseado na experiência da conexão com o outro da qual resulta a atribuição de prioridade à manutenção de relacionamentos de cuidado na tomada de decisões morais (KUHNNEN, 2014, p. 1).

A partir dessa constatação, Gilligan defende que esses padrões coexistam, que a teoria moral feminista reivindique um espaço “para a voz moral distinta da voz padrão – uma voz que não é caracterizada por algum tipo de emoção irracional, mas por uma racionalidade contextualizada que diverge da forma de razão tradicional por trás das teorias modernas sobre a moralidade” (KUHNNEN, 2014, p. 2). Gilligan entende, com isso, que homens e mulheres devem poder valer-se tanto da ética do cuidado quanto de uma ética da justiça e do direito como padrões válidos de julgamento moral, sem hierarquias.

⁴ No original: “Due to this emphasis on care, women were traditionally thought to lag behind men in terms of moral development. By contrast, Gilligan and other, more recent empowerment theorists seek to reinterpret women's care perspective as a distinctive strength” (ALLEN, 1999, p. 19).

A noção de poder subjacente à obra de Gilligan é a de empoderamento, ou seja, “o poder enquanto capacidade de empoderar e transformar a si mesmo, os outros e o mundo”⁵ (ALLEN, 1999, p. 18). Assim, ao defender que a “voz diferente” seja ouvida através da inserção das mulheres nas mais variadas instituições sociais, Gilligan propõe um caminho para a transformação da estrutura patriarcal da sociedade. E, conforme Kuhnen (2014, p. 6),

a perspectiva do cuidado, por meio da valorização de sentimentos morais, como empatia, altruísmo e reconhecimento da conexão com o outro, contribui, assim, para superar a indiferença que pode estar presente na perspectiva da justiça, baseada essencialmente na autonomia, individualização e separação.

E, de acordo com Gilligan, em termos de uma estrutura democrática o cuidado deixa de ser entendido como uma ética feminina para ser percebido como uma ética humana possível.

No texto *O Outro Generalizado e o Outro Concreto*, Benhabib resgata o estudo de Gilligan e apresenta uma crítica feminista às teorias da justiça, onde “a mulher é tão-somente o que os homens não são. [...] Sua identidade vem a ser definida por uma carência – a carência de autonomia, a falta de independência, a falta do pênis” (BENHABIB, 1987, p. 96).

A mulher é concebida como negação frente a uma ideia de sujeito universal construída a partir das experiências de homens adultos, brancos e proprietários ou profissionais liberais, podemos acrescentar ainda heterossexuais e europeus. Benhabib esclarece que isso ocorre pois as teorias da justiça recorrem a um universalismo *substitucionalista*, quando deveriam valer-se de um universalismo *interativo*:

Nesse sentido [interativo], “universalidade” é um ideal regulador que não nega nossa identidade incorporada e contextualizada, mas tem por objetivo desenvolver atitudes morais e estimular transformações políticas que possam produzir um ponto de vista aceitável por todos. A universalidade não é o consenso ideal de eus definidos ficticiamente, mas o processo concreto em política e moral da luta de eus concretos, físicos, pugnando por autonomia (BENHABIB, 1987, p. 92).

Assim, Benhabib entende que não há o outro a partir da imparcialidade, já que esta é conseguida através da multiplicidade de outros concretos e não a partir de um outro abstrato. Essa autora propõe o conceito de equidade como a síntese das noções de igualdade e diferença, percebendo as duas como complementares na medida em que o respeito deve ser generalizado – cada indivíduo é um “ser racional habilitado aos mesmos direitos e deveres que gostaríamos de atribuir a nós mesmos” – e o reconhecimento particularizado – cada ser racional é “um

⁵ No original: “Power as the ability to empower and transform oneself, others, and the world” (ALLEN, 1999, p. 18).

indivíduo com uma história concreta, identidade e constituição afetivo-emocional” (BENHABIB, 1987, p. 98).

Ao conceber o outro concreto e o outro generalizado enquanto complementares, Benhabib aproxima Gilligan e Rawls e propõe o rompimento da separação entre ética do cuidado e ética da autonomia, bem como do binarismo igualdade e diferença estabelecido no interior do campo feminista. A autora esclarece sua proposta: “de um ponto de vista metaético e normativo argumento, portanto, pela validade de uma teoria moral que nos permite reconhecer a dignidade do outro generalizado mediante um reconhecimento da identidade moral do outro concreto” (BENHABIB, 1987, p. 103-104). Benhabib evidencia que não é tarefa fácil, mas que deve ser realizada a partir de uma ética comunicativa

não só compatível com a geração interativa dialógica de universalidade, mas, o que é mais significativo, oferece contexto adequado, no bojo do qual os agentes morais e políticos podem definir suas identidades concretas com base no reconhecimento da dignidade uns dos outros como outros generalizados (BENHABIB, 1987, p. 104).

E será esse processo o meio pelo qual serão definidas e ajustadas as formas de organização política consideradas mais justas, bem como as definições de justiça, boa vida, público e privado.

2.2 POLÍTICAS DISTRIBUTIVAS E A QUESTÃO BIDIMENSIONAL DE GÊNERO

No âmbito das teorias que postulam a construção da igualdade entre homens e mulheres como modo de superar a subordinação delas, destacamos a obra *Justice, gender, and the family* publicada em 1989 por Susan Okin, para quem as diferenças entre as mulheres não podem se sobrepor ao gênero em si:

Algumas feministas têm sido criticadas por desenvolver teorias de gênero que não levam suficientemente em conta as diferenças entre as mulheres, especialmente de raça, classe, religião e etnia. Embora tais críticas devam sempre informar a nossa investigação e melhorar os nossos argumentos, seria um erro, permitir que elas diminuam nossa atenção do gênero em si mesmo como um fator significativo. Muitas injustiças são experimentadas por mulheres como mulheres, quaisquer que sejam as diferenças entre elas e quaisquer outras injustiças que elas também sofram. [...] Reconhecer isso não é negar ou não enfatizar o fato de que o gênero pode afetar diferentes subgrupos de mulheres em intensidades diferentes e de maneiras diferentes⁶ (OKIN, 1989, p. 6-7).

⁶ No original: “Some feminists have been criticized for developing theories of gender that do not take sufficient account of differences among women, especially race, class, religion, and ethnicity. While such critiques should always inform our research and improve our arguments, it would be a mistake to allow them to detract our attention from gender itself as a factor of significance. Many injustices are experienced by women as women,

A autora argumenta que, enquanto as feministas têm se dedicado a problematizar “the subject of gender” (OKIN, 1989, p. 7), as instituições políticas e legais têm lidado com essas questões na dimensão prática, sob uma égide patriarcal, de um indivíduo masculino. Essa orientação tem evidenciado os limites das instituições na determinação do que é justo, tanto no campo das políticas públicas quanto no campo jurídico.

Nesse sentido, Okin faz um enfrentamento com as Teorias da Justiça que, conforme argumenta, têm demonstrado pouco interesse ou negligenciado totalmente os conhecimentos feministas: não consideram a divisão da humanidade em dois sexos, empregam uma linguagem “neutra” para temas como aborto e gravidez (maquiando a exclusão das mulheres), não discutem a família estruturada por gênero, partem de sujeitos maduros e independentes sem qualquer menção ao seu processo de socialização (protagonizado por mulheres), consideram trabalho apenas como trabalho pago (desenvolvido predominantemente por homens) e não levam em conta as características (iniciais ou adquiridas) que afetam o tratamento diferenciado dos sujeitos pelas instituições, leis e costumes.

Segundo Okin (1989, p. 19), tanto Rousseau, Hegel quanto Tocqueville destacaram a centralidade da família para o desenvolvimento da moralidade nos cidadãos, no entanto nenhuma das concepções considerou a importância de uma família justa como necessária para socializar crianças na cidadania de uma sociedade justa. Mesmo a Teoria da Justiça mais influente do século XX, produzida por John Rawls, comete esses equívocos, em especial ao assumir a vida familiar como sendo justa e desconsiderar a divisão sexual do trabalho na família e a associada distribuição assimétrica de poder, de responsabilidade e de privilégio. Embora tenha como mérito reconhecer a família como o local onde aprende-se o próprio valor e a alteridade, elemento fundamental para o senso de justiça (OKIN, 1989, p. 9 e 21).

A autora destaca ainda a abordagem de J. Stuart Mill para quem a desigualdade da mulher dentro da família subverte a justiça em geral. Assim, transformar o casamento numa relação entre iguais é transformar “uma escola de despotismo numa escola de cultivo moral”⁷ (MILL apud OKIN, 1989, p. 20). Mas ressalva que Mill esbarra na divisão tradicional do trabalho conforme os sexos.

whatever the differences among them and whatever other injustices they also suffer from. [...] Recognizing this is not to deny or de-emphasize the fact that gender may affect different subgroups of women to a different extent and in different ways” (OKIN, 1989, p. 6-7).

⁷ No original: “a school of despotism into a school of moral cultivation” (MILL apud OKIN, 1989, p. 20).

Nessa direção, a família torna-se o ponto central da argumentação de Okin, tendo em vista que considera que a realização do trabalho doméstico, do trabalho não remunerado está subjacente a todas as desigualdades de gênero. Para embasar seu argumento, a autora recorre a Shirley Williams (apud OKIN, 1989, p. 4) segundo a qual "uma partilha equitativa entre os sexos das responsabilidades familiares, especialmente o cuidado com as crianças, é 'a grande revolução que não aconteceu'". Okin destaca ainda que o fato de as mulheres estarem realizando mais trabalho pago não significa mais equidade, pois, "até que haja justiça no seio da família, as mulheres não serão capazes de ganhar igualdade na política, no trabalho, ou em qualquer outra esfera"⁸ (OKIN, 1989, p. 4).

No passado, as teorias políticas separaram a família do que importa na política, justificaram a ausência da mulher na vida política e civil a partir de sua natureza, e a atuação da mulher na família possibilitou que o homem transitasse com facilidade entre a vida pública e a doméstica. Seguindo este rastro, Okin defende que os casamentos estruturados por gênero vulnerabilizam as mulheres:

As mulheres são vulneráveis ao construírem suas vidas em torno da expectativa de que serão mães; elas se tornam mais vulneráveis dentro de casamentos em que elas cumprem essa expectativa, cumprindo ou não elas também trabalham por salários; e elas são ainda mais vulneráveis em caso de separação ou divórcio, quando costumam assumir a responsabilidade pelas crianças sem o apoio adequado dos seus ex-maridos⁹ (OKIN, 1989, p. 170).

As teorias contemporâneas aparentam ser inclusivas com as mulheres, mas, de acordo com Okin (1989, p. 8-9), é apenas aparência, pois a família segue ignorada a partir da divisão do trabalho, da dependência econômica relativa e das oportunidades políticas restritas para as mulheres. Segue subjacente a ideia de que a família não é política e o sujeito universal é o masculino, chefe de uma família tradicional.

Enquanto as sanções legais que sustentam a dominação masculina começaram a ser corroídas no século passado, e mais rapidamente nos últimos vinte anos, o peso da tradição, combinado com os efeitos da socialização, ainda trabalha poderosamente para reforçar papéis sexuais que são comumente considerados de prestígio e valor desiguais¹⁰ (OKIN, 1989, p. 6).

⁸ No original: "Until there is justice within the family, women will not be able to gain equality in politics, at work, or in any other sphere" (OKIN, 1989, p. 4).

⁹ No original: "Women are made vulnerable by constructing their lives around the expectation that they will be primary parents; they become more vulnerable within marriages in which they fulfill this expectation, whether or not they also work for wages; and they are most vulnerable in the event of separation or divorce, when they usually take over responsibility for children without adequate support from their ex-husbands" (OKIN, 1989, p. 170).

¹⁰ No original: "While the legal sanctions that uphold male dominance have begun to be eroded in the past century, and more rapidly in the last twenty years, the heavy weight of tradition, combined with the effects of socialization, still works powerfully to reinforce sex roles that are commonly regarded as of unequal prestige and worth" (OKIN, 1989, p. 6).

Okin (1989, p. 14) defende que esse estado de coisas é inaceitável e apresentada algumas razões: 1) A tradição liberal é supostamente fundada em direitos individuais e igualdade humana, mas relega a mulher à esfera doméstica; assim, essa autora defende que elas sejam incluídas de modo satisfatório nas Teorias da Justiça. 2) Equidade de oportunidades não existe para mulheres e nem para as crianças, devido à injustiça de gênero. Deve-se considerar que as crianças não nascem indivíduos isolados ou iguais, mas em situações familiares. E, quando superam a desigualdade de oportunidades, as mulheres adultas esbarram na desigualdade de gênero. Ao garantir melhores condições para as mulheres garante-se melhores condições para os filhos, tendo em vista o elevado percentual de mães solteiras ou divorciadas com filhos. 3) Uma sociedade justa é fundada a partir de famílias justas, logo este é o lugar (potencial) onde se aprende a ser justo; Okin critica a idealização da família enquanto escola de justiça e destaca a existência de legislações que são embasadas nessa noção de família-escola que versam, por exemplo, sobre a proibição da poligamia, mas são tolerantes com a monogamia patriarcal.

Quanto às perspectivas que enfatizam e valorizam as diferenças de gênero e clamam pelo empoderamento das mulheres, Okin argumenta que

certamente não há evidências – nem poderia haver, em tal sociedade estruturada em termos de gênero – para concluir que as mulheres são de alguma forma naturalmente mais inclinadas em direção à contextualidade e longe do universalismo em seu pensamento moral, um falso conceito que, infelizmente, reforça os velhos estereótipos que justificam esferas separadas¹¹ (OKIN, 1989, p. 15).

Assim, esta autora defende que as condições políticas e econômicas igualitárias para homens e mulheres sejam inicialmente criadas no interior da família para então serem expandidas para as demais esferas da vida. E seu entendimento é de que essa igualdade deve ser possibilitada por um estado de bem-estar social robusto, que supra as demandas de cuidado dos filhos e viabilize a partilha equânime dos trabalhos pago e não pago. Fraser elucida o posicionamento de Okin: “um estado de bem-estar de *caregiver* universal iria promover a equidade de gênero por efetivamente dismantelar a oposição de gênero entre provedor e cuidador. Isso seria integrar as atividades que atualmente são separadas uma da outra, eliminar

¹¹ No original: “there is certainly no evidence - nor could there be, in such a gender-structured society - for concluding that women are somehow naturally more inclined toward contextuality and away from universalism in their moral thinking, a false concept that unfortunately reinforces the old stereotypes that justify separate spheres” (OKIN, 1989, p. 15).

a sua codificação de gênero e incentivar os homens a realizá-las também”¹² (FRASER, 1997, p. 61).

Nesse sentido, a avaliação de Okin (1989, p. 171) é de que uma sociedade justa é aquela em que gênero é uma variável tão sem importância quanto a cor dos olhos, por exemplo. Assim, não haveria papéis pressupostos para homens e mulheres, e os trabalhos pagos e não pagos, produtivos e reprodutivos, seriam divididos de modo equânime entre todos.

A ênfase em uma política distributiva também aparece na obra de Fraser. A autora alerta para o fato de que na “era ‘pós-socialista’” os interesses identitários têm suplantado os interesses de classe. E os grupos ou movimentos têm atuado a partir da lógica de que para defender as diferenças identitárias é preciso abrir mão da igualdade material e de direitos.

Assim, na formulação de Fraser, o problema de gênero deve ser analisado a partir de sua característica bidimensional, ou seja, é uma questão que carece de mudanças tanto na economia quanto nos padrões culturais, enquanto dimensões complementares. A autora critica as abordagens que tratam as injustiças materiais e as injustiças simbólicas como dimensões inconciliáveis do problema de gênero, alertando que esta questão deve ser entendida a partir da superposição dessas duas classes de demandas:

A abordagem que eu proponho requer que se enxergue gênero de uma forma bifocal, através do uso simultâneo de duas lentes. Através do visor de uma das lentes, gênero tem afinidades com classe; e, através do visor da outra lente, é mais ligado a *status*. Cada uma dessas lentes coloca em foco um aspecto importante da subordinação da mulher, porém, nenhuma delas, sozinha, é suficiente. Uma compreensão plena só se torna visível quando as duas lentes estão em superposição. Nesse ponto, gênero aparece como um eixo de categoria que alcança duas dimensões do ordenamento social: a dimensão da *distribuição* e a dimensão do *reconhecimento* (FRASER, 2002, p. 64).

Estando ligado à redistribuição e ao reconhecimento, o problema bivalente de gênero está atrelado, concomitantemente, à superação das injustiças econômico-política e cultural. Fraser (2006a) alerta que essas duas formas de injustiça têm sido tratadas com remédios *afirmativos* que, ao atuarem sobre os problemas da ordem da redistribuição, precisam negar a diferença e, em contraponto, ao buscarem reconhecimento as diferenças devem ser reforçadas, opondo as duas formas de injustiças onde resolver uma significa abdicar da outra.

Para a autora, a injustiça que leva em conta o gênero deve ser tratada com remédios *transformativos*, ou seja, “remédios voltados para corrigir efeitos desiguais precisamente por

¹² No original: “A universal caregiver welfare state would promote gender equity by effectively dismantling the gendered opposition between breadwinning and caregiving. It would integrate activities that are currently separated from one another, eliminate their gender-coding, and encourage men to perform them too” (FRASER, 1997, p. 61).

meio da remodelação da estrutura gerativa subjacente” (FRASER, 2006a, p. 237). Os remédios transformativos estão atrelados à *desconstrução* na esfera pública das dicotomias – por exemplo, homem e mulher, homo e heterossexual, branco e negro – e à consequente desestabilização das identidades (PINTO, 1999, p. 64-65).

Fraser busca romper com a polarização entre igualdade e diferença ao deslocar o reconhecimento cultural do plano da boa vida e situá-lo no campo da justiça. E o núcleo normativo da sua concepção bidimensional de justiça é o fundamento da *paridade participativa*: “según esta norma, la justicia exige unos acuerdos sociales que permitan que todos los miembros (adultos) de la sociedad interactúen en pie de igualdad” (FRASER, 2006b, p. 42).

A *paridade participativa*, alerta Fraser, demanda uma condição objetiva e outra intersubjetiva. A primeira implica que “la distribución de los recursos materiales debe hacerse de manera que garantice la independencia y la ‘voz’ de todos los participantes”, já a segunda condição “requiere que los patrones institucionalizados de valor cultural expresen el mismo respeto a todos los participantes y garanticen la igualdad de oportunidades para conseguir la estima social” (FRASER, 2006b, p. 42). Assim, a assimetria entre homens e mulheres poderá ser corrigida a partir do debate público, da participação democrática dos grupos.

2.3 RECONHECIMENTO E AUTONOMIA: A PERSPECTIVA DE HONNETH INSERIDA NO CAMPO FEMINISTA

Outra abordagem que nos permite problematizar a fronteira rígida que se estabeleceu entre igualdade e diferença no campo feminista é a proposta por Honneth. Tal qual Fraser, o autor entende necessário o enfrentamento tanto das disparidades materiais quanto simbólicas, no entanto ele defende que é equivocado pensar nelas como demandas que se sucederam ou se antagonizam no âmbito das lutas sociais enquanto conflitos pela igualdade ou pela diferença (HONNETH, 2006, p. 107). Honneth percebe essas demandas como indissociáveis e esclarece que políticas de reconhecimento abarcam não somente demandas culturais, mas também demandas distributivas, tendo em vista que “incluso las injusticias distributivas deben entenderse como la expresión institucional de la falta de respeto social o, mejor dicho, de unas relaciones injustificadas de reconocimiento” (HONNETH, 2006, p. 92).

O conflito social é produto do sentimento de injustiça compartilhado por atores sociais que tiveram suas expectativas morais violadas. Portanto, a luta por reconhecimento é desencadeada por desrespeito de qualquer ordem: material, cultural, jurídica. Desse modo fica evidente que

ao reconstruir os conflitos sociais como lutas por reconhecimento, Honneth não estaria, então, excluindo ou negando a importância das reivindicações por redistribuição, mas reconstruindo-as de uma perspectiva normativa. A luta por reconhecimento não possui, conseqüentemente, um caráter meramente cultural ou identitário, mas um caráter moral que constitui, para ele, a gramática dos conflitos sociais (BRESSIANI, 2011, p. 335).

Assim sendo, o conceito honnethiano de reconhecimento é mais amplo do que o reconhecimento cultural do qual fala Fraser, ele “não remete diretamente à cultura, mas às expectativas morais de comportamento sustentadas pelos sujeitos frente a seus parceiros de interação” (BRESSIANI, 2011, p. 334). E essas expectativas morais estão ligadas ao amor, ao respeito e à estima social. Esses sentimentos são relacionados, respectivamente, com as três esferas nas quais a luta por reconhecimento se dá nas sociedades modernas, a saber: amor, direito e realizações/solidariedade. De acordo com Honneth (2006, p. 113),

en la sociedad capitalista burguesa, los sujetos aprendieron – poco a poco y con muchos retrasos específicos de clase social y de género – a referirse a sí mismos en tres actitudes diferentes: en las relaciones íntimas, marcadas por prácticas de afecto y preocupación mutuos, son capaces de comprenderse como individuos con sus propias necesidades; en las relaciones jurídicas, que se desarrollan según el modelo de igualdad de derechos (y obligaciones) mutuamente otorgados, aprenden a comprenderse como personas jurídicas a las que se debe la misma autonomía que los demás miembros de la sociedad, y, por último, en las relaciones sociales flexibles – en las que, dominada por una interpretación unilateral del principio del éxito, hay una competición por el estatus profesional –, en principio, aprenden a comprenderse como sujetos que poseen habilidades y talentos valiosos para la sociedad.

As relações intersubjetivas nessas três esferas são fundamentais tanto para a individualização quanto para a socialização dos sujeitos (SOBOTTKA, 2015, p. 44). E cada uma das esferas implica um modo específico de desrespeito – violação, privação de direitos e degradação moral, respectivamente – que está atrelado à luta por reconhecimento.

A esfera da família, segundo Honneth (2003; 2006), é essencial para o processo de individualização do sujeito e para o desenvolvimento de sua *autoconfiança*. A esfera do direito, por sua vez, “contempla não só as capacidades abstratas de orientação moral, mas também as capacidades concretas necessárias para uma existência digna” (SOBOTTKA, 2015, p. 25), e está ligada ao desenvolvimento do *autorrespeito*. E a esfera das realizações é onde os sujeitos, ao terem reconhecidas suas contribuições sociais, podem desenvolver *autoestima*.

O modelo honnethiano de luta por reconhecimento, segundo Sobottka (2015, p. 31), tem as tarefas de “(1) ser um modelo de interpretação do surgimento das lutas sociais e (2) do processo de desenvolvimento moral”. A respeito dessas tarefas, Salvadori indica que Honneth fornece a eticidade como padrão “para identificar as patologias sociais e avaliar os movimentos

sociais”. Sendo a eticidade “o conjunto de práticas e valores, vínculos éticos e instituições, que formam uma estrutura intersubjetiva de reconhecimento recíproco. Por meio da vida boa, há uma conciliação entre liberdade pessoal e valores comunitários” (SALVADORI, 2011, p. 192).

Nesse sentido, o reconhecimento mútuo é premissa para o desenvolvimento da autonomia, tanto como liberdade individual quanto como valor socialmente partilhado. Destacamos que, para Honneth, a realização da autonomia individual – “possibilidade de o indivíduo poder criar e levar a cabo o seu próprio plano de vida” (SOBOTTKA, 2015, p. 37) – está vinculada à realização da autonomia dos parceiros de interação: “el desarrollo y la realización de la autonomía individual sólo es posible, en cierto sentido, cuando todos los sujetos reúnen las precondiciones sociales para realizar sus objetivos vitales sin desventajas injustificables y con la mayor libertad posible” (HONNETH, 2006, p. 192).

A autonomia, portanto, não é um fim ou um recurso a ser possuído pelos indivíduos, ela deve ser encarada enquanto possibilidade de realizações e ganhos, que, no entanto, não são definitivos, seguem em aberto. E a autonomia, segundo a teorização de Honneth (2006), é uma realização individual, mas não individualizada; ou seja, se tem mais autonomia quanto mais pessoas puderem elaborar e realizar seus projetos de vida, e mais autonomia se tem quanto mais esferas da vida puderem ser objeto de planos e realizações (SOBOTTKA, 2015, p. 37).

Essa concepção de autonomia é, portanto, baseada no reconhecimento recíproco. Honneth afirma que “con el fin de poder hacer uso real de su autonomía, los sujetos tienen derecho, en cierto modo, a que se les reconozca su necesidad, su igualdad jurídica o sus contribuciones sociales, según el tipo de relación social de que se trate” (HONNETH, 2006, p. 142).

A não realização da autonomia, por conseguinte, está atrelada a relações de desrespeito ou de não reconhecimento que impedem o sujeito de desenvolver autoconfiança, autorrespeito e autoestima. Embora esses sentimentos refiram-se à autorrelação de um indivíduo, Anderson e Honneth (2011, p. 88) são enfáticos ao pontuarem que a relação de alguém consigo próprio “não é uma questão de um ego solitário refletindo sobre si mesmo, mas o resultado de um processo *intersubjetivo* contínuo, no qual sua atitude frente a si mesmo emerge em seu encontro com a atitude do outro frente a ele”.

Considerando os conceitos de reconhecimento e autonomia – assim como suas antíteses – tomamos a abordagem de Honneth como a chave interpretativa do presente estudo, tendo em vista que pode ser tomada como um caminho para tentar superar a dicotomia igualdade e diferença estabelecida no campo feminista. Pois, enquanto enfoques da diferença têm como fim

ganhos simbólicos e enfoques da igualdade visam equiparações de ordem material, a teoria honnethiana do reconhecimento percebe essa questão como um todo, onde as relações sociais (assimétricas ou não) são produzidas intersubjetivamente, portanto reflexos materiais e simbólicos estão ligados a um mesmo princípio gerador de desrespeito.

A partir dessa teoria, o objetivo das lutas por reconhecimento é a autonomia ou a possibilidade de o indivíduo tomar sua própria vida para si. E assim sendo, visa a que os indivíduos possam realizar-se socialmente sem desvantagens injustificáveis que inviabilizem a definição e realização de seu próprio plano de vida e dos seus parceiros de interação.

Para pensarmos a situação das mulheres no interior do MST a partir desses conceitos, precisamos antes compreender de que modo se configura um movimento social. Partindo da teoria do reconhecimento de Honneth, Sobottka (2015, p. 30) pontua que

o surgimento de um movimento social deve ser explicado a partir da existência de uma semântica coletiva que permita a interpretação das experiências individuais de injustiça, de forma que não se trate mais aqui de uma experiência isolada de um indivíduo, mas sim de um círculo intersubjetivo de sujeitos que sofrem da mesma patologia social.

Podemos pensar o MST, portanto, enquanto um movimento social organizado, composto por sujeitos conectados intersubjetivamente que compartilham um sentimento de injustiça ou experiências de sofrimento social. Honneth conceitua sofrimento social como

la frustración o violación de las expectativas normativas de la sociedad que consideren justificadas los afectados. Por tanto, esas sensaciones de descontento y de sufrimiento, en la medida en que se califiquen como “sociales”, coinciden con la experiencia de que la sociedad está haciendo algo injusto, algo injustificable (HONNETH, 2006, p. 103).

Nesse sentido, além de um movimento social de caráter amplo, a formulação de Honneth possibilita que problematizemos as experiências de não reconhecimento no interior dos movimentos sociais que podem fazer emergir grupos dentro da organização, como o caso do Setor de Gênero do MST. Tendo em vista que este surgiu a partir da mobilização das mulheres que se sentiram excluídas da esfera política de debates e tomadas de decisões ainda no primeiro acampamento organizado pelo Movimento no RS¹³ e, posteriormente, também do acesso a recursos financeiros e participação no trabalho produtivo.

¹³ Primeira ocupação de terras realizada pelo MST em 29 de outubro de 1985. A antiga Fazenda Annoni localizava-se nos municípios de Pontão, Sarandi e Ronda Alta, região norte do Rio Grande do Sul. Essa experiência segue emblemática para os militantes do Movimento, duas de nossas entrevistadas participaram dessa ocupação.

O Setor de Gênero abarca tanto as demandas por igualdade quanto as por diferença. Assim, trataremos os enfrentamentos protagonizados pelas mulheres no interior do MST, sistematizados nos materiais produzidos pelo Setor, como lutas por reconhecimento.

3 O MOVIMENTO DENTRO DO MOVIMENTO: O SETOR DE GÊNERO DO MST

Desde a sua fundação em 1984, o MST se organiza em torno de três eixos principais: lutar pela terra; lutar por reforma agrária; lutar por uma sociedade mais justa e fraterna.

Lutar por uma sociedade mais justa e fraterna significa que os trabalhadores e trabalhadores Sem Terra apoiam e se envolvem nas iniciativas que buscam solucionar os graves problemas estruturais do nosso país, como a desigualdade social e de renda, a discriminação de etnia e gênero, a concentração da comunicação, a exploração do trabalhador urbano, etc (MST, 2009).

Esta compreensão ampla de transformação da sociedade – que transcende a reforma agrária ou a socialização dos meios de produção – fora construída a partir das vivências cotidianas e dos conflitos que emergiram e seguem emergindo no interior do Movimento, onde se evidencia que é necessário politizar as questões referentes à vida cotidiana. Em seu estudo sobre o MST, Melo (2010, p. 113-114) indica que

tanto a análise das lutas sociais que o antecederam quanto os conflitos que emergem na própria dinâmica de seu cotidiano apontam para o fato de que a construção de tal sociedade extrapola os limites da socialização dos meios de produção. Apontam para que o empenho pela construção do “novo” deveria contemplar o empenho pela construção do “novo” na intimidade de cada ser humano. O que implica trazer as grandes batalhas por emancipação também para a esfera do cotidiano, ampliando e modificando o conceito do que pertence à esfera da luta política.

A questão de gênero passa a fazer parte dos debates do Movimento nesse contexto inicial, onde desde os primeiros anos de organização, ainda no acampamento na Fazenda Annoni¹⁴, as mulheres reivindicaram sua participação igualitária nos espaços políticos do MST. Mercedes¹⁵, uma de nossas entrevistadas, relata como a organização das mulheres iniciou dentro do Movimento:

A gente começou a conversar com eles [um Padre e uma Freira que integravam a assessoria do acampamento] que a gente gostaria de fazer parte também das equipes, que eram só homens. E aí começamos a se articular lá dentro como mulher e fazer reuniões e coisa. Até que a gente convocou uma assembleia só das mulheres. Aonde a gente juntou as mil e quinhentas mulheres, todas. E formalizou uma equipe de mulher dentro do acampamento.

¹⁴ Os filmes *Terra para Rose* e *O Sonho de Rose - 10 anos depois* de Tetê Moraes relatam a história da ocupação da Fazenda Annoni.

¹⁵ Os nomes das entrevistadas foram ocultados para preservar suas identidades. No terceiro capítulo apresentamos mais detalhadamente Mercedes, por ora, trazemos suas declarações para elucidar o surgimento da organização de mulheres dentro do MST, tendo em vista que a entrevistada compôs essa organização inicial, bem como esteve presente na primeira ocupação de terras protagonizada pelo Movimento no RS.

Além dos direitos de cidadania do qual estavam privadas, “o coletivo de mulheres conseguiu trazer à tona que antigas formas de dominação constituintes da cultura da população brasileira continuavam se reproduzindo no cotidiano dos assentamentos” (MELO, 2010, p. 123), a despeito do projeto de construção de uma nova sociedade.

A organização das mulheres visava à inclusão delas nos grupos de coordenação e administração do acampamento. Mercedes frisa que não intencionavam organizar uma militância feminista, apenas queriam ser incluídas na esfera política do próprio Movimento, reconhecidas como agentes políticos:

A proposta nossa não era se reunir..., fazer um grupo de mulheres longe dos homens, mas sim, a nossa proposta era se inserir dentro dos setores onde os homens, os companheiros também faziam parte, né. Não ter um movimento separado dos homens. Como Movimento Sem Terra a gente poder fazer parte junto.

Com o tempo, a luta das mulheres foi ganhando mais espaço dentro do Movimento e passou a ser uma bandeira para o MST, entendida como uma condição *sine qua non* para a efetivação de seu projeto político e de sociedade. Gohn destaca que o tema gênero foi sendo inserido na pauta de várias organizações e passou a ser fundamental na organização de suas lutas por dar “sentido e direção aos movimentos sociais” (GOHN, 2010, p. 131).

Identificamos nos materiais analisados que, antes de assumir a configuração de Setor, elas se organizaram em uma Equipe de Mulheres e, posteriormente, em um Coletivo Nacional de Mulheres, de modo que o Setor de Gênero do MST passa a existir apenas nos anos 2000. De acordo com nossa segunda entrevistada – Aurora, representante da região metropolitana de Porto Alegre no Setor de Gênero – a organização das mulheres passou a adotar a perspectiva de gênero por perceber que era preciso trabalhar a questão com homens e mulheres: “tu tem que organizar a tua casa, é um pilar, né. E se tu arrumar só um, vai cair”.

Em sua página eletrônica, o MST apresenta os diversos Setores que integram sua organização: Frente de Massa, Formação, Educação, Produção, Comunicação, Projetos, Direitos Humanos, Saúde, Finanças, Relações Internacionais e Gênero. Sobre o Setor de Gênero consta que sua tarefa é a de “estimular tal debate [de gênero] nas instâncias e espaços de formação, de produzir materiais, propor atividades, ações e lutas que contribuam para a construção de condições objetivas para participação igualitária de homens e mulheres, fortalecendo o próprio MST” (MST, [S.d]).

As entrevistadas percebem como atribuição do Setor, principalmente, a proposição e organização da mobilização delas no dia oito de março e as formações que ocorrem ao longo do ano nos assentamentos e acampamentos coordenados pelo Movimento. Aurora enfatiza que

as formações são muito importantes, especialmente por levarem em conta a construção da independência financeira das mulheres:

A gente trabalha com formação [...] nós vimos a necessidade das mulheres terem renda, nós começamos a trabalhar que as mulheres tivessem renda. Nós conseguimos um projeto através da luta das mulheres travadas nos oito de março, de um apoio mulher [crédito federal] que é um projeto que nós estamos ainda aí peleando, bancando, lutando. [...] Hoje nós temos facilidade de reunir as mulheres quando nós temos a formação e uma oficina prática junto. E nossa metodologia de trabalho com as mulheres aqui na região é isso, nós chamamos elas pra um encontro, mas nós temos a conjuntura política e nós temos junto com a questão política uma oficina prática.

A organização das mulheres surgiu e se mantém como um movimento dentro do Movimento. Seu reconhecimento é buscado tanto na família, quanto na comunidade e frente ao Estado a partir da articulação entre as demandas particulares das mulheres e as demandas gerais defendidas pelo MST. As entrevistas e os materiais produzidos pelo Movimento indicam uma preocupação em obter ganhos de autonomia para as mulheres, mas nunca perdendo de vista os objetivos mais amplos do Movimento, entendendo que a luta das mulheres por autonomia está atrelada à luta por emancipação da classe trabalhadora. Assim, fica evidente que o Movimento Sem Terra que surge como um movimento social clássico, cujas demandas estavam estritamente ligadas à contradição capital/trabalho, ao longo do seu desenvolvimento incorporou demandas identitárias, associadas aos novos movimentos sociais, num esforço de integrar essas duas classes de reivindicações.

3.1 GÊNERO NO MST: AS PUBLICAÇÕES

Em seu estudo sobre subjetividade e gênero no MST, Melo indica que gênero aparece nos materiais do Movimento pela primeira vez em uma publicação de 1986 intitulada *Construindo o Caminho*; no entanto não obtivemos acesso a esse material. Conforme Melo, neste documento constam as “primeiras resoluções aprovadas pelo MST como diretrizes para tentar solucionar o problema, surgido em seus assentamentos, relativo à participação política das mulheres na luta pela reforma agrária” (MELO, 2010, p. 115).

Em consonância com a fala, anteriormente citada, de Mercedes, Melo indica que era uma pauta insipiente no interior do Movimento e que, portanto, as resoluções não eram produto de uma discussão aprofundada dentro do MST. Ela afirma que as medidas apresentadas nesse documento de 1986 eram resoluções a serem seguidas para “resolver o problema da discriminação contra a participação da mulher nos processos coletivos do MST” (MELO, 2010, p. 125), e ainda não problematizavam a construção de novas relações de gênero.

Tivemos acesso a sete materiais publicados pelo Setor de Gênero¹⁶ entre 1988 e 2015 (ANEXO A). Entre eles estão cadernos de formação, cartilhas, coletâneas de artigos e folhetos. São eles: *A mulher nas diferentes sociedades* (1988); *A questão da mulher no MST* (1996); *Compreender e construir novas relações de gênero* (1998); *Mulher Sem Terra* (2000); *Construindo o caminho*¹⁷ (2001); *Construindo novas relações de gênero: desafiando relações de poder* (2003); *Mulheres conscientes na luta permanente!* (2015).

Na sequência deste capítulo vamos apresentar cada uma das obras, destacando os momentos em que fica evidente o posicionamento do grupo frente ao binômio igualdade e diferença. Ao final propomos uma reflexão crítica sobre as publicações do Setor de Gênero a partir, especialmente, das vivências de desrespeito que são relatadas nestes materiais.

3.1.1 Caderno de formação: *A mulher nas diferentes sociedades* (1988)

A mulher nas diferentes sociedades é um caderno de formação produzido em 1988 pela Equipe de Mulheres do MST. Na sua apresentação consta um indicativo de que a participação das mulheres nos movimentos populares tem sido importante para garantir conquistas, mas que é preciso que as mulheres tenham as mesmas oportunidades dos homens de capacitarem-se. Deste modo, o objetivo do caderno é ser “um primeiro passo no sentido de despertar sua atenção [das mulheres Sem Terra] para questões que interessam à mulher e à toda a classe trabalhadora” (MST, 1988, p. 3).

O material se divide em cinco tópicos: a mulher na sociedade primitiva, escravista, feudalista, capitalista e a mulher numa nova sociedade. Logo de início, a Equipe pontua que “não acreditamos no caráter ‘natural’ dessa opressão da mulher e por isso buscaremos aqui mostrar quando e por que essa discriminação começou” (MST, 1988, p. 4). Assim, em cada um dos modelos societários o material destaca o modo produtivo, as classes sociais existentes e o papel desempenhado pela mulher nesses arranjos. Se no período primitivo havia relações mais horizontais entre homens e mulheres, a Equipe indica que foi a partir do período escravista,

¹⁶ Como indicamos anteriormente, no primeiro momento a organização das mulheres recebe o nome de Equipe de Mulheres, em 1996 já estão organizadas no Coletivo Nacional de Mulheres do MST e apenas em 2001 passa a se configurar em Setor Nacional de Gênero.

¹⁷ Esta publicação recebe o mesmo nome do material publicado em 1986 e debatido por Melo (2010), no entanto não apresenta o mesmo conteúdo, este foi publicado em 2001 e é a sistematização das experiências do MST até aquele momento. É o material onde pela primeira vez a organização das mulheres aparece nomeada como Setor de Gênero.

com o surgimento da propriedade privada, que as mulheres passaram a uma condição de subordinação:

Com o surgimento da propriedade privada grandes modificações se produziram. [...] A mulher sofre sua grande derrota, deixa de ser um semelhante do homem e, desse momento até nossos dias, o destino da mulher sempre esteve vinculado ao modo como se estabelece a propriedade (MST, 1988, p. 7).

O diagnóstico da Equipe inspira-se naquele apresentado por Engels (S.d.) em *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. Conforme Beauvoir, a contribuição do materialismo histórico para a reflexão sobre o lugar de “outro” da mulher, consiste em ter evidenciado que a humanidade é uma realidade histórica, portanto, homens e mulheres são protagonistas na construção dos sentidos, das significações sociais e na transformação da natureza, ou seja, homens e mulheres (a sociedade, portanto) são sujeitos na construção, na manutenção e na superação da dominação do masculino sobre o feminino. No entanto, a autora critica a perspectiva apresentada por Engels na referida obra por seu atrelamento da emancipação da mulher à sua inserção na produção e consequente abandono do trabalho doméstico (BEAUVOIR, 1970, p. 75).

Beauvoir também critica o materialismo histórico a partir da experiência soviética, onde acreditou-se que a implantação do socialismo naturalmente acabaria com a fronteira entre homens e mulheres, na medida em que todos seriam trabalhadores iguais entre si, eximindo a sociedade e o partido da construção dessa transformação.

Mesmo apresentando um diagnóstico inspirado na obra de Engels e a luta revolucionária como a via para a libertação da classe trabalhadora, em *A mulher nas diferentes sociedades* a Equipe esclarece que a libertação das mulheres é uma luta específica por igualdade. Nessa direção, elas questionam: “e quanto à situação das mulheres na sociedade socialista?”:

É ponto de honra em todo projeto de sociedade socialista, a igualdade de todos os cidadãos, e a mulher também é cidadã. No entanto, é preciso ficar bem claro que a mulher não espere sua emancipação automática no socialismo. Ao longo de toda história a mulher da classe dominada foi vítima de uma dupla exploração – uma opressão de classe e uma opressão de gênero – oprimida por ser proletária, oprimida por ser mulher. [...] Desse modo, cabe à mulher, lutar em duas frentes: por sua classe, lutar porque é oprimida como classe e lutar porque é oprimida enquanto sexo (MST, 1988, p. 16).

Nesse material elas buscam criar o senso de que é apenas através da luta, da construção cotidiana de novos valores que a condição de subordinação das mulheres irá se transformar. Conforme indicam, “não é preciso esperar a vitória do socialismo para lutar por essa libertação; esse caminho deve começar a ser trilhado já” (MST, 1988, p. 16).

O caderno é encerrado com um glossário dos conceitos básicos que permeiam o material: relações de produção, capitalismo, proletariado, propriedade, modo de produção, luta de classes, feudalismo e socialismo.

3.1.2 Cartilha: *A questão da mulher no MST* (1996)

Dez anos depois da primeira aparição sistematizada do tema gênero nos materiais do MST, em 1996 o Coletivo Nacional de Gênero promove o I Encontro Nacional das Mulheres Militantes do MST. A cartilha *A questão da mulher no MST* contém o diagnóstico dos principais problemas enfrentados pelas mulheres na sociedade e no Movimento; o resgate das linhas políticas assumidas pelo MST frente à questão das mulheres em três de seus principais documentos – as Normas Gerais do MST (1989), o Documento Básico (1993) e o Programa Agrário (1995); um plano de trabalho, contendo objetivos, níveis de ação e encaminhamentos práticos e políticos.

Os encaminhamentos políticos e práticos estabelecidos no I Encontro Nacional e apresentados na referida cartilha foram definidos a partir da reflexão sobre a dominação de gênero, “de como vemos a situação da mulher no MST e das linhas políticas para a questão das mulheres já definidas nos principais documentos do MST” (MST, 1996, p. 2).

Julgamos interessante destacar esse aspecto, tendo em vista que utilizam como critério para problematizar a situação das mulheres no interior do Movimento elementos definidos e aceitos como norma pelo grupo. Dentre os aspectos ressaltados nesses documentos estão a “igualdade de direitos e de condições” e a demanda por “considerar as questões específicas das mulheres e sua participação como parte integrante das reivindicações e da organização, tratando como classe e não enquanto gênero” (MST, 1996, p. 5).

A partir dos objetivos estratégicos que as mulheres definem são construídas suas ações. Salientamos esse ponto, pois evidencia tanto demandas por igualdade, quanto por diferença. Sobre as ações na base: “adequar horários de reuniões e assembleias para possibilitar a presença das mulheres”; “garantir a participação nas associações e cooperativas em nível de igualdade”. São apenas dois exemplos claros de que no interior do MST a luta das mulheres não pode ser situada em apenas um dos polos da dicotomia.

Nessa cartilha aparecem diretrizes que reaparecerão nas publicações seguintes na condição de conquistas das mulheres, como a titularidade da terra e a representatividade nas instâncias de comando do Movimento.

3.1.3 Coletânea de textos: *Compreender e construir novas relações de gênero* (1998)

Compreender e construir novas relações de gênero é uma coletânea de textos produzidos por diversos autores; no entanto não há informações sobre o pertencimento ou não deles à militância do MST. Na apresentação, apenas consta que o intuito do material é servir para orientar o estudo de homens e mulheres nas instâncias do Movimento a fim de contribuir para o estabelecimento de novas relações de gênero.

São sete textos, que tratam de cidadania, trabalho, luta de classes e educação sempre articulados com a temática de gênero. O primeiro texto – *Luta de gênero e classe*¹⁸ – apresenta as modificações que o mercado de trabalho foi enfrentando e como as mulheres estiveram inseridas nessas mudanças. Faz uma crítica à esquerda política que discursivamente trata da inclusão da mulher como um valor, mas coloca a sua luta em segundo plano. Sobre as cotas de participação, identifica que, embora não tenha resolvido o problema, representou um debate importante que evidenciou a necessidade de formação para as mulheres e a criação de mecanismos (creches, por exemplo) que viabilizassem sua participação. Muito próximo à ética do cuidado proposta por Gilligan, a autora do texto afirma que: “creio que queremos uma sociedade onde se cultivem os valores que socialmente têm sido designados somente para a mulher, como a solidariedade” (MST, 1998, p. 11).

O texto seguinte é intitulado *Uma revolução dentro da revolução*¹⁹ e é o único escrito por um homem. Ele destaca o papel importante das mulheres na história, em especial nos processos revolucionários. Aborda a necessidade de que seja oportunizado às mulheres experiências de liderança em todos os momentos dentro do Movimento: “cada etapa é uma escola para a próxima. Se a mulher se torna uma liderança ao iniciar a organização das famílias, é mais provável que possa também ser liderança no acampamento, e do acampamento para o assentamento e daí para a coordenação regional e nacional” (MST, 1998, p. 13-14). Sobre o título do artigo, o autor indica que as relações pessoais não mudam como consequência das mudanças no poder. Conforme argumenta, é necessária uma revolução dentro da revolução para que, além das modificações políticas e econômicas, se estabeleça novas relações de gênero (MST, 1998, p. 16). E conclui defendendo que não se deve perder de vista a dimensão classista da luta feminina, mas que essas demandas não devem se sobrepor, as mulheres da classe trabalhadora devem travar as duas lutas concomitantemente, pois uma conquista não garante a outra: “ou se combina as duas ações ou não se realiza nenhuma” (MST, 1998, p. 19).

¹⁸ O texto é assinado por Lígia Mendonça.

¹⁹ Assinado por James Petras, sociólogo e professor universitário estadunidense.

O terceiro texto – *Educar para não discriminar*²⁰ – aborda sinteticamente o papel da educação na reprodução e na superação da hierarquização do masculino sobre o feminino: “Nós, educadoras e educadores devemos [...] refletir sobre como a sociedade transforma a diferença em desigualdade e a desigualdade em opressão” (MST, 1998, p. 21).

O artigo apresentado na sequência é intitulado *Mulher e trabalho*²¹. A autora traça o histórico da inserção da mulher no trabalho produtivo e ressalta a desvalorização do trabalho reprodutivo. Greem ilustra seus argumentos com dados oficiais que apontam a menor participação das mulheres em cargos de chefia, a sua remuneração média inferior a dos homens e sua menor presença entre a população economicamente ativa. O objetivo da autora com o texto é chamar a atenção das mulheres Sem Terra para a importância de participarem dos espaços de tomadas de decisão para que o trabalho ganhe uma conotação emancipatória. Nas palavras da autora, “para que as mulheres possam fazer do trabalho um elemento pedagógico para a sua libertação, é preciso que participem não só do ato mecânico da produção, mas se envolvam na organização do trabalho, lá onde se tomam as decisões, assumam responsabilidade e se desafiem” (MST, 1998, p. 26).

O quinto texto que compõe a cartilha – *O que é ser mulher? O que é ser homem? Subsídios para uma discussão das relações de gênero*²² – apresenta a condição feminina frente aos temas da divisão sexual do trabalho, desigualdade e pobreza, sexualidade, heterossexualidade obrigatória, violência, família, educação, meios de comunicação, sempre tratando a questão a partir da dominação masculina, ou seja, sempre focando no poder que os homens exercem sobre as mulheres em cada uma dessas instâncias. Além disso, as autoras contam brevemente a trajetória do movimento feminista no Brasil e os ganhos que as mulheres obtiveram através de sua organização na Constituição de 1988: ampliação da licença maternidade, criação da licença paternidade, direito à creche, assistência para planejamento familiar, etc. E também esclarecem sobre o surgimento e a importância do conceito de gênero para os debates feministas: “este conceito coloca claramente o ser mulher e ser homem como uma construção social, a partir do que é estabelecido como feminino e masculino e os papéis sociais destinados a cada um” (MST, 1998, p. 40).

O texto seguinte trata de *Cidadania para as mulheres*²³. Mais uma vez o trabalho reprodutivo é a pauta central da argumentação. Nesse caso, a autora vale-se de alternativas

²⁰ Assinado pela ONG Rede Mulher de Educação.

²¹ Artigo assinado por Isabel Greem, aparentemente militante do MST.

²² Assinado por Miriam da Silva Pacheco Nobre e Nalu Faria Silva.

²³ Não consta a autoria do texto, mas trataremos como “ela” tendo em vista que ao longo do texto refere-se a “nós mulheres”.

próximas ao projeto liberal defendido por Okin, que atribui ao Estado a responsabilidade pela viabilização do trabalho produtivo através de mecanismos que supram a necessidade do trabalho doméstico. A autora argumenta que “com a submissão da mulher [...] o governo se livra da sua responsabilidade de oportunizar creches, pagar salários ou preços aos produtores que consigam suprir estas necessidades dos seres humanos” (MST, 1998, p. 45). E a autora conclui que a ampliação dos direitos de cidadania das mulheres passa pelo fortalecimento da democracia, da organização da sociedade civil, da participação popular e acesso delas ao poder institucional.

E, finalmente, o último texto é o que mais nos interessa por ser assinado pelo Coletivo de Mulheres do MST²⁴. O artigo fora intitulado *A questão das mulheres no MST* e na primeira linha esclarece seu objetivo: “elevar o nível de participação das mulheres na luta pela reforma agrária e na sociedade que queremos construir” (MST, 1998, p. 48). Sobre as mulheres no Movimento, o Coletivo indica que, embora tenha que se levar em conta suas particularidades, o papel delas é o mesmo papel dos homens. Apontam ainda que as normas que versam sobre a participação igualitária da mulher no Movimento são antigas, mas que seu conteúdo não se realizou, embora seja uma preocupação central no interior do MST que se tornem realidade (MST, 1998, p. 50). Embora, ao longo do trecho que diagnostica a situação da mulher no Movimento, o Coletivo evidencie a importância da adesão masculina, no item que versa sobre a metodologia de trabalho junto às mulheres a responsabilização sobre a não participação feminina recai sobre as próprias mulheres, tanto as integrantes do Coletivo que têm a tarefa de mobilizar outras mulheres para participarem, esclarecendo a importância de integrarem as instâncias decisórias e de mobilização, quanto as mulheres da base que não buscam participar.

O texto encerra com o encaminhamento de que as formações gerais devem ter 40% de vagas para as mulheres, pois seu maior envolvimento nas instâncias políticas vai se dar a partir de um processo educativo; e que seja inserido nas formações um dia de discussão com homens e mulheres sobre a pauta de gênero.

O último item da cartilha é uma campanha de documentação, onde estão listados quais os documentos civis e trabalhistas que as mulheres devem ter para acessarem seus direitos de cidadania. O lema da campanha é “nenhuma trabalhadora rural sem documentos”.

3.1.4 Cartilha: *Mulher Sem Terra* (2000)

²⁴ Apresentamos todos os textos da publicação tendo em vista que, mesmo não tendo sido diretamente produzidos pelo Setor de Gênero, foram selecionados pelo Setor a fim de orientar as formações e estudos das mulheres sobre a temática de gênero.

No ano de 2000, o Coletivo Nacional de Gênero do MST lança a cartilha *Mulher Sem Terra*. A publicação está estruturada em oito temas a serem trabalhados em encontros de formação, estudo e discussão sobre a participação e a realidade das mulheres Sem Terra: “serão 8 (oito) encontros que irão trazer elementos para refletirmos sobre nossa realidade e juntas, organizadas, buscaremos saídas para construirmos uma vida digna” (MST, 2000, p. 4).

A cartilha apresenta, para todos os encontros, sugestões de canto e de música para a abertura da atividade. Todos os encontros partem da mesma estrutura: abertura (cantos e música); introdução sobre o tema do encontro; questões para debate em grupos (exemplos do cotidiano e sobre “o que podemos fazer”); conclusão (informações complementares à introdução); preparação para o próximo encontro (definição de data e local, convites, preparação do ambiente e da música, agradecimentos e cantos de animação).

Os oito temas apresentados, cada um referente a um encontro, são:

a) As mulheres e a luta de classes: o Coletivo se vale da analogia com um jogo de futebol para indicar que existem dois times que disputam um projeto de sociedade, em um deles está a classe trabalhadora e no outro a classe que explora o trabalho. E definem: “o nosso time, ou seja, o nosso projeto precisa conquistar essa imensa torcida [sociedade] e trazê-la para campo, fazê-la jogar, e assim acumular força para construirmos a nova sociedade” (MST, 2000, p. 11).

b) Relações de gênero: o Coletivo esclarece a diferença entre sexo e gênero, alertando para o fato de que a origem social do gênero permite que os papéis atribuídos a cada um sejam transformados. E pontua:

nós mulheres somos diferentes dos homens, mas não somos inferiores. Politicamente, somos iguais. Existe na sociedade o masculino e o feminino, mas ela está organizada PELO masculino e PARA o masculino [...]. Queremos é que o ser feminino participe da organização desta sociedade para que ela seja pensada pelos dois e para os dois (MST, 2000, p. 17).

Esse trecho novamente explicita a inviabilidade de se olhar para as demandas das mulheres do MST tentando enquadrá-las em um dos polos do binômio igualdade e diferença.

c) Educar sem discriminar: há a retomada da ideia de que os papéis sociais de gênero são construídos socialmente, e ressalta-se a importância de conhecer como eles são produzidos através da educação. O Coletivo afirma: “É ela [educação] a responsável por todas as catástrofes e tragédias cometidas contra as mulheres no mundo” (MST, 2000, p. 21), evidenciando que a educação começa no seio da família, por que “é ali que as crianças aprendem as primeiras crenças, as primeiras atitudes e nelas estão embutidos os valores que influenciarão as pessoas

por toda a vida” (MST, 2000, p. 21). O documento destaca que o problema não está em preparar a mulher para ser doce e uma boa mãe, mas prepará-la exclusivamente para isso.

d) Os valores: o Coletivo exemplifica com uma série de situações a distinção entre uma boa atitude e uma má atitude a fim de problematizar o significado de juízo de valores. E argumenta que “os valores [...] estão ligados à vida e orientam o comportamento das pessoas. [...] Somente sabemos dizer o que é certo porque existe também o errado” (MST, 2000, p. 28). E propõe para debate questões ligadas a identificar nas relações familiares, entre assentados, com a natureza e com o Movimento o que há de bom e o que há de mau nessas interações.

e) Cultura e lazer nos assentamentos e acampamentos: nesse encontro o Coletivo tem por objetivo diferenciar cultura popular de cultura de massa, chamando a atenção das mulheres para a importância de serem criados, no interior da comunidade, momentos compartilhados de lazer para que valorizem suas práticas culturais em oposição às músicas e dramaturgias veiculadas na televisão e nas rádios comerciais.

f) Mulher e saúde: o Coletivo esclarece que a saúde não está ligada apenas a médicos e remédios, mas especialmente à prevenção e ao conhecimento do próprio corpo. Destaca que as mulheres não aprendem sobre o funcionamento do seu corpo a partir das mudanças que ele vai sofrendo, mas que esse é um direito. Explica ainda o funcionamento do Sistema Único de Saúde (SUS) e do direito universal ao atendimento de saúde, e quais os serviços que o SUS deve garantir especificamente às mulheres, como acesso a métodos contraceptivos e atendimento pré-natal e durante o parto.

g) As mulheres e a construção do projeto popular: nesse encontro o Coletivo visa resgatar diversas lutas históricas que foram protagonizadas por mulheres ou que tiveram sua participação como elemento central, destacando a força delas e a importância de que se mobilizem na direção da construção do chamado projeto popular. Apresenta uma lista de principais problemas que o Coletivo identifica no Brasil naquele momento, ligados, especialmente, à privatização de empresas estatais, presença forte do capital financeiro, latifúndios improdutivos, falta de representatividade institucional da classe trabalhadora, etc. As saídas apresentadas evidenciam o papel do MST em compor com outros movimentos populares para, além de lutar pela reforma agrária, lutar pela construção do projeto popular e pela superação dos problemas listados anteriormente.

h) As mulheres e a reforma agrária: o Coletivo indica que, para o MST, a reforma agrária não se refere apenas à distribuição de terras, ela envolve, resumidamente: democratização da propriedade da terra e definição de área máxima para propriedades rurais; produção agropecuária voltada para a alimentação da população; política agrícola que proteja os

agricultores, assegurando-lhes o recebimento de preços justos por sua produção; garantia de educação em todos os níveis; atendimento médico e hospitalar e medicina preventiva para todos; programa habitacional; programas de cultura e lazer; democratização dos meios de comunicação.

A cartilha encerra com o item *linhas políticas do MST sobre a participação das mulheres*, onde o Coletivo resgata nos documentos oficiais do Movimento as diretrizes estabelecidas que garantem a participação igualitária das mulheres em todas as instâncias do MST, seu direito frente à posse compartilhada da terra, frente aos financiamentos adquiridos e a necessidade de também participarem dos cursos de capacitação oferecidos por técnicos. Versam também sobre a importância de serem garantidas as cirandas infantis que viabilizam a participação das mulheres nas atividades políticas e de formação técnica.

Nesse material é possível identificar como as concepções de igualdade e diferença coexistem nas elaborações do Setor de Gênero – por exemplo, “nós mulheres somos diferentes dos homens, mas não somos inferiores. Politicamente, somos iguais” (MST, 2000, p. 17) –, mas de uma maneira não acabada, isto é, carregam uma intuição de que a luta das mulheres deve contemplar princípios de justiça e de boa vida, no entanto, não conseguem articular esses projetos de maneira clara ou teoricamente coerente por não se valerem de um referencial, uma lente que permita com que reflitam sobre essas dimensões enquanto indissociáveis.

3.1.5 Livro: *Construindo o caminho* (2001)

Essa publicação de 2001 carrega o mesmo título – *Construindo o caminho* – do livro publicado em 1986 e apresenta sistematizadas as experiências do MST sobre diversos temas. Conforme a apresentação da publicação, ela não é um livro, é “uma resenha das reflexões que foram construídas de maneira coletiva” (MST, 2001, p. 5). Nos textos estão evidenciados que os valores que conduzem o Movimento – justiça, fraternidade, solidariedade, respeito, companheirismo, amor – devem ser exercitados por todos os integrantes do MST a fim de que se construa a justiça social no interior do próprio Movimento.

Os eixos temáticos pautados nesta publicação são: o modelo econômico e a agricultura; a luta pela reforma agrária e o MST; linhas políticas dos setores do MST; os valores, a disciplina e a mística. A discussão sobre a mulher encontra-se no eixo temático “Linhas políticas dos setores do MST”, no item “Setor de Gênero”, sendo o primeiro material que indica a transformação do Coletivo de Mulheres em Setor de Gênero.

O texto inicia com uma avaliação positiva do Movimento frente ao entendimento de que há desigualdades nas relações de gênero e que a superação delas, evidenciada na maior participação das mulheres, é fundamental para a luta do MST. Apresenta-se uma análise da conjuntura feminina, indicando que no interior do Movimento as relações materiais e simbólicas se dão do mesmo modo que no restante da sociedade, isto é, as duplas ou triplas jornadas de trabalho das mulheres, a desvalorização do trabalho doméstico, a dificuldade de mulheres acessarem linhas de crédito e de serem reconhecidas como produtoras rurais, a fragilidade e a ausência de racionalidade como sendo características naturais delas.

O Setor apresenta 11 objetivos, dentre eles “fortalecer a autoestima das mulheres através de atividades de formação específicas” e “incluir as reivindicações femininas na pauta do MST, como por exemplo: ciranda e educação infantil, reconhecimento da profissão de trabalhadora rural através do cadastro, políticas de saúde específicas para a mulher e a família rural” (MST, 2001, p. 148).

Dentre as linhas políticas propostas estão: “ter 50% de homens e mulheres em todas as atividades de formação e capacitação”; “assegurar que a terra e os créditos conquistados pelo MST saiam em nome do casal”; “garantir um coordenador e uma coordenadora nos núcleos de base” (MST, 2001, p. 151). Enquanto nestas propostas fica evidenciada a preocupação com a participação quantitativa das mulheres, em passagem anterior do mesmo documento encontramos a seguinte afirmação: “Preocupa-nos estabelecer novas relações de poder e não apenas o número de mulheres no poder” (MST, 2001, p. 146), indicando uma maior preocupação com a transformação da forma e menos com a ampliação numérica da participação feminina.

Sobre esse indicativo referente à necessidade de transformação das relações de poder, ressaltamos a contribuição de Allen (1999), para quem a situação feminina deve ser pensada a partir de uma concepção que leve em conta três sentidos básicos de poder: *power-over*, *power-to* e *power-with*²⁵. Allen explica:

Nosso interesse na dominação é nos tipos particulares de poder que os homens são autorizados a exercer *sobre* as mulheres. O nosso interesse no fortalecimento e resistência está no poder que as mulheres têm *para* agir, apesar de ou como uma resposta a tal dominação. Nosso interesse em solidariedade e construção de coalizão está no poder que as feministas exercem *com* as outras e com os homens nos movimentos sociais aliados²⁶ (ALLEN, 1999, p. 123).

²⁵ “Poder-sobre”, “poder-para” e “poder-com”.

²⁶ No original: “Our interest in domination is in the particular kinds of power that men are able to exercise *over* women. Our interest in empowerment and resistance is in the power that women have *to* act in spite of or as a response to such domination. Our interest in solidarity and coalition-building is in the power that feminists exercise *with* each other and with men in allied social movements”.

Portanto, a capacidade de conceber e realizar seu projeto de vida está atrelada, no caso das mulheres, à resistência (dimensão individual) e à solidariedade (dimensão coletiva), representando uma fissura na relação de dominação estabelecida com os homens. Essa fissura é provocada pela organização e atuação política delas nos espaços de discussão e deliberação do Movimento. Na mesma direção, sobre “como transformar as relações de gênero no MST”, o Setor diagnostica que

é necessário todo um processo de transformação de concepção e de comportamento que pode ser muito demorado, especialmente no âmbito doméstico. [...] É preciso implementar linhas políticas que nos possibilite criar as condições para ir construindo de fato relações de gênero baseadas na solidariedade, no companheirismo, cooperação (MST, 2001, p. 150-151).

Os pilares apresentados pelo Setor para a construção das novas relações de gênero no MST são valores humanistas, e são resgatados como negação a valores capitalistas.

O texto é encerrado com a indicação da metodologia de trabalho do Setor, onde é destacada a importância de vincular-se permanentemente a construção de novas relações de gênero à luta de classes; a busca por “dar organicidade ao Setor de Gênero” (MST, 2001, p. 153) a partir da criação de coletivos de gênero em todas as instâncias do Movimento. Esses grupos podem ser compostos apenas por mulheres, mas, preferencialmente, devem integrar homens e mulheres; a promoção de debates nos acampamentos e assentamentos sobre os temas gênero e classe, sempre buscando implementar as linhas políticas do Setor; o agendamento das atividades conforme o dia e horário que facilite a participação de homens e mulheres.

3.1.6 Livro: *Construindo novas relações de gênero: desafiando relações de poder* (2003)

Publicado em 2003, o livro *Construindo novas relações de gênero: desafiando relações de poder* é um material claramente direcionado para orientar o estudo de homens e mulheres sobre a pauta de gênero. Ele é dividido em oito artigos de diferentes autores, sugestões de leitura e glossário. Novamente não há informações sobre o pertencimento ou não das autoras à militância do MST.

O primeiro texto – *As relações de gênero e o MST*²⁷ – tem como objetivo conceituar sexo e gênero e esclarecer suas diferenças. A autora identifica que os padrões ligados a gênero são reproduzidos, principalmente, pela família e pelos meios de comunicação de massa através

²⁷ Assinado por Christiane Campos, representante da coordenação nacional de gênero do MST.

das novelas, programas de entretenimento, publicidade e músicas. Sobre a família, Campos afirma que “o processo de transformação da sociedade, de construção do novo homem e da nova mulher inclui, necessariamente, uma transformação radical da família para que seja sementeira de novas relações e não de reprodução das desigualdades” (MST, 2003, p. 18).

A autora, enquanto integrante do Setor de Gênero em âmbito nacional, indica que, na compreensão do Setor, a construção de novas relações de gênero está atrelada à luta de classes e que, portanto, essas lutas não podem ocorrer separadamente. “O Setor luta exatamente para garantir que as mulheres participem do processo de luta pela transformação social como sujeitas da história. Por isso procura garantir que elas tenham iguais oportunidades de militar e dirigir o movimento” (MST, 2003, p. 22). E a participação da mulher é de fato garantida, conforme o texto, quando se insere o debate e se cria condições reais nos espaços de mobilização e organização do Movimento para que se possa construir condições objetivas e subjetivas para a geração de novas relações de gênero.

O segundo texto leva o título de *Compreendendo o que é gênero*²⁸ e também apresenta o conceito de gênero. Conforme argumenta,

o engajamento dos homens é tão urgente e tão indispensável quanto o engajamento das mulheres. Não num gesto solidário, mas assumindo um duplo desafio: a construção de uma nova masculinidade que permita aos homens viver as dimensões humanas que são hoje abafadas e a construção de relações mais igualitárias na família e na sociedade (MST, 2003, p. 30).

O elemento que diferencia a abordagem do autor é a necessidade de emergência de uma nova masculinidade atrelada à luta das mulheres.

O terceiro texto – *O feminismo e a luta dos trabalhadores*²⁹ – trata da aproximação entre luta de classe e feminismo. A autora entende que a pauta de gênero deve ser incorporada à luta revolucionária, mas que deve existir um movimento autônomo das mulheres trabalhadoras. Ela defende o combate à dupla moral, onde se é revolucionário nos espaços do Movimento e reacionário em casa:

O descaso pelas questões de transformação pessoal, a redução da luta política às tarefas imediatas do movimento, a limitação da luta de classes ao campo econômico e político imediato de combate à burguesia revelam, na verdade, uma redução da perspectiva política e da luta revolucionária e uma incapacidade de, questionando todos os aspectos da moral burguesa, agir de acordo com esta crítica e iniciar desde já o processo de construção de uma moral e de uma ética revolucionárias que orientem o comportamento e as relações pessoais e sociais (MST, 2003, p. 35).

²⁸ Texto assinado por Sérgio Abreu.

²⁹ Autoria de Tatau Godinho.

Nesse artigo, pela primeira vez vemos descrita a questão da homossexualidade dentre as pautas de gênero. A autora insere o assunto a partir da defesa de que todas as formas de preconceito devem ser combatidas a fim de criar-se novas relações de gênero. E coloca o feminismo como fundamental para o enfrentamento dos valores e da moral burguesa. Godinho encerra o texto com a apresentação da opinião de Lênin e Trotsky sobre a situação da mulher na sociedade, concluindo que “para construir o socialismo é preciso emancipar a mulher e proteger a mãe” (MST, 2003, p. 47) – a mulher como símbolo da igualdade e a mãe da diferença, novamente o binômio.

Em *Este negócio de gênero... sei não!*³⁰ a autora constata que as relações de gênero são relações de poder e argumenta que não se constrói um mundo melhor e mais igualitário sem parceria e “quando há parceria não existe dominação” (MST, 2003, p. 55), portanto, novas relações de gênero são centrais para o projeto de uma nova sociedade.

O artigo seguinte – *Sociedade patriarcal rural, feminismo e educação no século XIX*³¹ – tem um teor histórico, a autora indica quando as reivindicações de mulheres começam a emergir no Brasil e, especialmente, apresenta os jornais de mulheres que circularam no país no final do século XIX e início do XX, como *Jornal das Senhoras*, *Voz Feminina* e *A Família*.

O sexto texto que compõe a coletânea intitula-se *8 de março: dia internacional da mulher*³² e inicia apresentando o motivo pelo qual a data foi definida como dia de lutas das mulheres. Também apresenta um histórico da luta operária e das lutas femininas no Brasil. No segundo momento, são apresentados dados da desigualdade de gêneros, indicando o elevado percentual de mulheres em condições precárias de trabalho e de renda, mas também apresenta dados relacionados à escolha religiosa, opinião sobre aborto, acesso a cultura e lazer etc.³³.

No penúltimo texto – *Desvendando símbolos e significados*³⁴ – são apresentados os sentidos de signos que integram o repertório feminista a fim de instrumentalizar as mulheres, possibilitando a ampliação de sua capacidade argumentativa nas atividades de formação e cotidianas ligadas a gênero (MST, 2003, p. 85). Esses símbolos são a bruxa – a mulher “ousando voar para ocupar todos os espaços sociais” (MST, 2003, p. 87) –, a cor lilás, os símbolos que representam biologicamente o masculino e o feminino, as cores rosa e azul, o machismo e o feminismo. Sendo o machismo entendido como “um comportamento de discriminação da mulher, baseado numa concepção de que a mulher é inferior ao homem, tanto no aspecto físico

³⁰ Texto assinado por Gilda Cabral.

³¹ Autoria de Ângela Mendes de Almeida.

³² Sem identificação da autoria.

³³ Tendo em vista a desatualidade dos dados não os reproduziremos neste trabalho.

³⁴ Texto assinado por Christiane Campos, integrante do Setor de Gênero em âmbito nacional.

quanto intelectual. Portanto, é natural que ocupe um espaço social menor e que seja submissa ao homem tanto na esfera privada quanto pública” (MST, 2003, p. 88). Quanto ao feminismo, Campos esclarece que não é o oposto de machismo – “o feminismo é um movimento de luta, organizado por mulheres, que surge exatamente para combater o machismo” (MST, 2003, p. 88) – e que, quando é tratado dessa forma, tem o objetivo de deslegitimar o movimento das mulheres. A autora ainda evidencia que existem diversos feminismos: “o feminismo das ricas luta para as mulheres conquistarem mais espaço social, mas sem alterar o sistema capitalista. Nós dos movimentos populares lutamos por igualdade de gênero e de classe” (MST, 2003, p. 89).

O último texto que compõe a coletânea é intitulado *Uma revolução dentro da revolução*³⁵ e já integrava a coletânea *Compreender e construir novas relações de gênero* de 1998, exposta por nós na seção 2.1.3 do presente trabalho.

O livro ainda conta com um capítulo de *Sugestões de leitura* sobre os temas feminismo e relações de gênero, organizadas conforme a natureza da publicação: livro, texto, cartilha, periódico e trabalhos acadêmicos de militantes do MST. Há também *Sugestões de vídeos e filmes* sobre a mesma temática, são vídeos, filmes estrangeiros e filmes nacionais.

3.1.7 Folheto: Mulheres conscientes na luta permanente! (2015)

O Setor de Gênero do MST produziu o folheto explicativo *Mulheres conscientes na luta permanente* para esclarecer as mulheres sobre o tema da violência em suas diversas expressões. A pobreza, a fome, os conflitos de terra e a publicidade são elementos pontuados como produtores de violência contra as mulheres.

No material, indica-se também que “há ainda as lésbicas e bissexuais que sofrem cotidianamente violência. Além das mulheres transexuais terem o reconhecimento de sua identidade de gênero negada, as agressões verbais e físicas também permeiam seu cotidiano” (MST, 2015, p. 5). É o primeiro material que trata de outras identidades femininas.

Há o esclarecimento sobre o que é a violência doméstica e quais são as dificuldades encontradas por muitas mulheres ao tentarem sair de um quadro de violência: medo de denunciar, não ter para onde ir, dependência financeira, etc. Mas o Setor pontua quatro caminhos coletivos para o enfrentamento deste problema: 1) trazer essa questão para o regimento interno de cada acampamento e assentamento; 2) criar formas para inibir as agressões

³⁵ Texto assinado por James Petras.

(apitação, por exemplo) e levar a pauta para as assembleias; 3) discutir o tema nas escolas com as crianças e adolescentes; 4) acionar a polícia e registrar boletim de ocorrência (MST, 2015, p. 6).

Após o quarto item há um esclarecimento maior sobre a Lei Maria da Penha e sobre as formas de violência contra a mulher que a lei abarca: ameaça, calúnia, homicídio, lesão corporal, estupro, assédio sexual etc. No material é dada ênfase para o esclarecimento de que não somente a agressão física é caracterizada como violência, há violências de ordem psicológica, sexual, moral e patrimonial também.

Frente ao quadro amplo de formas de violência exercidas contra a mulher, o Setor indica como saídas considerar a violência doméstica como um problema coletivo, não permitir violência de nenhum tipo, lutar por políticas públicas e construir novas relações de gênero que garantam igualdade de condições a todos e todas (MST, 2015, p. 8).

Neste material a problematização apresentada encontra-se na intersecção entre as esferas do amor e do direito, trazendo a violência doméstica para a linha de frente da luta das mulheres. Enquanto as demais publicações do Setor de Gênero voltavam-se para o interior do Movimento, para a formação intelectual e política de homens e mulheres, este folheto é mais abrangente, tem como objetivo esclarecer as mulheres em geral sobre os caminhos para enfrentar a violência. Estão em evidência as leis que já foram conquistadas e também o modo como elas têm sido violadas, especialmente, no interior da família. O Setor indica que, além do Estado, a comunidade e seus espaços deliberativos devem ser acionados em casos de violência, para que a mulher receba apoio e para que a situação seja refletida coletivamente.

3.2 DESRESPEITO E RECONHECIMENTO: O DIAGNÓSTICO DO SETOR DE GÊNERO

Reconhecimento e desrespeito são noções indissociáveis na obra de Honneth. São as vivências de desrespeito as impulsionadoras das lutas por reconhecimento. No entanto, Salonia (2008, p. 128) destaca que “no discurso de Honneth, é evidente que nem todas as formas de sofrimento ficam no centro das atenções para o pensamento crítico, mas sim apenas aquelas que são causadas por contextos sociais e, portanto, tendem para a sua alteração”³⁶; assim, o autor enfatiza que são as expectativas sociais que estão em jogo. O sofrimento social, portanto,

³⁶ Livrentemente traduzido da versão inglesa: “in Honneth’s discourse it is clear that not all forms of suffering stand in the center of attention for critical thinking, but rather only those that are caused by social contexts and thus tend towards their alteration” (SALONIA, 2008, p. 128).

é “o sofrimento que é acompanhado pela violação das expectativas de membros para com a sociedade e que só podem ser cumpridas na sociedade” (SALONIA, 2008, p. 128-129).

As expectativas dos indivíduos variam conforme o tipo de relação a qual se referem, ou seja, estão ligadas ao reconhecimento de suas necessidades, de sua igualdade jurídica ou de suas contribuições sociais (HONNETH, 2006, p. 142). O reconhecimento de suas necessidades, por conseguinte, é a expectativa que os indivíduos têm na esfera do amor, das relações íntimas, a igualdade jurídica na esfera do direito e o reconhecimento das suas contribuições sociais é a expectativa direcionada à comunidade de valores, na esfera das realizações.

Conforme Honneth (2006, p. 113), “las tres esferas de reconocimiento forman unos modelos de interacción, fundamentales desde el punto de vista normativo, en el sentido de que no pueden practicarse si sus principios subyacentes no se respetan de alguna manera”. O sentimento de injustiça emerge quando esses princípios subjacentes são desrespeitados, conforme a esfera onde se deu. A saber, na esfera do amor, o desrespeito se expressa como violação, na esfera do direito, pode haver a privação de direitos e na esfera das realizações, o desrespeito produz degradação moral ou injúria.

A identidade do indivíduo deve ser a mais intacta possível, ou seja, formada a partir de experiências de reconhecimento mútuo. Honneth (2006, p. 136) esclarece que “la formación de la identidad del individuo suele producirse a través de las etapas de interiorización de las respuestas de reconocimiento socialmente estandarizadas”. E para a realização da autonomia individual é fundamental que o indivíduo seja capaz de desenvolver uma autorrelação intacta a partir da experiência de reconhecimento social (HONNETH, 2006, p. 141).

Honneth (2006, p. 137) esclarece que “el interés fundamental por el reconocimiento social siempre está configurado esencialmente por los principios normativos determinados por las estructuras elementales de reconocimiento mutuo dentro de una determinada formación social”. Assim, destacamos nos materiais produzidos pelo Setor de Gênero do MST e analisados no presente capítulo as experiências de desrespeito vivenciadas e descritas pelas mulheres, considerando que as diretrizes de gênero apresentadas são princípios normativos daquele grupo ou elaborações do Setor de Gênero que ambicionam integrar a normatividade do grupo.

3.2.1 Análise dos materiais

Via de regra, as publicações do Setor de Gênero evidenciam o objetivo de servir de referencial para estudos e formações de mulheres Sem Terra, para que estejam familiarizadas com as discussões no campo dos estudos de gênero, no campo dos direitos das mulheres e sobre

as leituras marxistas sobre as desigualdades entre homens e mulheres e entre as classes sociais. Nesse sentido, atentamos para os trechos onde são relatadas experiências de desrespeito vivenciadas por elas, especialmente nas esferas da família e da comunidade de valores, tendo em mente o indicativo de Honneth de que, provavelmente, não se vai encontrar no seio da classe trabalhadora uma concepção clara e fundamentada de justiça; no entanto as pessoas sentem e expressam com clareza quando suas expectativas normativas são violadas e sentem-se injustiçadas. Nas palavras do autor,

quando a história social da classe trabalhadora se concentra em ideias normativas no cotidiano do proletariado industrial, é mais provável encontrar sentimentos firmemente ancoradas de injustiça em vez de objetivos claramente formulados, eticamente fundamentados. A causa básica disto não é a inferioridade cognitiva dos estratos mais baixos, mas as diferenças de classe específica frente à pressão exercida sobre eles por problemas normativos. [...] Suas reivindicações morais são preservadas como uma consciência de formas de injustiça, uma vez que a sua social situação-de-classe nem force nem apoie a elaboração reflexiva e generalização lógica dessas reivindicações. No entanto, um conceito que visa medir o potencial normativo de grupos sociais, com base em ideias coletivas de injustiça ou formas de consciência moral, não consegue alcançar a moral implícita de tal consciência da injustiça³⁷ (HONNETH, 2007, p. 84 e 86).

Esse autor entende que a ética social das massas oprimidas não contém ideias de uma ordem moral total, no entanto têm um sensor altamente sensível de injustiças ao que essas massas tomam como suas reivindicações morais (HONNETH, 2007, p. 84), ou seja, "os protestos sociais das classes mais baixas não são, em termos motivacionais, guiados por princípios morais formulados de forma positiva, mas por violação de noções intuitivas de justiça" (HONNETH, 1999 apud SALONIA, 2008, p. 128).

Seguindo esse rastro, destacamos trechos das obras analisadas. No livro *Construindo novas relações de gênero: desafiando relações de poder* de 2003, a autora³⁸ enfatiza experiências simbólicas de desrespeito, igualmente ligadas à desvalorização da participação das mulheres, mas ligadas também ao descaso perceptível no comportamento de alguns homens nas instâncias deliberativas do Movimento em relação às questões específicas de gênero, o não

³⁷ Livrentemente traduzido da versão em língua inglesa: "When the social history of the working class concentrates upon normative ideas in the daily life of the industrial proletariat, it is more likely to encounter securely anchored feelings of injustice rather than clearly formulated, ethically grounded goals. The basic cause of this is not the cognitive inferiority of the lower strata, but class-specific differences in the pressure exerted upon them by normative problems. [...] Their moral claims are preserved as a consciousness of forms of injustice, since their social class-situation neither forces nor supports the reflective elaboration and logical generalization of these claims. However, a concept which seeks to measure the normative potential of social groups on the basis of collective ideas of injustice or forms of moral consciousness fails to grasp the implicit morality of such a consciousness of injustice" (HONNETH, 2007, p. 84 e p. 86).

³⁸ Trecho extraído do texto *O feminismo e a luta dos trabalhadores* de Tatau Godinho.

reconhecimento das mulheres como agentes políticos e as relações hierarquizadas no âmbito doméstico:

Uma das dificuldades do combate político às discriminações, aos preconceitos, ao machismo é a forma camuflada ou sutil com que às vezes [os homens] se manifestam, o que não diminui o peso negativo que tem sobre as mulheres. Transparecem na linguagem, nas piadas, nas brincadeiras no intervalo das reuniões, na falta de seriedade nas discussões que envolvem a questão da mulher, nas relações entre companheiros e companheiras, no desrespeito à capacidade política das militantes mulheres, na ausência de uma política clara para seu desenvolvimento geral como militantes (MST, 2003, p. 36).

Observamos também nesse trecho a demanda das mulheres por políticas (normas) que versem e possibilitem seu desenvolvimento integral como militantes, ou seja, que garantam sua participação política igualitária.

No segundo trecho³⁹ retirado da mesma obra de 2003, o Setor enfatiza as experiências de assédio vivenciadas pelas mulheres, onde homens em posição de poder utilizam de sua colocação para assediar as mulheres e acabam promovendo o desinteresse feminino pelos espaços políticos de tomada de decisão:

As novas militantes que vão ter sua primeira experiência política neste ambiente, o choque com a agressividade, as cantadas constantes, o desrespeito, o acoassamento e disputa entre os vários militantes homens têm um efeito extremamente negativo, que não apenas afasta um bom número de mulheres do movimento, mas se torna também um empecilho a mais para o desenvolvimento de sua consciência feminista. Neste aspecto, o comportamento de grande parte dos militantes em nada difere do comportamento dos patrões e chefes, que se utilizam de sua posição para conseguir “favores” afetivos e sexuais por parte das mulheres (MST, 2003, p. 37).

Quando a autora fala dessa experiência como um empecilho para o desenvolvimento da consciência feminista das mulheres, podemos também, a partir da teoria do reconhecimento de Honneth, pensar no quanto essas experiências prejudicam o desenvolvimento da autoestima – ligada à esfera das realizações – dessas mulheres que vivenciaram situações de assédio moral e assédio sexual nos espaços do Movimento, tendo em vista que “padrões sistemáticos de denigração representam uma ameaça não apenas à felicidade ou à identidade, como também ao *modo de agir* daqueles afetados” (ANDERSON; HONNETH, 2011, p. 98), nesse caso, impactando na escolha delas por frequentar ou não os espaços onde vivenciaram tal degradação.

Destacamos ainda um terceiro trecho⁴⁰:

Nos assentamentos as mulheres, em geral, são excluídas das discussões políticas e econômicas, muitas sequer sabem como e onde os recursos são investidos.

³⁹ Trecho extraído de *O feminismo e a luta dos trabalhadores* de Tatau Godinho.

⁴⁰ Trecho extraído do texto *As relações de gênero e o MST* de Christiane Campos.

E mesmo nas cooperativas, onde as mulheres conseguem obter remuneração igual a dos homens, elas não participam ativamente da administração, da elaboração dos projetos, etc. Mas em todas as realidades elas são companheiras na hora de produzir e de pagar as dívidas (MST, 2003, p. 23).

Esse relato sistematiza as experiências compartilhadas que motivaram as mulheres do MST a mobilizarem-se pela criação de uma linha de crédito que se voltasse para suas demandas e, mais do que isso, para as representantes do Setor de Gênero, uma linha de crédito específica para as mulheres tem um fim pedagógico, pois possibilita que tarefas sistematicamente realizadas pelos homens sejam experienciadas pelas mulheres, como a elaboração de um projeto para captação de recursos, o orçamento e, posteriormente, a gestão dos recursos⁴¹. Mercedes elucida esse aspecto:

Pra nós tem um significado do Apoio Mulher, pras mulheres também tomar posse da administração, da questão financeira dentro do assentamento. Porque todo recurso que vem, quem que é chamado? É o homem. O investimento, quem é que vai fazer o projeto? É o homem. Quem vai fazer o orçamento? É tudo homem. E esse é tudo a mulher.

A entrevistada destaca também que o Apoio Mulher não foi uma concessão do INCRA/MDA, mas o produto da luta delas. Mercedes avalia que essa experiência teve reflexos positivos, pois, na condição de membra da equipe técnica, identificou uma mudança no comportamento das assentadas em Eldorado do Sul:

Depois que elas acessaram esse projeto Apoio, agora, tem um fundo rotativo da prefeitura [Eldorado do Sul] aqui que os agricultores também têm direito, né, e tem os critérios também. E aí, assim ó, pra esse eu fiz cinco projetos, dos cinco projetos três eram de mulheres. E é um projeto que homem pode fazer também. Mas elas vieram fazer. Então isso quer dizer que deu resultado, elas já tão pegando recurso em outra fonte. E elas indo lá fazer orçamento, elas vindo dizer que que elas querem. [...] Agora elas já vem fazer reivindicando, pegando outros recursos. Por elas mesmas. Pra ver como deu resultado.

Aurora também ressalta que esse crédito fora uma conquista da luta das mulheres nos oito de março e destaca que na região metropolitana em torno de quinhentas mulheres tiveram acesso ao crédito:

Essas mulheres conseguiram se organizar, aprenderam, muitas aprenderam a fazer um projeto, ir em busca de orçamento, de fazer um projeto técnico e administrar esse projeto, que esse projeto era um projeto que era pra gerar renda pras mulheres, era um investimento pras mulheres. Através disso nós conseguimos crescer nas hortas,

⁴¹ Essa linha de crédito passou a vigorar em 2008 com o nome de Apoio Mulher. Em 2014 sofreu alterações e foi renomeada para Fomento Mulher. É um recurso de três mil reais, pago em parcela única e que tem como objetivo “promover a inserção e a participação das mulheres na dinâmica produtiva e econômica, bem como contribuir para a igualdade entre mulheres e homens no meio rural” (MDA, 2015, p. 10). Embora conheçam a mudança de nome sofrida pela linha de crédito, as mulheres do MST seguem chamando de Apoio Mulher.

tem muita mulher hoje envolvida nas hortas [...]. Nós conseguimos duas – na minha microrregião – duas padarias esse ano novas. Com experiência nova das mulheres tá tocando a padaria [...]. E elas sem experiência, sem saber e a gente tá lá conseguindo [...]. É muito interessante, sabe, o desafio que as mulheres têm hoje.

Essa experiência delas pode ser pensada a partir do impacto que o acesso a direitos de cidadania produz na realização da autonomia dessas mulheres, considerando que o desenvolvimento do autorrespeito é fundamental nesse processo. Anderson e Honneth indicam que o autorrespeito – autorrelação produzida pelo reconhecimento na esfera do direito – “exige uma visão de si mesmo como a fonte legítima de razões para agir. Se uma pessoa não consegue ver a si mesma como deliberadora competente e como coautora legítima de decisões, é difícil ver como ela se levaria a sério em seu próprio raciocínio prático sobre o que fazer” (ANDERSON; HONNETH, 2011, p. 90). Nesse sentido, além de igualdade jurídica, o acesso a direitos cria uma situação favorável para que elas tomem para si as decisões sobre o que fazer, respeitando seu próprio entendimento sobre a situação, como no caso dos recursos acessados pelas mulheres do MST.

Além do autorrespeito, Anderson e Honneth indicam que a realização da autonomia está atrelada à autoconfiança e à autoestima, capacidades desenvolvidas a partir das relações de reconhecimento mútuas estabelecidas, respectivamente, nas esferas do amor e da comunidade de valores. No folheto de 2015, publicação mais recente a que tivemos acesso, o Setor expressa o desrespeito nessas duas esferas:

Somos oprimidas de diferentes formas no dia a dia: em casa, no trabalho, na relação familiar e no cotidiano da luta. Através de um processo de invisibilização do nosso trabalho, de opressão por ser mulher, somos consideradas inferiores e temos as nossas ações desvalorizadas, bem como muitas vezes nossa presença, fala e exposição de ideias, em público são desqualificadas. E, infelizmente, em vários lugares da nossa base, ainda verificamos casos de violência física contra mulheres e crianças (MST, 2015, p. 2).

Além de pontuar a desvalorização das atividades e contribuições femininas na família e na comunidade, o material enfatiza a violência física contra as mulheres indicando que essa questão não deve ser tratada no âmbito privado, mas levada para os espaços do Movimento e registrada na polícia. O Setor de Gênero expressa reconhecer a dificuldade de se sair de uma situação de violência doméstica, mas indica que as mulheres devem enfrentar trazendo o problema para os espaços deliberativos do Movimento e, com isso, possibilitar o debate público sobre o assunto e receber o apoio da comunidade. O questionamento das situações de desrespeito vivenciadas pelas mulheres não assegura a existência de condições favoráveis para

que elas possam realizar sua autonomia, tomando para si seus projetos de vida e desenvolvendo autoconfiança, autorrespeito e autoestima, no entanto, é um passo fundamental nessa direção.

Ao longo do período compreendido pelos materiais analisados – 1988 a 2015 – é possível perceber que a luta das mulheres Sem Terra sempre abarcou as três esferas do reconhecimento, e esteve transitando entre os polos da dicotomia igualdade/diferença. E que, embora algumas pautas permaneçam, a forma como cada uma delas se particulariza hoje é diferente de como está expressa nos anos de 1980, indicando que o debate amadureceu no interior do MST, mas também que alguns ganhos foram se efetivando e outras formas de desrespeito ganhando evidência.

No discurso, o Setor de Gênero ainda demonstra a necessidade de que as contribuições e a voz das mulheres sejam reconhecidas de modo simétrico; no entanto, indica uma necessidade maior de políticas públicas do que de normas internas com vias a transformar as relações de gênero.

4 MULHERES SEM TERRA: DESRESPEITO E GANHOS DE AUTONOMIA

A história das mulheres do MST começa a ser traçada na Fazenda Annoni, com as privações de direitos, a violência estatal, a fome, o medo, a luta interna por espaço político, a crença de lutarem pelo justo, a coexistência da esperança e da desesperança, o apoio decisivo da Pastoral da Terra, os vinte e oito dias de marcha para percorrer os quinhentos quilômetros que os separavam de Porto Alegre, do INCRA e da esperança de sensibilizar os governantes frente à sua situação, o semestre vivido no estacionamento do INCRA, a cozinha improvisada na Assembleia Legislativa, o estado de sítio que os impossibilitou de sair ou voltar para a Annoni, a proibição de plantar na terra ocupada, a solidariedade de parte da “cidade” e a conquista da “terra prometida”. Todas as etapas marcadas pela fé em Deus e pelo sonho da reforma agrária.

Rose vivenciou tudo isso enquanto amamentava seu filho recém-nascido, primeira criança parida na Annoni, símbolo da vida e da luta dos Sem Terra. Rose sonhava com a chegada na terra. Participou da articulação das mulheres na ocupação, tentou ser ouvida e morreu assassinada, atropelada por um caminhão na Encruzilhada Natalino, enquanto participava de uma manifestação pelo direito dos pequenos agricultores de viverem do seu trabalho, de plantarem e colherem. Rose serve hoje de inspiração e segue viva na memória daqueles e daquelas que passaram pela Annoni, e quem se juntou ao MST depois, em pouco tempo conhece a história que não se pode esquecer.

Hoje, Roseli Celeste Nunes da Silva é nome de escola em assentamento da reforma agrária e está marcada no rol dos lutadores que inspiram os militantes do MST (ANEXO B). Rose é a mãe da primeira criança nascida na Annoni, hoje médico graduado em Cuba. Mas, especialmente, Rose é parte da mística das mulheres Sem Terra, é aquela imagem que não deixa esquecer onde a luta delas começou e que a nova sociedade ainda está em construção.

4.1 MERCEDES

A vida precária e o trabalho em terras alheias, onde grande parte da produção tinha que ser repassada ao dono da propriedade, motivou Aurora, Mercedes, Rose e tantas outras mulheres e homens a ocuparem a Fazenda Annoni, trazendo à tona seu sentimento de injustiça.

Essa história nos foi contada por Aurora, por Mercedes e, mais detalhadamente, por Tetê Moraes através do documentário *Terra para Rose* (1987), onde a cineasta acompanha durante 2 anos o desenrolar dos conflitos em torno da ocupação da Fazenda Annoni. Passados dez anos,

Moraes volta em busca dos homens e mulheres Sem Terra que protagonizaram aquela ocupação e os encontra assentados em diferentes regiões do estado do RS, grande parte cooperativados, vivendo da agricultura e da pecuária. Essa nova etapa da história, a cineasta conta no documentário *O sonho de Rose – 10 anos depois* (2000).

Trinta anos passados da ocupação e vinte após o segundo filme de Moraes, conhecemos Mercedes que, para nossa surpresa, era uma das protagonistas da história que conhecíamos pelos olhos de Moraes.

Ao buscar estabelecer meu primeiro contato com o assentamento de Eldorado do Sul, cheguei à Cooperativa localizada na entrada do assentamento Integração Gaúcha e me indicaram uma bioconstrução onde encontraria aquela que poderia me ajudar com a pesquisa. Foi lá que conheci Mercedes. Ela nasceu em 1957⁴², é natural de Tenente Portela, região norte do RS e, vinda da Annoni, foi assentada em Eldorado.

No início dos anos de 1980, seu companheiro participava das reuniões sigilosas do nascente Movimento dos Sem Terra levado pelo sindicato de trabalhadores rurais, mas Mercedes conta que não tinha interesse em acompanhá-lo: “eu pensava assim, eu vou olhar a minha novela, que que eu vou tá indo atrás dessas coisas de sem terra aí”. Até que fora chamada, em função de sua participação nas pastorais da igreja, a representar sua comunidade em uma reunião do sindicato:

E nessa reunião a mulher sindicalista falou dos sem terra e eu fiz a ligação daí, sabe?! Daquilo que, no caso, o meu companheiro estava participando, aí na outra semana que teve reunião [...] eu fui junto e fiquei sempre, até hoje. Entendeu?! Que é uma coisa que eu fui ligando as coisas e fui me formando, mas teve que ter uma coisa pra puxar. E eu acredito que, assim como eu, teve várias que entraram na luta vendo as coisas assim, no começo meio que duvidando, mas aí eu vou ir pra ver qual que é a novidade, que nem eu aquele dia. [...] A mulher naquele dia, era uma formação, falou sobre a luta da mulher, a questão da agricultora, os direitos, coisa e tal. E falou dos sem terra também e me chamou muito a atenção os sem terra, porque eu fiz aquela ligação que o meu companheiro tava participando dos sem terra, aí me despertou de eu participar também, né. Talvez se ele não tivesse participando não tivesse me despertado, mas daí já me despertou esse interesse e eu fui, fui pra lá naquela reunião e continuei indo. E tudo que saiu dali em diante eu sempre continuei participando.

Com formação em pedagogia, atualmente Mercedes integra a Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos (COPTEC) que assessora os sete assentamentos localizados em Eldorado. Conforme relata, “desde que eu entrei [para o MST] e comecei me formar dentro do acampamento eu venho muito focada nessa questão da educação”, primeiro ligada às escolas dos assentamentos e atualmente na COPTEC:

⁴² 57 anos na data em que realizamos a entrevista.

Eu sempre trabalhei com as mulheres, dentro do próprio acampamento a gente trabalhou com as mulheres e sempre assim a gente lutou pelos direitos da gente. [...] Porque vindo assim de 32 municípios, eram 1.500 famílias vindo de 32 municípios. Então, culturas diferentes e essa questão do machismo é bem forte e, por incrível que pareça, no campo é bem mais forte ainda do que no urbano. Eu não vou dizer que era, ainda é. Mudou muito, mas ainda a gente enfrenta essa barreira como mulher.

Mercedes conta que no início as mulheres se reuniam sempre com os homens, somente depois de certo tempo sentiram a necessidade de criar um setor específico dentro do Movimento e relata que depois que surgiu o Setor de Gênero

a gente reunia muito as mulheres pra fazer estudos, sobre a educação dos filhos, enfim, a inserção da participação delas dentro da sociedade. E a gente veio vindo fazendo esses debates. Pegava o material do Movimento, do nosso Movimento e debatia também nos grupos de mulheres.

Atualmente, além de assessorar na elaboração de projetos técnicos, Mercedes é responsável por promover formações profissionalizantes e políticas com as mulheres nos assentamentos de Eldorado do Sul. Ela relata que a principal bandeira de luta das Sem Terras é a alimentação saudável, sem a utilização de agrotóxicos para a produção. Essa pauta, embora cotidiana, é evidenciada na luta do dia oito de março, onde as mulheres do MST protagonizam ações que chamem a atenção para essa questão.

Na compreensão do Setor de Gênero e das mulheres do MST, o dia internacional da mulher não é uma data para se ganhar flores e sim um dia importante de visibilidade das lutas das mulheres: “no nosso entendimento o oito de março, não é assim a questão das flores só, né. Mas assim também um marco pra se divulgar a luta e reivindicar. A nossa bandeira é essa contra os venenos, que a gente tá vendo que não é só nossa, mas quem começou foi nós”. Conforme aponta a entrevistada, o trabalho das mulheres nas hortas evidenciou para elas a importância de se produzir um alimento saudável, livre de agrotóxicos tanto para a sua família, quanto para a venda nas feiras. Há subjacente a essa iniciativa a ética do cuidado e um princípio de alteridade, onde as mulheres queriam vender aquele alimento que entendiam bom para o consumo da sua própria família.

Mas ressalta que essa não é uma luta apenas das mulheres:

Não dá pra se dizer assim, que é uma luta só da mulher. Os companheiros também têm participação, inclusive ajudam. E tem também participação na discussão, por isso que assim, nós temos um Setor, mas não quer dizer que isso seja uma luta só das mulheres, não é só das mulheres, é o conjunto, mas quem coordena é as mulheres. Entendeu?! Quem coordena, quem faz acontecer é as mulheres, mas a discussão é no conjunto.

O trabalho de Mercedes junto à COPTEC permite que ela perceba assimetrias na relação entre maridos e esposas em função dos registros de beneficiários dos lotes (RB) e dos Contratos de Concessão e Uso da Terra (CCU) que passam por suas mãos. A entrevistada indica duas políticas que têm como objetivo proteger as mulheres e, indiretamente, as crianças e que geram tensões com os homens, pois envolvem esses documentos importantes para os assentados. Em relação à RB, para poder acessar qualquer tipo de financiamento, inclusive o Apoio Mulher, um dos critérios exigidos é a inclusão da mulher no documento. Os homens que se casaram depois de assentados não haviam indicado a inclusão do nome da cônica e só o fizeram a partir da necessidade de que acessassem o recurso do Apoio Mulher. Conforme Mercedes, “não dá pra dizer que cem por cento deles aceitaram bem tranquilo, sabe. Eles aceitam, porque favorece eles também, porque é um recurso que vai entrar pra dentro da família, mas tem machismo, tem. Evoluiu, mas ainda tem”.

Esse processo de inclusão das companheiras na RB gerou um outro ponto de tensão com os homens, pois esse documento serve de referência para a atualização dos CCUs, que passam a contar com as mulheres como titulares da terra. Mercedes explica a questão:

tem uma política agora que as cartas de concessão de uso que são renovadas, tão sendo renovadas nos nomes das mulheres, tanto no INCRA quanto no estado, porque deu muita separação e coisa, e a mulher saiu com uma mão na frente e outra atrás [...]. Então agora tomou-se uma definição no Movimento, uma reivindicação do Movimento, inclusive, no estado e no INCRA. As novas cartas de concessão de uso que vão sendo renovadas, a política é a beneficiária ser a mulher que tá como titular. Primeiro o nome dela, depois o dele, os dois têm direito, mas ela que tá como titular. E aí, muita coisa quem tem que assinar é o titular. Então o homem tem que ir lá e pedir pra mulher.

Entre risadas, Mercedes conta que muitos homens ficaram insatisfeitos ao receberem o documento e identificarem a titularidade estando no nome das companheiras, mesmo que seu direito frente à terra esteja garantido, o fato de terem que solicitar a assinatura delas em alguns momentos gera desconforto para parte deles que costumava resolver questões sem debater com as esposas. A entrevistada relatou mais de uma situação em que presenciou o desagrado dos homens frente a essa mudança nos documentos, em uma delas Mercedes foi chamada para auxiliar a assentada quanto ao acesso a recursos:

Eu fui orientar ela e aí teve que fazer umas compras lá e pedia pra ela assinar, né, como ela era a titular do lote. Assinatura da titular do lote. Daí ele olhou assim, com uma cara de descontentamento, tu sabe assim?! Que não tava legal pra ele. Mas ela falou assim, “olha meu filho, agora é eu que mando”. Brincando com ele, né. “Eu que mando agora”. Ele: “mas eu não mandei botar no teu nome, tu como titular do lote, eu mandei botar o teu nome na RB”. Daí eu coloquei pra ele, né, como é que funciona agora.

O conflito gerado em função da inclusão das mulheres na titularidade dos lotes tem um reflexo importante na esfera da família, pois o mesmo pode levar à conservação ou à superação da relação assimétrica entre homens e mulheres. Nesse caso, não há como voltar à condição anterior, não há como retirar o nome da companheira da RB ou do CCU; logo, o diálogo e o debate são as únicas vias para a resolução do conflito. Nesse sentido, integrar um movimento social é de extrema relevância, pois essas questões também são debatidas nas instâncias coletivas. Na mesma direção, Mercedes indica que apesar do machismo no meio rural ser grande, “dentro do Movimento a gente tem essa oportunidade de discutir, tem essa organização, reunião das mulheres, tem uma exigência que pra representar o assentamento é uma mulher e um homem”.

As falas e relatos de Mercedes parecem indicar que sua percepção sobre as vivências de reconhecimento e desrespeito estão muito atreladas à dimensão da produção no assentamento, onde a autonomia das mulheres está ligada ao acesso a políticas públicas que lhes permitam escolher o que produzir e de que forma gerenciar sua própria produção. E que seu trabalho seja reconhecido enquanto tal e não como ajuda. Mercedes sugere que mesmo os ganhos de autonomia na esfera das relações íntimas estão atrelados às possibilidades de realização das mulheres por meio da produção, do trabalho rural. Isso fica evidenciado no acesso ao Apoio Mulher, onde a política pública promoveu ganhos de autonomia não apenas na esfera do direito, mas frente ao reconhecimento delas na comunidade como trabalhadoras e, na família, como provedoras também.

O sonho que Mercedes compartilhou com Rose durante a ocupação da Annoni parece seguir orientando sua percepção sobre as relações no interior do assentamento e do Movimento; é o sonho de chegar à terra, de produzir para o campo e para a cidade que, sob sua percepção, move homens e mulheres assentados. A luta das mulheres é por uma produção orgânica, pensada a partir do paradigma do cuidado com o outro.

Depois da entrevista com Mercedes, pedi a indicação de outra mulher do Movimento, foi quando ela me indicou Flora. Quando tentei agendar uma conversa com ela fiquei sabendo de um curso que algumas mulheres do Movimento estavam frequentando e que ocorreria no dia seguinte – no município de Viamão –, motivo pelo qual Flora não poderia me receber nos próximos dias, mas me passou o telefone de quem poderia liberar minha participação no curso. Foi aí que conheci Aurora.

4.2 O CURSO

Cada região do estado do RS indicou uma ou mais mulheres para participar de uma série de sete encontros. O curso surgiu de uma parceria entre movimentos sociais e órgãos de trabalhadores rurais⁴³ com a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS/Campus Chapecó) e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), tendo como objetivo proporcionar uma formação teórica e prática para as mulheres nos seguintes temas: plantas medicinais, aromáticas e alimentícias, cooperação, economia feminista, políticas públicas etc.

Após contato telefônico, Aurora me orientou que estivesse no dia seguinte, ao meio dia, no assentamento de Viamão. Para chegar ao centro de formações ganhei uma carona na estrada de chão batido de dois técnicos responsáveis pela certificação do arroz orgânico. No centro almoçamos e fui apresentada para uma jovem assentada. Quando Aurora chegou, conversamos e ela indicou que falaria com as responsáveis pela organização do encontro. Foi então que Joana veio até nós. Expliquei meu interesse em observar a atividade e sua orientação foi de que eu era bem-vinda naquele dia e no dia seguinte, já que apenas na quinta-feira pela manhã tratariam de temas internos.

No centro do salão onde ocorreu o encontro estava montado o altar da mística (ANEXO C); o símbolo do feminismo guardava sementes, verduras, folhagem, livros, bandeiras do MST, chapéu de palha, arroz e bonecas. Uma expressão do sincretismo entre o feminismo, os símbolos da vida cotidiana e os valores compartilhados no interior do Movimento.

Eu, que já ocupava um lugar entre elas, fui apresentada a todas como visitante. Recebi em retorno sorrisos de mulheres de faixas etárias variadas, vindas de diversas regiões do estado. São as responsáveis em seus assentamentos ou acampamentos por motivar as outras mulheres a participarem de formações e atividades do Movimento. Nos dias que antecederam o encontro ocorreram fortes chuvas no RS e muitas não puderam comparecer, como foi o caso de Flora, que havia me convidado para participar do curso. Em torno de trinta mulheres estavam presentes neste que era o quinto módulo.

O encontro começou com música, seguida de informes e, então, a apresentação da atividade do dia que tinha como objetivo treinar as mulheres para falarem em público e darem entrevistas para os veículos de comunicação de suas regiões. A atividade fora conduzida, excepcionalmente, por dois homens com experiência em animação de comícios políticos. José

⁴³ MST, Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (FETRAF) e Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). No entanto, cada movimento organizou os seus encontros, apenas a última etapa uniu as mulheres de todos os grupos.

e Carlos⁴⁴ trabalharam com Adão Pretto, e atualmente acompanham Edegar Pretto⁴⁵ em seus eventos políticos.

Cada mulher era chamada à frente para proferir um discurso ou para interagir com outra companheira, simulando uma entrevista de rádio. Entre risadas e brincadeiras, as mulheres foram se soltando e claramente sentindo-se mais confortáveis com o microfone e com a autoexposição. Também fui chamada a participar da dinâmica, aproveitei para me apresentar e agradecer a acolhida.

A “brincadeira” permitiu alguns relatos de vida, como o de Maria, que diz ter buscado no Movimento a chance de criar filhos decentes, e que o MST foi uma aventura, pois não sabia o que ia ocorrer na sua vida; mas que valeu a pena, pois se sente liberta da opressão que era trabalhar para um fazendeiro, onde seus filhos e os filhos dele não podiam ocupar os mesmos espaços na fazenda.

Aurora falou sobre o machismo ainda enfrentado pelas mulheres no Movimento, onde em reuniões ou assembleias muitas propostas que são apresentadas por mulheres “murcham”, mas que quando são dadas por uma voz masculina recebem a adesão do grupo.

Enquanto o exercício soava como jocosidade para as mulheres, o que subjazia era o desenvolvimento de sua capacidade de autoestima, a partir de relações de reconhecimento mútuo estabelecidas entre elas e entre elas com as dirigentes do Movimento que estavam presentes e que, constantemente, reforçavam que o que as diferenciava era apenas o maior “treino” de falar em público e que deviam sentir-se seguras ao falar de sua própria realidade.

A atividade foi encerrada ao redor de 18 horas e retornei a Porto Alegre de carona com José e Carlos.

O segundo dia do encontro iniciou às sete horas e teve como tema *Organização produtiva e economia feminista*, cuja palestrante era ligada à OSCIP Guayí⁴⁶ de Porto Alegre. Da mesma forma que no primeiro dia, a atividade é precedida pela mística, música e leitura. Uma das organizadoras do encontro cita Frei Betto, dizendo que o povo precisa de pão e de poesia e que, por isso, é importante que cada uma utilize músicas e poesias para sensibilizar as outras mulheres da sua comunidade de origem a participarem dos encontros.

⁴⁴ Os nomes foram alterados.

⁴⁵ Adão Pretto era agricultor, foi um dos fundadores do MST, filiado ao Partido dos Trabalhadores (PT) foi deputado estadual no RS (eleito em 1986) e deputado federal durante cinco mandatos consecutivos (eleito em 1990, 1994, 1998, 2002 e 2006). Morreu em 2009 de parada cardíaca. Seu filho, Edegar Pretto, está em seu primeiro mandato como deputado estadual (eleito em 2014) também pelo PT.

⁴⁶ A *Guayí - Democracia, Participação e Solidariedade* é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP). Atualmente suas atividades estão organizadas em quatro núcleos: ecologia e agricultoras; feminista; habitação e regularização fundiária; violência, segurança e direitos humanos.

O tema da atividade fez emergir questões referentes à distribuição material e financeira nos assentamentos. Uma integrante apresentou um estudo que foi levado ao seu assentamento, a partir do qual constatou-se que, embora o trabalho masculino seja mais valorizado e o principal nos lotes, são os recursos provenientes do trabalho das mulheres (especialmente artesanato e hortas) que mantém a família. O trabalho masculino, muitas vezes, apenas se paga, sem gerar receitas para a unidade doméstica. Esses dados geraram excitação entre as mulheres, pois muitas perceberam que eles também refletiam a sua realidade. Uma das dirigentes do MST que estava presente ressaltou a importância de difundir essa informação, a fim de promover o debate e a reflexão sobre a produção nos assentamentos e o papel das mulheres na produção, que é central embora não seja reconhecido dessa forma.

O mote da agroecologia, muito associado ao trabalho feminino nos assentamentos, é problematizado por elas a partir da manutenção da vida: “a mulher gera a vida, por isso tem a obrigação de defendê-la”.

A palestrante dividiu-nos em grupos e pediu que dialogássemos sobre a frase *eu sou mulher brasileira e muito sofrida, mas continuo lutando pelos direitos dessa vida*, tendo em conta quatro questionamentos: *o que significa ser mulher brasileira; quais são as lutas das mulheres; o que queremos dessa vida; e como fazemos isso.*

Fiquei responsável pela relatoria no meu grupo, onde me coloquei como ouvinte das reflexões delas. Ressaltaram que as mulheres querem direitos iguais aos homens, tendo em vista que as mulheres rurais ainda são privadas de alguns direitos; além da desigualdade social, as mulheres também são vítimas de uma forma de desigualdade inspirada no gênero; segundo elas, vive-se um momento político de tentativa de retroceder alguns direitos conquistados pelas mulheres; portanto, indicaram que é necessário pensar o que as mulheres querem em termos concretos, políticas públicas, direitos sociais e não em termos abstratos como ter uma vida melhor.

De volta ao grande grupo, de modo geral, os retornos reafirmaram que ser mulher implica o compromisso de gerar a vida e, com isso, de preservar a natureza. Indicaram que ser mulher é um desafio e que sua luta é contra a invisibilidade, por terra, por crédito, pela mudança dessa sociedade, por políticas públicas e por formação para as mulheres. A luta delas por reconhecimento contempla as três esferas indicadas por Honneth, contempla a demanda pelo reconhecimento de suas necessidades (relações íntimas), de sua igualdade jurídica (direito) e de suas contribuições sociais (comunidade de valores). Indicando que o sentido de sua mobilização enquanto grupo de mulheres e seu desejo de participação nos espaços do Movimento deriva de suas expectativas normativas frustradas.

Uma integrante falou sobre a importância de ser abordado nas formações que o trabalho doméstico e a criação dos filhos são tarefas que devem ser divididas entre o casal. Uma segunda relatou uma situação em que seu filho (criança) lavava a louça e um amigo viu e fez piada, a resposta do menino foi “se meu pai lava, eu também posso lavar”, reforçando a importância de que homens e mulheres assumam as tarefas do lar. No entanto, essa pauta não reverberou muito entre o grupo, talvez a dificuldade que enfrentam em casa para que seus maridos compartilhem as atividades domésticas as desestimule a priorizar essa bandeira, ao menos por ora. Denotando que, enquanto os espaços do Movimento e a esfera do direito ficam claros como sendo alvos da organização delas no interior do MST, a esfera das relações íntimas ainda é pouco problematizada.

Esses dois dias de observação participante evidenciaram que à luta das mulheres está atrelado o compromisso de envolver cada vez mais mulheres nela, de ofertar para a população do campo e da cidade uma alimentação saudável, para que possam escolher o alimento que querem consumir, de lutar por direitos que garantam a todas as mulheres condições parelhas de se constituírem enquanto agentes em todos os âmbitos, tanto dentro do Movimento como na sociedade de modo geral. Portanto, constatamos que no interior do MST o tema gênero e as lutas das mulheres são tratados a partir de sua característica relacional, ou seja, têm em conta um princípio de direito que está amarrado ao direito do outro, uma autonomia relacional sobre a qual teoriza Honneth, onde a realização da autonomia de um sujeito é atrelada à autonomia dos seus parceiros de interação (HONNETH, 2006, p. 192).

Durante o período do curso fiquei bastante próxima de Aurora, e em vários momentos ela reafirmou que faziam gosto de receber estudantes como eu, pois esse é um modo de estreitar as relações do Movimento com o restante da sociedade.

Ao final das atividades diurnas do segundo dia – nas duas noites que passaram no alojamento em Viamão elas fizeram oficinas de costura e artesanato – despedi-me do grupo, novamente agradecendo a acolhida e me colocando à disposição para apresentar os resultados do meu trabalho.

4.3 AURORA

Reencontrei Aurora na festa de 25 anos da Escola Nova Sociedade⁴⁷, localizada no município de Nova Santa Rita, no assentamento Itapuí onde ela é assentada desde sua vinda da

⁴⁷ A festa era aberta à comunidade. Fui na expectativa de reencontrar Aurora e aprofundar minha inserção no campo.

Fazenda Annoni. Quando nos encontramos, a lembrei que havíamos nos conhecido no curso em Viamão, e a reação foi: “tu é minha amiga, por que não me ligou mais?”. Na saída da festa nos despedimos e fiquei de ligar para agendarmos uma entrevista, tendo em vista que Aurora é a representante no Setor de Gênero da região metropolitana.

A entrevista ocorreu dez dias depois, na cooperativa em Eldorado do Sul, onde ela me recebeu ao meio dia, saída de uma reunião.

Aurora é nascida em 1953⁴⁸, casada e mãe de três filhos. Sua história é profundamente marcada pela experiência de ocupação da Fazenda Annoni e pela figura de Rose. Ela conta que nasceu para os Sem Terra dentro da igreja:

A entidade minha era a Igreja, a reunião que nós se organizava pra ir pro Sem Terra era dentro da Igreja. Eu dou esse testemunho sempre, porque é um espaço também, a Igreja também é um espaço de formação, conforme é os administradores da Igreja, tanto os padres como quem trabalha, quem administra a comunidade.

Aurora conta sua experiência na Annoni a partir do que ela significou na sua formação dentro do Movimento, uma formação humana e política. Relata que no início da ocupação tinha muito medo, especialmente da polícia, pois durante a noite ouviam tiros, barulhos de bomba e vivenciaram muita repressão. No entanto, conta que o medo foi se perdendo à medida que foi conhecendo a realidade dos companheiros e companheiras de acampamento. Ela relata:

No primeiro dia de acampamento já tinha que repartir a comida quem tinha levado com quem não tinha. [...] O setor da comunicação prendia o grito lá no comando, dentro da ocupação que quem tinha comida a mais era para partilhar com quem não tinha e levar lá no palco que eles iam repartir. Eu me lembro que eu peguei umas coisas minhas e fui. [...] Foi aí que eu pensei: “como é que essas famílias não trouxeram. E vou eu mesmo lá levar e ver por que que não trouxeram essas famílias”. E fui, né. Eu me lembro que eu fui numa mulher que tava com uma criança do lado chorando e perguntei: “como é que a senhora não pôde trazer comida?! Que era a orientação pra gente trazer comida. Como é que a senhora não conseguiu trazer?!”. Ela disse: “eu morava numa granja e nós tivemos que sair tudo fugido do nosso patrão, porque o nosso patrão não queria. Nós não tinha comida. Então nós decidimos vir, nosso patrão ficou brabo, nos atropelou e botou na rua sem nada. Ele não quis liberar nós pra sair e lá eu já passava fome”. Eu disse: “onde é o seu barraco?”. “Eu nem tenho barraco”, ela disse. “Eu costurei umas bolsa de adubo e fiz uma lona pra mim”. Porque era uma outra orientação, que cada família trouxesse uma lona, um pedaço de lona, né. Que ia ser sua casa, o pedaço de lona. E aí eu te digo isso, porque isso pra mim foi formação. Isso pra mim me fez perder o medo de lutar.

As relações de reconhecimento intersubjetivo no interior do MST são produto dessas experiências de desrespeito e de humilhação que foram partilhadas, por isso a ênfase no acampamento como processo coletivo fundamental de formação que precede a vida no

⁴⁸ 61 anos na data em que realizamos a entrevista.

assentamento. As relações que se estabelecem engendram um rearranjo entre o público e o privado. O pauperismo, a fome e o medo que são compartilhados com os mais próximos geograficamente acabam aproximando – política e afetivamente – até então desconhecidos.

Quando os Sem Terras perceberam que o processo de desapropriação da Fazenda Annoni levaria bastante tempo, espalharam-se pela área de 14 mil hectares. Dividiram-se em 16 glebas. Aurora e Rose moravam na 15 e, na condição de integrantes da coordenação do acampamento, começaram a trabalhar com as mulheres:

Eu tive muitas caminhadas junto com a Rose, que é isso que me faz hoje ainda, eu fazer a luta com as mulheres, eu participar do nosso movimento afetivo, de corpo e alma, como se diz, né. Porque um dia também eu e a Rose retornava pro acampamento de uma reunião na quatorze, nós morava na quinze, longe que a gente tinha que caminhar a pé. Nós tomamos uma tormenta na estrada e quando nós tava tomando essa tormenta, esse vendaval, chuva, chuva e vento. Nós tivemos que se encostar no barranco, porque o vento ia nos levar e eu me lembro que eu comecei chorar e dizer “eu não vou mais fazer isso, eu vou ficar em casa, eu não vou fazer isso mais”. A Rose me deu um chacoalhão. Nós já tava as duas enganchadas, né, e ela me deu um chacoalhão no meu braço e disse assim: “eu prefiro morrer aqui do que se é pra mim morrer de fome com os meus filhos e com muitos filhos que passam fome”. Então aquilo me marcou na minha vida e cada dia que passa me reforça mais essa força de lutar, entendeu?! E hoje eu tenho um trabalho com as mulheres, continuo desde [19]85 até hoje. Hoje eu faço parte da direção estadual, coordeno o Setor de Gênero da região e é muita tarefa e cada vez é mais. E a luta nossa ela não pode parar.

A partir do relato de Aurora nos saltou aos olhos que ao longo de sua experiência na Annoni ela foi ganhando autoconfiança, capacidade produzida pelas relações de reconhecimento mútuo estabelecidas no âmbito das relações íntimas. Aqui retomamos a ideia de que no acampamento o público e o privado são rearranjados, ou seja, a esfera das relações íntimas é alargada. Rose nos parece uma figura fundamental para o desenvolvimento não só da autoestima, mas também da autoconfiança de Aurora.

Como representante do Setor de Gênero, Aurora defende que homens e mulheres tenham formação, acesso a direitos, mais políticas públicas para elas e possibilidade de participação política: “nós sentimos a necessidade de continuar a formação, de continuar buscando o direito da mulher, os seus espaços, na sua comunidade, nos seus espaços coletivos, de decisão coletiva, de administração da sua casa, isso nós sentimos necessidade grande desse desafio”. Enfatiza que as políticas públicas para as mulheres são fundamentais, uma bandeira de luta que elas precisam fortalecer. Destacamos a centralidade que Aurora atribui ao reconhecimento na esfera do direito, possivelmente um reflexo do seu histórico de privações em relação às suas expectativas nessa esfera – especialmente, antes de estar vinculada ao MST, no acampamento e nos primeiros anos assentada.

Quanto à possível resistência dos homens frente à participação feminina, pessoalmente, Aurora diz não sentir isso: “Com a minha experiência de luta eu não sinto, porque eu acho que eu tenho essa coragem ainda de enfrentar, né. Se tiver dificuldade, eu acredito muito na discussão coletiva, no planejamento. Se tu tiver um planejamento e a discussão coletiva, tu tem como avançar”. Em seguida, Aurora afirma que

os homens hoje do Movimento eles reconhecem o crescimento das mulheres nas áreas de produção. Nós temos muitas mulheres aqui na nossa região que é elas que dominam a horta, que é elas que administram a feira, que tocam a feira, e elas que tocam a merenda escolar. Claro, né, tem companheiro também, mas as nossas mulheres tão hoje ativamente inseridas nas linhas de produção na nossa região.

Aurora ressalta que as mulheres têm sido reconhecidas pelo seu trabalho. No entanto, no curso, entre suas companheiras, ela destacou que algumas propostas não reverberam nas reuniões por terem surgido de mulheres, indicando que ainda existem assimetrias entre mulheres e homens frente às contribuições políticas e no âmbito de gestão. A entrevistada ressalta ainda a sua coragem individual de enfrentar as dificuldades que foram surgindo por ser mulher, e complementa:

É isso, filha, que eu digo assim ó, que as mulheres não têm que ter medo de lutar e que não tem que ter medo de falar. E os espaços nós só vamos conseguir se nós ir em frente, se nós lutar, porque se eu não fosse buscar os meus direitos, ninguém ia me dar. É isso. E eu quero registrar pra ti o que me dá a força de lutar é o sonho de um dia ter um mundo melhor, a nova sociedade tá difícil.

Aurora conta que sua luta já dura trinta anos e que hoje nos assentamentos eles e elas têm estrutura para viver e trabalhar. E enfatiza a importância das cooperativas formadas dentro do MST:

Quero dizer e sou muito grata às cooperativas, porque a cooperação é que faz a gente crescer. [...] Nós já temos esse trabalho bonito aqui na região, que as mulheres tão cooperadas pra elas fazer a feira. A horta de cada uma pode ser individual, mas elas têm a cooperação da comercialização. [...] Uma outra coisa também que eu queria deixar claro que a nossa luta é a luta da produção orgânica nos nossos assentamentos.

Conforme argumenta, a produção sem agrotóxicos é um compromisso do Movimento e das mulheres que “geram a vida”. Destaca ainda que desde os anos de 1990 a luta delas nos dias oito de março está direcionada para a alimentação saudável, mas que incorporaram a luta contra a violência contra a mulher como uma pauta para o ano todo.

A defesa da cooperação como modo de trabalho, especialmente das mulheres, é a defesa da autonomia individual como construção coletiva, como produto também das realizações do outro, dos ganhos de autonomia do outro. As cooperativas de mulheres são uma expressão de

que apoio mútuo e relações de reconhecimento recíproco são indissociáveis de um projeto de autonomia, onde, além de poder elaborar e realizar seu plano individual de vida sem impeditivos injustificáveis, cada indivíduo está atrelado ao projeto dos outros, é responsável pela possibilidade de realização do outro. Nessa direção, redes de apoio mútuo não só viabilizam mais rendimentos, mas evidenciam a relação de solidariedade entre os membros e o compromisso de cada um com o projeto do outro.

4.4 FLORA

A entrevista com Flora foi feita na casa dela, no assentamento Fazenda São Pedro, também em Eldorado do Sul, mas já próximo do município de Arroio dos Ratos. Flora nasceu em 1956⁴⁹, é viúva e tem um filho e três filhas, duas moram em Porto Alegre e os outros dois no Mato Grosso. Muito receptiva, ficou tímida ao se deparar com o pedido de gravação. Aceitou, mas estava visivelmente tensa.

A história de Flora passa longe da Annoni e do sonho de Rose. Sua ligação com o MST começou depois de assentada, conforme explica, por falta de informação:

Antes de vim aqui [para o assentamento], a gente escutava no rádio [sobre o MST]. E daí a gente tinha vontade, mas não tinha organização aqui, porque era lá em Ronda Alta, naquela região, Nonoai, que começou. Daí eu via aquele movimento assim no rádio, mas eu não tinha quem me ajudava. Inclusive eu fui até o INCRA, pedi informação e eles lá, eles não ensinam a gente. E lá dentro tava cheio de barraquinha e eles, em vez de pegar e dizer “vai ali, fala com eles”, não. E eu não sabia.

Flora e o marido, já agricultores, estavam no lote cuidando para um amigo que o havia comprado de um terceiro quando foram legalizados pelo INCRA. Isso foi em 1991, e desde lá ela buscou se aproximar da luta do MST:

E eu só tenho pra te dizer que é uma escola de vida. Eu aprendi muito, muito mesmo assim, sabe?! Eu tinha uma timidez comigo. Eu não sabia me expressar, hoje eu mudei, hoje é diferente. E não parei mais. E daí como a gente não era acampada, a pessoa que passou pelo acampamento eles tinham muita força e daí eu prometi para uma que era professora no colégio, eu prometi para ela assim: se nós ficasse aqui, que o INCRA não tirasse nós, botasse para outro lugar, eu ia levantar a bandeira com eles. E cumpri. Cumpri e a gente tá sempre participando, tudo... Adoro.

A fala de Flora resgata a problematização sobre a importância que a experiência no acampamento tem para a formação do militante Sem Terra. Aurora indicou que sua força, sua

⁴⁹ 59 anos na data em que realizamos a entrevista.

resistência brotou a partir daquelas vivências, e Flora indica que é uma etapa importante no processo de luta. Especialmente para a luta das mulheres. Em estudo precedente, as mulheres que entrevistei indicaram que durante o acampamento estabelecia-se uma relação mais horizontal entre homens e mulheres, onde todos e todas participavam em maior pé de igualdade, mas que ao serem assentados muitos casais reassumiam os papéis tradicionais socialmente destinados para homens e mulheres, indicando a importância da vivência no acampamento para debater e consolidar novas relações de gênero⁵⁰.

Outro aspecto que destacamos na fala de Flora é referente ao seu ganho de autoestima, expresso na perda da timidez e na maior facilidade de expressar-se publicamente. Conforme conta, sua militância começou tentando organizar pessoas para irem acampar, e as lideranças do Movimento começaram a convidá-la a participar dos espaços do MST.

Além de continuar plantando, colhendo e cuidando de seus animais (vaca e galinhas), Flora gostaria de ter um companheiro, um parceiro para tocar o lote. Com o gravador desligado se desinibiu para contar que é muito vaidosa e adora ir a bailes, que tem um grupo de amigos e amigas com quem sai quase todos os finais de semana, mas que alguém para namorar está difícil, devido à alta concorrência.

Sobre a situação das mulheres no assentamento, Flora percebe como falta de iniciativa de muitas delas, conforme conta:

Eu sempre fui uma mulher privilegiada, porque eu sempre tive, assim, atitude. Eu não dependia do meu marido. Era eu que fazia tudo. Era eu que participava, era eu que fazia tudo. Eu ia para tudo que era lado, eu fui até Brasília em 2000 no acampamento nacional das mulher. Então já conheci muita coisa. Então eu, pra mim assim as portas se abriram. A mente da gente, tu vê outra visão, né, se tu começa a participar. E é poucas as que participam, as outras ficam assim somente em casa. A gente convida, faz o convite: “vamo e vamo”. Não vão e daí ficam umas mulher assim que não tem ação, né.

Flora tem a tarefa na sua comunidade de mobilizar outras companheiras para participarem das atividades voltadas para as mulheres do Movimento. Tentei saber se, na sua percepção, a pouca participação delas tinha alguma origem nos homens e Flora disse acreditar ser falta de iniciativa pessoal, “porque eu acho que elas têm uma noção, elas passaram por acampamento, elas devem saber, né, que sem luta não há vitória, tu tem que ir atrás. Mas se acomodaram”. Ela não indica caminhos que poderiam ser adotados pelo Movimento ou mesmo políticas públicas que seriam capazes de envolver elas mulheres “que se acomodaram”, Flora

⁵⁰ O estudo referido é a monografia que produzimos como requisito para a conclusão do curso de Ciências Sociais, defendida em dezembro de 2013 e intitulada *Conservação e superação: a dominação masculina e o discurso do MST*.

percebe que muitas coisas já foram feitas, cabe às mulheres buscarem meios para superarem as assimetrias na família, na comunidade e frente ao Estado.

A entrevistada destaca com orgulho e como um ganho para as mulheres o fato de termos uma presidenta no Brasil. Segundo ela:

As mulher tão poderosas nesse ponto aí [participação nos espaços do Movimento]. Bah, as mulher, acho que a gente não pode depender só deles e hoje elas vão atrás, tem mulheres hoje que... Não tem uma presidente?! Então pra nós é um orgulho, ter a presidente. Hoje em dia tem mulher já piloto de avião, caminhoneira, então isso já é um avanço, né, pras mulher. Nossa!

Flora também fala sobre a importância do Apoio Mulher, em seu entendimento foi um incentivo grande para as mulheres e ajudou a aproximá-las, devido às reuniões de orientação com a equipe técnica. Sua fala indica que os ganhos na esfera do direito criaram condições para o fortalecimento das relações intersubjetivas na comunidade.

Outro aspecto já trazido nas falas anteriores é a luta das mulheres contra os agrotóxicos e em defesa de uma alimentação saudável. Flora fala dessa luta enfatizando a importância que o processo de mobilização tem, tendo em vista que antes de assumirem essa bandeira batalharam contra o eucalipto e que promoveram avanços, pois, conforme percebe, a plantação da árvore recuou no estado.

Comentei com ela que no curso algumas mulheres falaram sobre o machismo nos espaços do Movimento, e sua resposta foi de que “isso vai ser difícil acabar, sempre vai ter, né?!”.

Flora é a entrevistada mais distante das discussões de gênero. Elas considera que as atividades políticas, como o curso do qual participou em quase todos os módulos, são oportunidades para encontrar a “mulherada”, para estabelecer vínculos de amizade e afeto. O fato de se considerar privilegiada, por ter tido um marido que sempre a incentivou, e de não ter acampado com o Movimento podem ter contribuído para seu distanciamento do debate político em torno das questões de gênero.

4.5 VIOLETA

Conheci Violeta em 2013 na Incubadora de Empreendimentos Solidários e Tecnologia Social da PUCRS, onde ela apresentava o trabalho do Pão da Terra, cooperativa de produtos orgânicos formada, inicialmente, por trabalhadoras assentadas da reforma agrária em Eldorado

do Sul, hoje já composta por homens e mulheres. Retomei o contato com ela em 2015, na feira agroecológica da mesma universidade.

Violeta tem 48 anos, é casada há 18 com um companheiro de Movimento, eles têm um filho e uma filha, ainda menores de idade. Sua família é de Marau, região noroeste do RS e fora assentada em Eldorado do Sul nos anos de 1990. Ela conta que sua entrada no Movimento se deu pelo sindicato dos trabalhadores rurais, onde trabalhou. Tal qual Mercedes, Aurora e Flora, Violeta é filha de pequenos agricultores, arrendatários de terra, e foi buscar no MST a chance de acessar a terra e viver da agricultura.

Ficou acampada durante três anos e depois de ter sido assentada – a primeira vez no município de Jóia – irmãos, outros familiares e vizinhos sentiram-se confiantes a irem acampar, e hoje vários familiares também são assentados. Para Violeta, o acampamento, visto de fora, “parece uma coisa de louco”, mas esclarece que

a organização que tem dentro do Movimento, é poucas as organizações que conseguem isso que o Movimento consegue. Dentro do acampamento tu tem que ter disciplina, tu tem o Setor de Educação, de Saúde, de Formação, de Higiene. Tem que ter organização. E aí, eu digo assim, pra mim, a melhor escola que eu tive foi esse tempo que eu passei no acampamento, que pra minha vida, pra minha formação como ser humano e saber com quem que a gente tá lutando, contra quem, né, que é um poderio muito grande, mas se a gente juntar forças...

As conexões intersubjetivas que se estabelecem entre os militantes no acampamento são fundamentais para a percepção da injustiça não mais como um sentimento individual, mas como uma experiência social. Por outro lado, na medida em que se constitui no interior do movimento uma esfera pública democrática, a expectativa frustrada do indivíduo poderá ser trabalhada reflexivamente e ser socialmente compartilhada: “somente esta interpretação conjunta da situação mobiliza para a resistência” (SOBOTTKA, 2015, p. 135).

A experiência no acampamento, além de ter sido fundamental para a formação de Violeta, tornou patente a relação de desrespeito do Estado para com eles. Conforme relata,

quando se fazia essas ocupações em poucos dias vinham as ordens de despejo e muitas vezes a gente resistia, porque tinha que resistir. Então a gente enfrentou muito tempo feio, vamos dizer assim. De a gente tá li em quinhentas pessoas e ter três mil milicos, tropa de elite, tropa de choque, sabe, uma coisa assim muito assustadora. E a pressão psicológica que eles faziam na gente, aquilo era a pior coisa. Muitas vezes a gente se agarrava um no outro e chorava e rezava. Bom, amanhã eu não sei quem vai tá aqui. A gente não sabe do amanhã, né. Então era uma coisa muito incerta. Cercados do jeito que a gente tava, pior que... Acho que nem bicho passa por isso. Porque a gente fica muito acoado, a gente sente muito medo. Ninguém tem noção. Acho que a fé que a gente tinha de, bom, nós tamo aqui, nós somos do bem, né. Então, graças a Deus nunca aconteceu coisa muito mais séria, mas apanhamos muito, apanhamos. Muitos companheiros foram presos, muitos companheiros foram torturados, teve muita coisa feia que aconteceu nesse período, mas sobrevivemos a isso, né.

A atuação do Estado evidenciou ainda mais sua privação de direitos, pois, enquanto acreditavam estar lutando pelo “certo”, buscando direitos já garantidos na lei, obtiveram uma resposta violenta do Estado. Honneth elucida esta questão:

Esas sensaciones de descontento y de sufrimiento, en la medida en que se califican como “sociales”, coinciden con la experiencia de que la sociedad está haciendo algo injusto, algo injustificable. [...] Desde una perspectiva sociológica, esas reflexiones suelen plasmarse en la hipótesis empírica de que las sensaciones sociales de injusticia aparecen sobre todo cuando ciertas medidas y reglas institucionales no van acompañadas por razones que puedan comprender los individuos. [...] En otras palabras, la injusticia social se experimenta en el momento en que ya no puede comprenderse racionalmente por qué una regla institucional debe contar con el acuerdo conforme a razones por regla general aceptadas (HONNETH, 2006, p. 103-104).

Ao serem assentados, emerge o sentimento de que são socialmente respeitados e reconhecidos pelo Estado, mesmo que parcialmente. Este ganho contribui para o desenvolvimento de autorrespeito a partir do reconhecimento social de sua igualdade jurídica, da condição de portadores de direitos e deveres. No entanto, no caso do assentamento Integração Gaúcha, Violeta conta que “aquilo era pior que o acampamento”. Na área destinada pelo governo do estado para a reforma agrária, enfrentaram falta de água potável e medo dos moradores do centro da cidade de Eldorado do Sul. Ainda no primeiro ano puderam acessar recursos públicos para começar o plantio, no entanto a equipe destinada a assessorar os assentados não orientou quanto ao tipo de cultivo adequado para aquela terra, resultando na perda da primeira safra e no endividamento com o banco. Conforme a interpretação de Violeta, a intenção era de que o assentamento não desse certo; assim, a equipe da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) era orientada a não auxiliar os assentados, novamente ligando o Estado à injustiça.

Violeta evidenciava que, por estas questões, serem assentados não resolveu o problema da fome que enfrentavam no acampamento. A entrevistada relata que foi a partir da atuação da Fundação Gaia que conseguiram abrandar essa dificuldade. A equipe da Fundação lhes propôs uma formação em educação ambiental, mas ao começar a desenvolver o trabalho perceberam que o principal problema que enfrentavam era anterior a esse:

E aí nós começamos a trabalhar com a Fundação, mas só que o grupo do Lutz [ambientalista José Lutzemberger] era muito sensível, nos disse “bom, o problema... nós temos que resolver outra coisa antes de começar, que é a questão da fome”. [...] Aí começamos com a horta. A horta ecológica, com o apoio da Fundação.

Além de acabar com a fome, a horta tinha o objetivo de envolver o trabalho das mulheres no assentamento, pois inicialmente várias delas precisavam buscar trabalho na cidade. Violeta trabalhava como faxineira em Porto Alegre nesse período.

No início, a equipe da Fundação Gaia levava a farinha integral, e cada semana produziam os pães na casa das poucas que tinham fogão; o pão acrescido dos vegetais que cultivavam na horta era repartido entre as famílias. Violeta conta com emoção o período que antecedeu a produção dos pães:

E aí começou a envolver o trabalho, a mão de obra das mulheres no pão. Um bom tempo o nosso trabalho aqui... até 2001 o nome do nosso trabalho aqui era Grupo de Mulheres Pão da Terra, porque quando a gente tava no acampamento, eu sempre me emociono quando falo isso, porque, eu digo assim, por mais que fosse pobre na minha casa, pão nunca faltou e lá no acampamento, e aqui mesmo, lembrar do pão de casa, puxa vida, aquilo dava água na boca, né. E aí a gente fez uma promessa, que quando a gente conquistasse a terra a gente ia ter o melhor pão, da falta que o pão fazia pra gente. E hoje a gente tem o melhor pão do mundo, né, que é o pão da terra. E hoje o trabalho, assim, deu muito certo. As famílias que tão trabalhando, assim, acho que tem um ótimo resultado do trabalho, uma satisfação muito grande por estar fazendo o que está fazendo, que as famílias aqui tão tudo envolvida no trabalho.

Retomando a noção de autonomia proposta por Honneth, a fala de Violeta deixa claro que a concepção e a realização do projeto de vida individual implica relações intersubjetivas de reconhecimento recíproco. Também destacamos como a entrevistada atrela o seu projeto, e seu sentimento de realização frente a ele, à realização dos seus parceiros. Sua fala ilustra o caminho percorrido dentro do Movimento da falta de comida e água – as privações mais elementares – à possibilidade de fazer escolhas para a própria vida.

Ao ser questionada a respeito do futuro, Violeta fala sobre o desejo de continuar o projeto de vida que está sendo realizado no presente: “o sonho é continuar esse trabalho e continuar isso que a gente faz. De multiplicar esse trabalho que a gente faz aqui com os pães, né. [...] Hoje, quando sai um assentamento, já sai uma padaria e nós somos os pioneiros. A gente fica bem contente assim de ser esse exemplo”.

Violeta esteve envolvida com a luta das mulheres desde antes de se juntar ao MST, através do Movimento de Mulheres Campesinas (MMC). Suas experiências de vida e a militância junto às mulheres possibilitaram que ela construísse junto ao seu esposo uma forma de configuração familiar diferente daquela que vivenciou na sua família de origem. Conforme explica,

tudo é decidido junto. Sempre! Sempre foi assim na minha casa, sempre foi assim. A gente é muito companheiro um do outro, sabe?! E a gente quer dar esse exemplo pros nossos filhos. Então, a gente sempre pensa assim, que família não é só o pai e não só a mãe. Família são todos os que fazem parte daquele grupo que tá ali.

[...] Aqui o Marcos e a Carina⁵¹ é tudo igual. Essa história de menino faz isso, menina faz aquilo, não. Aqui em casa desde já o Marcos levanta arruma seu quarto. O quarto é dele. Se ele não organizar vai ficar desorganizado, não é a mana e não é a mãe. O Marcos lava a louça, o Marcos faz almoço. Aqui, essa casa, é de todos nós. Então, todos nós temos que fazer.

Sobre as relações de gênero no interior do Movimento, Violeta percebe a presença do machismo, mas identifica que ele não tem inviabilizado a participação das mulheres. O arranjo institucional produzido pelo MST, a partir da mobilização das mulheres, inibe que os homens cerceiem a integração delas na comunidade e nos espaços deliberativos do Movimento.

Olha, eu digo assim, a gente vive numa sociedade muito machista ainda. Então, aqui dentro do assentamento a gente também tem casos ainda que as mulheres têm que dizer amém sempre. Mas, assim, eu vejo também muito a participação das mulheres. As mulheres também têm posicionamento. Tem aquelas que são humildes de tal forma que não têm coragem de abrir a boca pro marido, né. Mas na maioria... Isso é da pessoa mesmo, assim. Porque todo mundo fez tanto curso já. Todo mundo participa das coisas [atividades do Movimento].

Violeta pontua, da mesma forma que Flora, a ausência voluntária de algumas mulheres nos espaços deliberativos do assentamento, mas não aponta a origem da dificuldade delas. No entanto, quando conta sua própria história, relata que antes de entrar para o Movimento, na sua família quem tomava as decisões e exercia autoridade sobre os filhos e a esposa era seu pai. Assim, algumas mulheres que saíram da casa do patriarca para casar e transferiram para o marido esse papel, apresentam dificuldades para questionar esses lugares sociais. E, por consequência, acabam sendo resistentes ou inibidas para a política. Anderson e Honneth falam sobre a relevância da autoconfiança para a autonomia: “aqueles que perderam essa confiança básica, perderam a base para conduzir suas vidas de acordo com suas convicções mais básicas, já que não mais confiam que seus desejos sejam autenticamente seus” (ANDERSON; HONNETH, 2011, p. 93). Muitas podem sentirem-se inseguras para participar, pois sentem-se inseguras em relação ao seu próprio posicionamento, às suas leituras e opiniões.

Nas assembleias, Violeta assegura que as mulheres participam bastante. “Quando é essas coisas assim de assembleia às vezes as mulheres incomodam bastante. Eu te digo assim, que às vezes tem uns homens que ficam puto da cara. Mas as mulheres também têm apoio da companherada”. A entrevistada ressalta ainda que a situação das mulheres no Movimento mudou muito, “as mulheres ocupando os espaços, ocupando as direções. Que isso uma vez não cabia, né?! Eu acho que evoluiu muito”. Enfatiza também essa mudança em âmbito nacional, dada a eleição de uma presidenta.

⁵¹ Os nomes foram alterados.

Em função de sua grande demanda de trabalho, Violeta deixou de participar ativamente do Setor de Gênero do MST, mas avalia positivamente a atuação delas. Conforme reflete, “eu acho que o caminho é esse, viu. Eu acho que é por aí. E tem umas coisas muito legais, muito bacanas, que é aquilo que eu disse, que na prática elas não acontecem. Mas que encham a gente, assim, de ânimo, que encoraja a gente. Que encoraja!”. A tarefa fundamental desempenhada pelo Setor de Gênero é a de motivar a luta, organizar a mobilização e promover espaços de reflexão. O estabelecimento de normas para as relações de gênero não é uma expectativa das mulheres frente à atuação do Setor.

Embora não esteja envolvida na organização específica de gênero do Movimento, Violeta integra vários espaços políticos relevantes em seu assentamento:

Pra mim como pessoa eu acho que eu sou bem realizada, assim, enquanto mulher. Eu participo, ó, sou da coordenação da associação, da coordenação da cooperativa, faço parte da coordenação do sindicato. Eu, assim, tô bem envolvida, então, eu não sei dizer assim de cada uma. Mas pra mim eu acho assim que a gente tem que participar, a gente tem que se valorizar enquanto mulher.

A entrevistada entende que é necessário haver mais políticas públicas para envolver as mulheres e possibilitar que aquelas que não conseguem se integrar se envolvam nas atividades do Movimento:

Eu acho que tem coisas a fazer. Tem! Eu acho que precisa sim. Por exemplo, mais políticas pra essas mulheres que são... que dizem amém. Se elas tivessem mais políticas assim, não sei se de acesso a algum, não sei se, crédito ou coisa assim, que elas se envolvessem, que ela começasse a fazer aquilo, que ela começasse a participar mais, se envolver nos grupos. Não sei, talvez umas políticas mais voltadas pra mulher. Já existe, mas ela existe muito na teoria. Na prática a gente não vê muito.

Violeta percebe o acesso ao crédito como meio para estimular as mulheres que ainda não participam ativamente da comunidade e do Movimento a fazerem isso; e, ao fazerem isso, poderão criar condições para decidirem sobre seus planos de vida. O acesso a recursos pode possibilitar o maior envolvimento dessas mulheres na esfera da comunidade, inserindo-as em relações intersubjetivas com o grupo; essa inserção pode provocar reflexões que as façam questionar, por exemplo, sua condição na família.

Para Honneth o ganho em uma esfera não garante ganhos nas outras, assim, o acesso a direitos não implica que as mulheres desenvolverão autoestima ou autoconfiança, no entanto, o desenvolvimento da autonomia individual implica que o sujeito adquira uma capacidade de autorrelação a mais intacta possível, ou seja, há a fundamental imbricação entre as esferas. Anderson e Honneth problematizam essa questão:

Como notamos anteriormente, abordagens baseadas em direitos tenderam a enfatizar as condições para o autorrespeito – tais como direitos à participação plena – e a excluir autoconfiança e autoestima. Poderiam, no entanto, afirmar que ainda não mostramos que as exigências por condições que favoreçam a obtenção e a manutenção da autoestima e da autoconfiança não podem ser acomodadas no interior da linguagem de direitos, ao menos como reivindicações por direitos frente às circunstâncias da justiça. Isso foi o que se tentou fazer, por exemplo, com as políticas de identidade, nas quais grupos buscaram exigir um direito a serem reconhecidos, como indivíduos, por suas necessidades culturais. Mas a ideia de tratar dessas carências por reconhecimento no vernáculo dos direitos se mostrou problemática. O problema central é que ela erra seu alvo, pois o que o indivíduo necessita é ser amado ou estimado – e, precisamente, não porque tem uma pretensão jurídica a isso. Além disso, tentativas de conceitualizar carências e vulnerabilidades humanas nos domínios que sustentam a autoconfiança e a autoestima em termos de direitos que podem ser portados *individualmente* se estendem para além da plausibilidade: está particularmente claro aqui que estas são circunstâncias fundamentalmente relacionais. Saber a si mesmo como o objeto de consideração muito pessoal ou ter a percepção de que suas contribuições são consideradas dignas de valor – estas não são questões que uma pessoa tem *independentemente* de um relacionamento. Elas são propriedades que surgem de um certo tipo de relacionamento (ANDERSON; HONNETH, 2011, p. 99-100).

Estes autores destacam ainda a dimensão relacional dos direitos. Anderson e Honneth criticam os princípios de justiça que tratam os direitos como aquisições individuais, destacando que os direitos também possuem estrutura intersubjetiva, “esses direitos – assim como o poder e a liberdade que eles conferem aos indivíduos – são, na verdade, o resultado dos membros de uma comunidade reconhecendo uns aos outros como livres e iguais” (ANDERSON; HONNETH, 2011, p. 100).

Essa abordagem torna-se muito interessante para pensar a organização das mulheres do MST, especialmente a experiência relatada por Violeta, pois é a intuição e a experiência de que a autonomia – e não autossuficiência – implica relações, cooperação, reconhecimento mútuo que faz com que as esferas e as capacidades desenvolvidas em cada uma delas sejam percebidas de modo imbricado, ou seja, criam a percepção de que os ganhos na esfera dos direitos irão garantir que as mulheres desenvolvam autoconfiança e autoestima e consigam tomar pra si seu projeto de vida e que consigam buscá-lo, ao mesmo tempo em que contribuem para suas parceiras e parceiros de interação de levarem a cabo seus próprios projetos de vida.

A luta das mulheres do MST segue em curso, e possivelmente sempre terão motivos para se organizar e tencionar mudanças no que tange as relações de gênero nos espaços do Movimento. Porém, nas falas das quatro entrevistas salta aos olhos o caminho percorrido entre a privação do acesso aos direitos mais básicos – alimento, água, moradia e trabalho – para um quadro onde estão podendo realizar seus projetos de vida e trabalhar para que mais pessoas na sua comunidade ou atreladas ao MST possam também sonhar e colocar em prática projetos.

Embora cada uma delas esteja envolvida na comunidade e no Movimento de modo distinto, as quatro têm trajetórias bastante semelhantes e estão conseguindo obter ganhos de autonomia. As falhas nas relações de reconhecimento recíproco também são evidentes, tanto nas falas delas quanto nas publicações do Setor de Gênero, mas estas falhas estão, em grande medida, sendo debatidas e refletidas coletivamente, o que possibilita o fortalecimento da resistência e a emergência de outras formas de poder e de relações de gênero transformadas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho abordamos duas expressões da luta das mulheres Sem Terra por reconhecimento. A primeira é a expressão teórica, a sistematização das leituras academicamente estabelecidas que orientam as formulações e a produção de diretrizes para o Movimento frente à pauta de gênero, baseadas na dicotomia igualdade e diferença. A segunda expressão refere-se às vivências das mulheres, é a expressão prática da luta delas, atrelada a um princípio prático de autonomia.

Para refletir sobre a expressão teórica, as teorias polarizadas entre igualdade e diferença mostram-se muito pertinentes, tendo em vista que nos materiais encontramos algumas leituras e demandas para as mulheres que partem de uma concepção distributiva do problema de gênero e, de outro lado, leituras e demandas que pensam as mulheres a partir da sua especificidade e de seu atrelamento ao cuidado. No entanto, para pensar a realidade relatada pelas mulheres, concepções unidimensionais de gênero mostraram-se incapazes de elucidar a realidade de relações complexas na qual as mulheres e, mais especificamente, as mulheres Sem Terra, estão inseridas. Portanto, pensar a realidade dessas mulheres a partir das relações de reconhecimento recíproco nas quais estão inseridas, e os entraves e os estímulos que vivenciam no interior do MST no sentido de realizarem a sua autonomia, mostrou-se como um caminho sociologicamente mais fértil.

Nesse sentido, se olhássemos para as dinâmicas sociais nas quais essas mulheres estão inseridas a partir do prisma das teorias feministas que orientam as formulações do Setor de Gênero, possivelmente iríamos nos deparar com estagnação e submissão. Se buscássemos uma total correspondência entre os conteúdos que são trabalhados nas formações e nos materiais do Setor com a vida das mulheres assentadas, buscando identificar a aplicação daquelas teorias nas suas vidas práticas, iríamos desacreditar tanto as teorias quanto as práticas das mulheres no interior do Movimento, pois certamente não há e não haveria como ter uma relação identitária entre concepções teóricas e vivências.

Contudo, quando adotamos a perspectiva da luta por reconhecimento, valemo-nos de uma lente que possibilita perceber a complexidade das dinâmicas sociais, atentando para os pequenos ganhos de autonomia como ganhos significativos. Entendemos também que a importância do Setor de Gênero não está em fornecer o modelo ou a cartilha, mas em criar um espaço de discussão e de conhecimento que dá a elas, além do ânimo relatado por Violeta, a possibilidade de interpretarem aquele conteúdo, de fazerem alguma coisa com ele, de refletirem

e significarem socialmente relações historicamente enraizadas. E se elas estão interpretando, fazendo alguma coisa com o conteúdo debatido, significa que têm algum grau de autonomia.

Existe autonomia, embora relativa e em aberto. E elas estão mobilizando seus ganhos no sentido de expandir sua autonomia e para melhorar sua vida e a vida da coletividade onde estão inseridas. E os ganhos de autonomia seguem coexistindo com desrespeito e sentimento de injustiça.

Como já destacamos nesse trabalho, a autonomia não é um fim, um recurso que se possui, mas é a expressão de que o agente pode desenvolver as capacidades de autoconfiança, autorrespeito e autoestima sem impeditivos injustificáveis de acordo com a normatividade estabelecida na sociedade onde está inserido. E a luta do Setor de Gênero é muito marcada pelo sentimento de que todas as mulheres ganham quando nenhuma perde, ou seja, quanto mais as mulheres puderem projetar e realizar seus sonhos de vida e quanto mais mulheres puderem fazer isso, mais autônomas todas serão. Violeta elucida essa questão:

Enquanto tiver sem terra nesse Brasil e terra sobrando a luta pela reforma agrária, pelo direito da mulher e do homem continua. E a gente tá junto. A gente não desiste da luta. Onde precisar do apoio dos companheiros que tão no acampamento, não só do Movimento Sem Terra, mas enfim, de todos os movimentos a gente tá aí pra dar sequência nessa luta.

Dentre as tarefas que Sobottka entende como possíveis de serem cumpridas pelos movimentos sociais, uma delas nos parece muito pertinente para pensar o caso das mulheres do MST, por estar ligada a um potencial pedagógico dos movimentos, diz ele: “em especial quando a formação de opinião pode ocorrer através de uma esfera pública democrática, pessoas aprendem neles [movimentos sociais] ou através deles a reinterpretar situações de vida e a desenvolver projetos alternativos” (SOBOTTKA, 2015, p. 135). Além de projetos alternativos, podemos inferir, a partir das falas das mulheres, que a ida para o acampamento significava a busca pela possibilidade de conceber seu projeto de vida e, no segundo momento, o assentamento é onde começam a buscar a realização desse projeto.

Durante todo o processo de realização dessa pesquisa dois fantasmas nos rondaram, um deles nos deixava com temor de que um suposto romantismo ligado ao tema pudesse prejudicar nossa capacidade crítica. Por outro lado, o segundo fantasma nos deixava temerosos quanto ao excesso de crítica que inviabilizasse que percebêssemos os ganhos reais que essas mulheres obtiveram em suas vidas. A teoria do reconhecimento de Honneth nos possibilitou perceber que a autonomia individual/social vai sendo conquistada a partir da dinâmica que se estabelece entre reconhecimento recíproco e desrespeito, entre aberturas e fechamentos, portanto serviu de

ponto de sustentação para que nossa análise não recaísse sobre apenas um dos polos dessa contradição. Esperamos, com isso, não ter cedido em absoluto a nenhum dos fantasmas, mas concluímos esse trabalho com a convicção de que a luta das mulheres transcende seus ganhos específicos, é uma luta humanizada, pela preservação da natureza em sentido amplo. O feminismo já não é mais a síntese da luta das mulheres, é uma via para um projeto alternativo de sociedade.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Miriam; RUA, Maria das Graças. **Companheiras de Luta ou "Coordenadoras de Painéis"?:** As relações de gênero nos assentamentos rurais. Brasília: UNESCO, 2000.
- ALLEN, Amy. **The power of feminist theory:** domination, resistance, solidarity. Colorado, USA: Westview Press, 1999.
- ANDERSON, Joel; HONNETH, Axel. Autonomia, vulnerabilidade, reconhecimento e justiça. **Cadernos de Filosofia Alemã**, n.17, p. 81-112, 2011.
- BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo:** a experiência vivida. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967. 2v.
- _____. **O segundo sexo:** fatos e mitos. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970. 1v.
- BENHABIB, Seyla. O outro generalizado e o outro concreto: a controvérsia Kohlberg-Gilligan e a teoria feminista. In: BENHABIB, Seyla; CORNELL, Drucilla (coord.). **Feminismo como crítica da modernidade.** Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 1987.
- BRESSIANI, Nathalie. Introdução a “Autonomia, vulnerabilidade, reconhecimento e justiça” de Axel Honneth e Joel Anderson. **Cadernos de Filosofia Alemã**, n.17, p. 71-80, 2011.
- CALDAT, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra.** São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- CAPPELLIN, Paola; CASTRO, Elisa Guaraná. Fazer, Pensar e Decidir: Os Papeis das Mulheres nos Assentamentos Rurais. Algumas Reflexões a Partir de Três Estudos de Casos. **Raízes**, Ano XVI, n. 15, dez. 1997. p. 113-130.
- COLLIN, Françoise. Diferença dos sexos (teorias da). In: HIRATA, Helena [et al.] (orgs.). **Dicionário crítico do feminismo.** São Paulo: Editora UNESP, 2009. p. 59-66.
- CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos feministas**, ano 10, p. 171-188, 2002.
- ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado.** São Paulo: Escala, S.d.
- FRASER, Nancy. **Justice interruptus:** critical reflections on the “postsocialist” condition. New York: Routledge, 1997.
- _____. Políticas feministas na era do reconhecimento: uma abordagem bidimensional da justiça de gênero. In: BRUSCHINI, Carla; UNBEHAUM, Sandra. **Gênero, democracia e sociedade brasileira.** São Paulo: Editora 34, 2002.
- _____. **Da redistribuição ao reconhecimento?** Dilemas da justiça numa era “pós-socialista”. **Cadernos de Campo**, São Paulo, n.14/15, 2006a. p. 231-239.

_____. La justicia social en la era de la política de la identidad: Redistribución, reconocimiento y participación. In: FRASER, Nancy; HONNETH, Axel. **¿Redistribución o reconocimiento?** Um debate político-filosófico. Madrid: Ediciones Morata, 2006b. p. 17-88.

_____. **Reconhecimento sem ética?** Lua Nova, São Paulo, n.70, 2007. p. 101-138.

GILLIGAN, Carol. **In a different voice.** USA: Harvard University Press, 2003.

GOHN, Maria da Glória. **Novas teorias dos movimentos sociais.** São Paulo: Edições Loyola, 2010.

GONÇALVES, Renata. **(Re) politizando o conceito de gênero:** a participação política das mulheres no MST. Mediações-Revista de Ciências Sociais, v. 14, n. 2, p. 198-216, 2009.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento:** a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Ed. 34, 2003.

_____. Redistribución como reconocimiento: Respuesta a Nancy Fraser. In: FRASER, Nancy; HONNETH, Axel. **¿Redistribución o reconocimiento?** Um debate político-filosófico. Madrid: Ediciones Morata, 2006. p. 89-148.

_____. Moral consciousness and class domination: some problems in the analysis of hidden morality. In: _____. **Disrespect:** the normative foundations of critical theory. Cambridge: Polity Press, 2007. p. 80-96.

KUHNEN, Tânia Aparecida. A ética do cuidado como teoria feminista. In: Simpósio Gênero e Políticas Públicas, 3, 2014, Londrina. **Anais.** Londrina, 2014.

LECHAT, Noelle Maria Paule. **A questão de Gênero no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST):** estudo de dois assentamentos no Rio Grande do Sul. Ijuí: UNIJUÍ, 1996.

MDA. **Políticas públicas para mulheres rurais no Brasil.** Brasília: MDA, 2010. Disponível em:

<http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/ceazinepdf/POLITICAS_PUBLICAS_PARA_MULHERES_RURAIIS_NO_BRASIL.pdf> Acesso em: 11 nov. 2015.

_____. **Políticas públicas para mulheres na reforma agrária.** Brasília: MDA, 2015.

Disponível em:

<http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_64/cartilha_IICA_pol%C3%ADticas_P%C3%ABlicas-8920942.pdf> Acesso em: 11 nov. 2015.

MELO, Denise Mesquita de. Subjetividade e gênero no MST: observações sobre documentos publicados entre 1979 e 2000. In: GOHN, Maria da Glória (org.). **Movimentos sociais no início do século XXI.** Petrópolis: Vozes, 2010. p. 113-143.

MST. **A mulher nas diferentes sociedades.** São Paulo: [S.ed.], 1988.

_____. **A questão da mulher no MST.** São Paulo: [S.ed.], 1996.

- _____. **Compreender e construir novas relações de gênero.** São Paulo: Peres, 1998.
- _____. **Mulher Sem Terra.** São Paulo: [S.ed.], 2000.
- _____. **Construindo o caminho.** [S.I.]: [S.ed.], 2001.
- _____. **Construindo novas relações de gênero: desafiando relações de poder.** São Paulo: [S.ed.], 2003.
- _____. **MST: lutas e conquistas.** São Paulo: [S. ed.], 2010.
- _____. **Mulheres conscientes na luta permanente.** [S.I.]: [S.ed.], 2015.
- _____. **Quem somos.** [S.d]. Disponível em: < <http://www.mst.org.br/quem-somos/>> Acesso em: 25 janeiro 2016.
- OKIN, Susan Moller. **Justice, gender, and the family.** New York: Basic Books, 1989.
- PIERUCCI, Antônio Flávio. **Ciladas da diferença.** São Paulo: Editora 34, 2013.
- PINTO, Céli Regina Jardim. A democracia desafiada: presença dos direitos multiculturais. **Revista USP**, São Paulo, n. 42, junho/agosto, 1999. p. 56-69.
- POLETINE, Aline Vieira (et al.). **Na casa e na rua: expressões de participação/recuo, resistência/acomodação das mulheres nos assentamentos rurais de Araraquara-SP.** XLIII CONGRESSO DA SOBER, Ribeirão Preto, julho 2005.
- SALONIA, Michele. Suffering from exclusion: on the critical impulse of the theory of recognition. **Civitas**, Porto Alegre, v. 8, n. 1, janeiro/abril, 2008. p. 125-136.
- SALVADORI, Mateus. HONNETH, Axel. Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais. **Conjectura**, Caxias do Sul, v. 16, n. 1, janeiro/abril, 2011. p. 189-192.
- SCHÜTZ, Rosalvo. Potencialidades pedagógicas dos movimentos sociais populares. **Civitas**, Porto Alegre, v.4, n.1, jan.-jun. 2004. p. 143-157.
- SILVA, Cristiani Bereta da. **As fissuras na construção do “novo homem” e da “nova mulher”:** Relações de gênero e subjetividades no devir MST-1979/2000. 2003. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Santa Catarina, 2003.
- _____. **Relações de gênero e subjetividades no devir MST.** Estudos Feministas, v. 12, n. 1, p. 269-287, 2004a.
- SILVA, Émerson Neves da. **Formação e ideário do MST.** São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2004b.
- SILVA, Felipe Gonçalves. Iris Young, Nancy Fraser e Seyla Benhabib: uma disputa entre modelos críticos. In: NOBRE, Marcos (org.). **Curso livre de Teoria Crítica.** Campinas: Papius, 2013.

SOBOTTKA, Emil Albert. **Reconhecimento**: novas abordagens em teoria crítica. São Paulo: Annablume, 2015.

TEGA, Danielle. **Mulheres em foco**: construções cinematográficas brasileiras da participação política feminina [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

YOUNG, Iris Marion. **Justice and the politics of difference**. Princeton: Princeton University, 1990.

· Entrevistas

MERCEDES. **As mulheres do MST**. Eldorado do Sul, 17 jul. 2015. Entrevista concedida a Thais Marques de Santo.

AURORA. **As mulheres do MST**. Eldorado do Sul, 27 nov. 2015. Entrevista concedida a Thais Marques de Santo.

VIOLETA. **As mulheres do MST**. Eldorado do Sul, 11 fev. 2016. Entrevista concedida a Thais Marques de Santo.

FLORA. **As mulheres do MST**. Eldorado do Sul, 23 nov. 2015. Entrevista concedida a Thais Marques de Santo.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Roteiros para as entrevistas

ROTEIRO DE ENTREVISTA – MULHERES

1. Quando tu entrou para o Movimento?
2. Como foi essa aproximação? Me conta um pouco a tua história...
3. O que te motivou a entrar para o MST?
4. Como foi a adaptação à vida no MST? Houve alguma dificuldade?
5. A vida no assentamento é muito diferente da tua vida antes?
6. Como é a tua vida no MST?
7. O que tu costuma fazer no teu dia-a-dia? Pode descrever para mim?
8. Quais as tuas principais atividades?
9. O que tu mais gosta? E o que menos gosta?
10. Gostaria de mudar algo da tua vida atual?
11. Quais são teus planos para o futuro?
12. Há algo que gostaria de fazer/ter/conseguir que no momento ainda não é possível?
13. Tu é casada? [SE SIM]: Há quanto tempo?
14. [SE SIM]: Tu conhecestes teu companheiro antes ou depois de entrar para o Movimento?
15. Tu tens filhos? [SE SIM]: Qual a idade deles?
16. Como é a tua relação com teu marido e teus filhos?
17. Como as coisas são decididas na tua casa? Tem um chefe da família ou as coisas são conversadas? Ou varia dependendo do assunto?
18. Como é ser mulher aqui no assentamento? (pensando em ti, nas suas companheiras, amigas...)
19. Tu percebe alguma diferença entre ser mulher e ser homem aqui no assentamento? As pessoas tratam da mesma maneira?
20. Tu acha que a situação da mulher aqui poderia melhorar? Como?
21. Como tu acha que deveria ser a vida das mulheres por aqui?
22. Tu acha que o MST deve tentar mudar alguma coisa na questão das mulheres, ou isso não é assunto do MST?
23. [SE SIM] O quê, por exemplo?
24. Tu conhece o Setor de Gênero do MST? Já participou de alguma atividade promovida por elas?
25. [SE SIM]: Quando começou a participar? Por que participa?
26. [SE NÃO]: Por que não participa?
27. Como tu enxerga as ideias do Setor de Gênero? O que elas buscam?

28. Tu concorda com as ideias delas?
29. Tu acha que elas têm conseguido mudar algo aqui dentro?
30. Há algo que eu não tenha perguntado, algum assunto que não conversamos, mas que tu gostaria de comentar?

Nome; Idade; Assentamento; que reside Escolaridade; Atividade de trabalho

ROTEIRO DE ENTREVISTA – REPRESENTANTE SETOR DE GÊNERO

1. Quando tu entrou para o Movimento?
2. Como foi essa aproximação?
3. Quando tu entrou para o Movimento já tinha uma organização de mulheres?
4. Quando tu começou a participar da organização de Mulheres do Movimento?
5. Qual é a tua relação com o Setor de Gênero do MST?
6. Como está organizado o trabalho do Setor de Gênero hoje?
7. O Setor promove atividades nos assentamentos? Que atividades são essas?
8. O que te motivou a participar do grupo de mulheres?
9. Como é ser mulher no MST?
10. Como o Setor de Gênero vê as relações entre homens e mulheres no MST hoje?
11. O que deveria mudar, na visão do Setor de Gênero?
12. Como deveria, então, ser a experiência da mulher dentro do MST para o Setor de Gênero?
13. Tu percebe algum tipo de resistência à efetiva participação das mulheres dentro do MST?
14. [SE SIM]: Em que situações tu observas isso?
15. [SE NÃO]: Tu pode me dar alguns exemplos?
16. Quais têm sido as ações que o Movimento promove para ajudar a mudar essas questões?
17. Tu acha que o MST tem conseguido mudar alguma coisa?
18. [SE SIM]: O quê, por exemplo?
19. [SE NÃO]: Por quê tu acha que o Movimento não consegue?
20. Como tem sido a relação do Setor de Gênero com as mulheres assentadas de uma maneira geral? Tem sido fácil contar com a participação delas, conscientizá-las?
21. E quanto aos homens? Como eles enxergam o Setor de Gênero?
22. Tu identifica alguma resistência, dentro do movimento, à atuação do Setor de Gênero?
23. Há algo que eu não tenha perguntado, algum assunto que não conversamos, mas que tu gostaria de comentar?

Nome; Idade; Assentamento; que reside Escolaridade; Atividade de trabalho

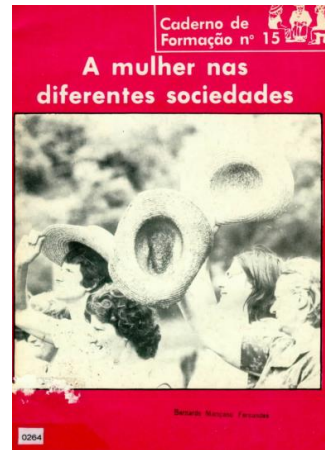
ANEXOS

ANEXO A – Capas dos materiais analisados

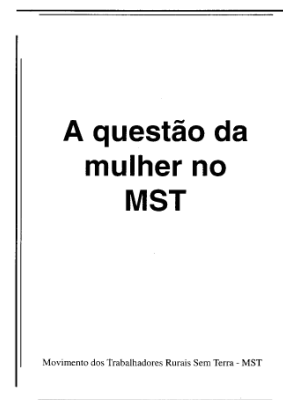
ANEXO B – Foto da Escola Nova Sociedade

ANEXO C – Foto da mística no curso de formação

1) Caderno de formação:
A mulher nas diferentes sociedades
(1988)



2) Cartilha:
A questão da mulher no MST (1996)



3) Cartilha:
Compreender e construir novas relações de gênero (1998)

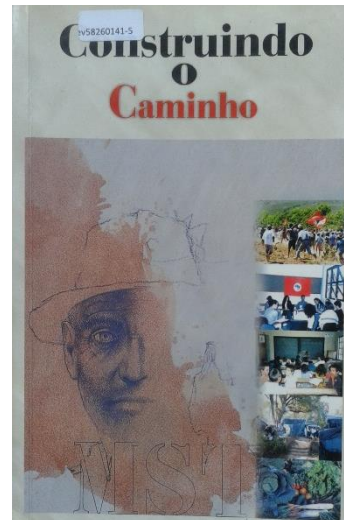


4) Cartilha:
Mulher Sem Terra (2000)



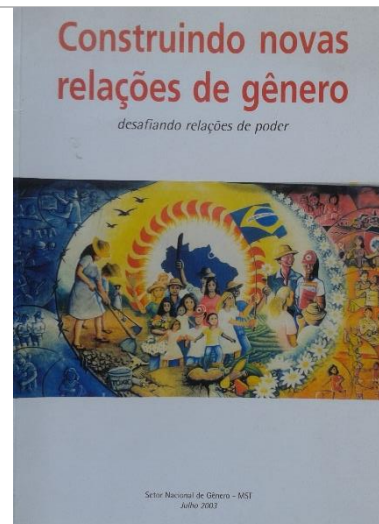
5) Livro:

Construindo o caminho (2001)



6) Livro:

*Construindo novas relações de gênero:
desafiando relações de poder* (2003)



7) Folheto:

Mulheres conscientes na luta permanente! (2015)





Pintura na parede da Escola Nova Sociedade, no assentamento Itapuí, em Nova Santa Rita, onde Aurora é assentada. Da esquerda para a direita: Ernesto Che Guevara, Karl Marx, Olga Benário, Anton Makarenko, Paulo Freire, Roseli Celeste Nunes da Silva e Sócrates.



Altar da mística do 5º módulo do curso de mulheres.